

#Transformar
vidas com a nossa
energia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2024

CEMIG

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	5
NOSSOS NEGÓCIOS	9
AMBIENTE MACROECONÔMICO	11
AMBIENTE REGULATÓRIO	13
DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO	16
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	17
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	29
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES	30
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	31
BALANÇO SOCIAL	68
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023	68
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS	69
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
BALANÇOS PATRIMONIAIS	71
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	73
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	74
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	76
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	78
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	79
1. CONTEXTO OPERACIONAL	79
2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	82
3. BASE DE PREPARAÇÃO	85
4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	90
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS	92
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	95
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	95
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	96
9. TRIBUTOS A RECUPERAR	97
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	98
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	105
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	105
13. ATIVOS DE CONTRATO	108
14. INVESTIMENTOS	113
15. IMOBILIZADO	122
16. INTANGÍVEL	126
17. ARRENDAMENTOS	129
18. FORNECEDORES	133
19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	133
20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES	134
21. ENCARGOS REGULATÓRIOS	136
22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	137
23. PROVISÕES	144
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA	152
25. RECEITA LÍQUIDA	156
26. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	160
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	164
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	164
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	169
30. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	180
31. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDO PARA VENDA	182
32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E COMPROMISSOS	183
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	184
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	187
PARECER DO CONSELHO FISCAL	192
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA	193
DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	194
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	195
ORÇAMENTO DE CAPITAL	198

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”), subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, desenvolvemos diversas atividades e alcançamos resultados importantes em linha com nossa estratégia focada em 6 direcionadores fundamentais: encantar o cliente, criação de valor, inovação, cultura de resultados, ESG e segurança.

Encantar o cliente

Nosso foco no cliente é uma prioridade central. Investimos em projetos de eficiência energética e sustentabilidade, proporcionando soluções que atendem às necessidades específicas de cada cliente, promovendo economia e contribuindo para um futuro mais sustentável.

Desta forma, contribuímos com o crescimento da economia de Minas Gerais, transmitindo confiança e segurança à sociedade. Nossa visão de crescimento e proximidade com a sociedade se estende ao apoio à cultura mineira. Hoje, a Cemig é a maior incentivadora de cultura dentro do estado de Minas Gerais e uma das maiores do País.

Criação de valor

Concluímos em 2024 a alienação da Aliança Energia, uma transação significativa de R\$2,7 bilhões, e a alienação de usinas de pequeno porte. Esses desinvestimentos permitiram a otimização do portfólio e melhor alocação de capital, contribuindo para nosso pilar criação de valor.

Em 2024, a Companhia deu um passo significativo na expansão de sua capacidade de geração de energia renovável com a entrada em operação das usinas solares fotovoltaicas Advogado Eduardo Soares e Jusante. A UFV Advogado Eduardo Soares, localizada em Montes Claros, possui uma capacidade instalada de 85 MW, enquanto UFV Jusante, situada em São Gonçalo do Abaeté, tem capacidade de 70 MW.

Passamos pela Revisão Tarifária Periódica da transmissão, que resultou em um impacto positivo, representado por um Lajida adicional de R\$1,5 bilhão, associado, principalmente, aos investimentos realizados e à eficiência na construção dos ativos, contribuindo para nosso pilar criação de valor.

A Cemig consolidou em 2024 sua liderança na comercialização livre varejista, expandindo sua atuação e oferecendo soluções personalizadas para seus clientes. A Cemig se destacou pela flexibilidade e competitividade no mercado livre de energia, proporcionando aos consumidores maior autonomia e economia. Seus esforços em ampliar a comercialização livre varejista resultaram em um crescimento significativo na base de clientes e na diversificação das fontes de receita. Mantendo sua liderança no atendimento ao mercado livre do Brasil com 14% do *market share*.

Inovação

Em 2024, avançamos significativamente na nossa jornada de transformação digital, dentro do nosso pilar inovação.

Implementamos a nova solução: SCADA (*Supervisory Control and Data Acquisition* – Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados) da Alta Tensão em 520 subestações, fortalecendo a atividade de gestão da rede elétrica e agilizando o tempo de resposta a incidentes. Estamos em processo de modernização do nosso SAP com a atualização do ERP para o SAP S/4 Hana, com previsão de conclusão em 2025.

A Cemig lançou o Inova Cemig LAB, maior programa de inovação aberta do setor elétrico brasileiro, que ao longo dos dois primeiros editais envolveu 454 startups de 15 países e 17 estados brasileiros, promovendo cultura de inovação através do engajamento de 336 funcionários de 11 diretorias da Cemig.

Em 2024, a Cemig fechou parcerias com 20 instituições para apoiar projetos de inovação. As instituições parceiras do Inova Cemig incluem universidades, centro de pesquisa, institutos de ciência e tecnologia e hubs de inovação de Minas Gerais e de todas as regiões do Brasil. A Cemig GT fez o lançamento de 15 projetos de PDI com investimento de R\$16,1 milhões.

ESG

No campo de sustentabilidade, suportando nosso pilar ESG, a Cemig foi incluída na prestigiada “A List” do Carbon Disclosure Project (CDP) *Climate Change* 2024, obtendo pontuação máxima em 10 dos 16 critérios avaliados. Além disso, obteve 6 pontos adicionais em sua nota, segundo avaliação do Dow Jones Sustainability Index.

Em 2024, a Cemig atingiu a marca de 1 milhão de árvores plantadas no programa de restauração florestal, iniciado em 2019. Foram plantadas mudas de espécies nativas como ipê, pequi, cedro, jacarandá-da-bahia, entre outras no estado de Minas Gerais.

Segurança

No pilar Segurança fizemos a reformulação das regras de ouro de Saúde com o objetivo de simplificar e garantir o cumprimento das mesmas nas operações focando em 4 ações: Análise de Risco, Respeito às Leis de Trânsito, Uso de EPIs, ASTA/ABSTA (Abrir, sinalizar, testar, aterrar).

A Companhia também reconhece a segurança de suas barragens com fundamental para a segurança de suas equipes e da população do entorno de suas usinas hidrelétricas.

Em 2024, foram realizadas 183 inspeções visuais, mais de 25.400 leituras de instrumentos e mais 100 obras de manutenção preventivas e incremento de segurança. Ainda foram realizados os testes dos equipamentos extravasores existentes, que garantem a segurança operacional em período de cheias.

Cultura de resultados

Destacamos a execução de desinvestimentos de ativos não estratégicos, eficiência operacional e sustentabilidade.

Alcançamos o Lajida de R\$5,8 bilhões, um incremento de R\$2,4 bilhões, enquanto o lucro líquido aumentou em R\$1,3 bilhão. Recebemos a melhor classificação de risco de crédito, AAA, atribuída pela Fitch Ratings. Esse reconhecimento é fruto dos nossos resultados consistentes, forte geração de caixa, diversificada base de ativos e disciplina na alocação de capital. Esses marcos importantes demonstram nosso compromisso com a transformação da Companhia, que acreditamos ser a base para resultados sólidos e sustentáveis, suportando nosso pilar de cultura de resultados.

Podemos observar que o programa de investimentos da Cemig, que totaliza R\$59,1 bilhões de 2019 até 2029, está sendo executado de forma diligente, e já se encontra com mais de 60% executado ou contratado.

Dentro da nossa estratégia financeira liquidamos os *Eurobonds* em dezembro de 2024, juntamente com o respectivo instrumento financeiro derivativo de proteção.

Adicionalmente declaramos, no exercício de 2024, um total de R\$3,5 bilhões em proventos, proporcionando remuneração atrativa e refletindo nosso compromisso contínuo em criar valor para nossa acionista.

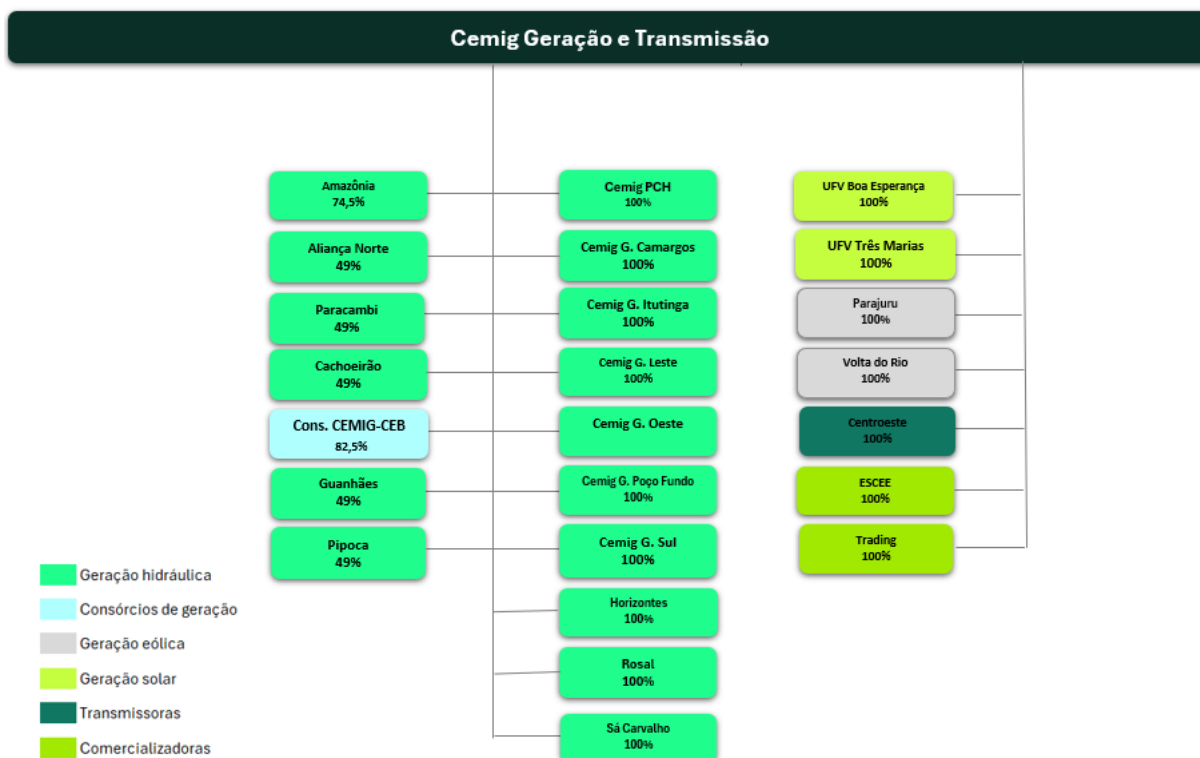
Acreditamos muito no plano estratégico que foi desenhado em 2019 cujo lema era Focar e Vencer, e aqui listamos algumas entregas relevantes para cada um dos pilares do nosso plano.

Agradecemos a confiança de nossos empregados, acionista, comunidades e demais partes interessadas. Reafirmamos nosso compromisso com a geração de valor sustentável e a busca constante pela excelência na prestação de serviços.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Cemig GT iniciou suas atividades em janeiro de 2005, como resultado do desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig"). Desde a sua criação, a Cemig GT sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. Com

grandes obras e imensos desafios, marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu.



Estratégia Cemig

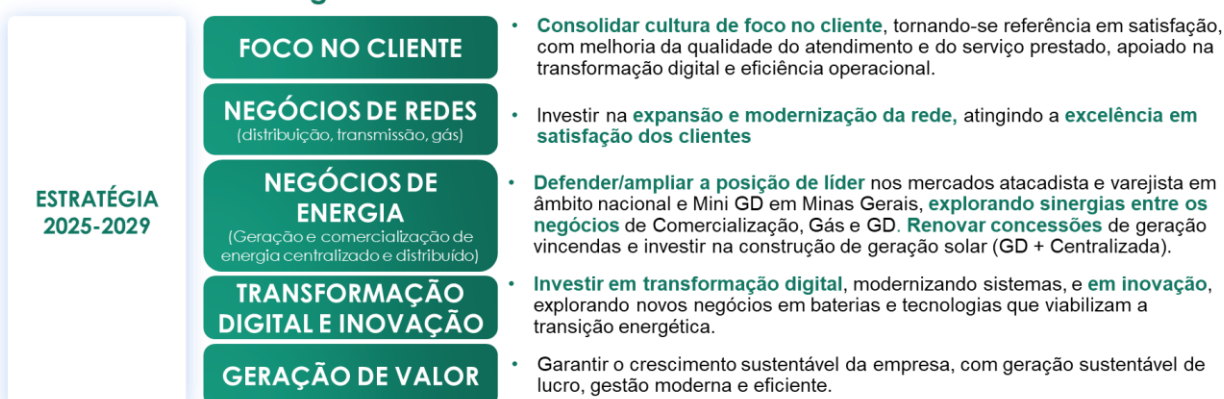
A estratégia da Cemig para o período de 2025 a 2029 foi aprovada por seu Conselho de Administração em dezembro de 2024. A estratégia visa acelerar a transformação da Companhia a partir de seis direcionadores principais, apresentados no diagrama a seguir:

Direcionadores Estratégicos

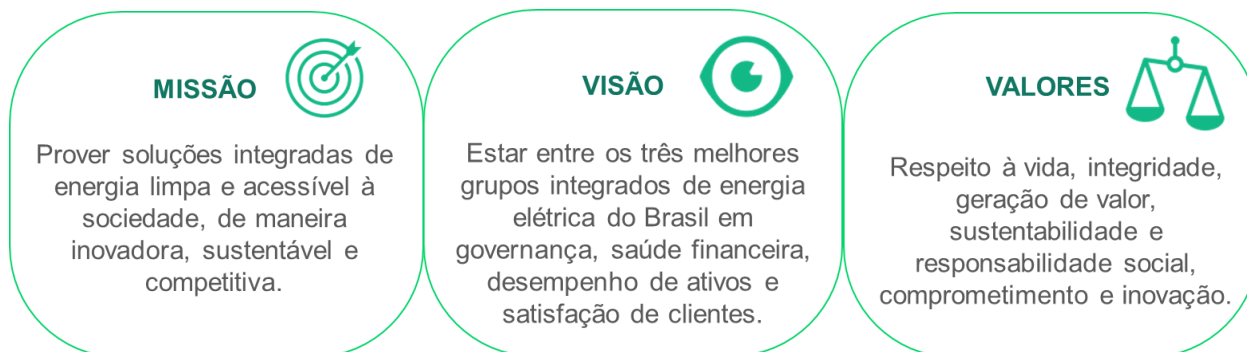


Trata-se de uma atualização da estratégia “Focar e Vencer” que está em execução desde 2020. Essa estratégia contempla o maior plano de investimento da história da Cemig, com a projeção de R\$59,1 bilhões a serem investidos entre 2019 e 2029. Essas iniciativas deverão guiar a Cemig para atingir os principais compromissos traçados, listados a seguir:

Visão Geral da Estratégia Focar e Vencer 2025-2029



Nossa missão, visão e valores



Princípios Éticos e Código de Conduta

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação de empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

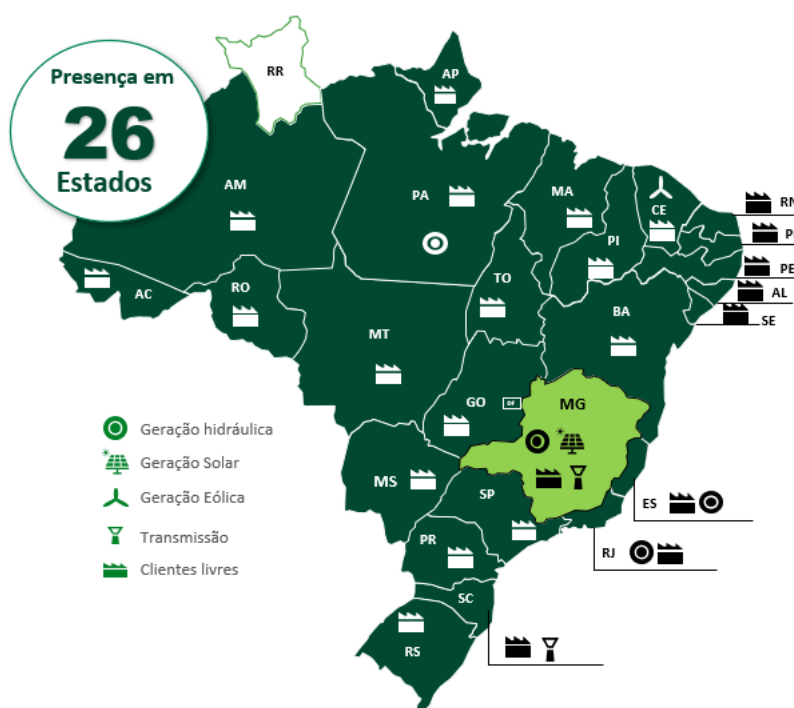
A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, por meio de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

NOSSOS NEGÓCIOS

Área de atuação

A Companhia atua em várias regiões do País por meio de seus segmentos operacionais, com uma maior concentração na região Sudeste.

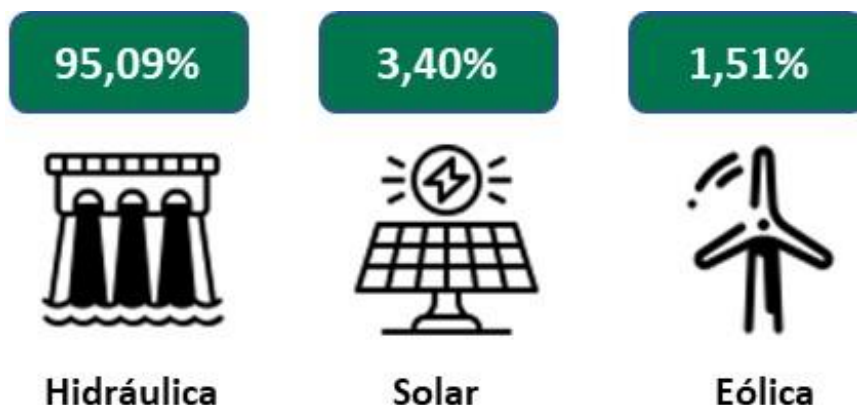
Fontes Renováveis 100% da nossa matriz energética



Geração de energia elétrica

Reforçando o compromisso de ser uma companhia sustentável, a matriz energética do parque gerador da Cemig é composta totalmente por fonte de energia limpa e renovável, por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, solar e eólica.

Composição da matriz energética



Capacidade instalada

Considerando suas controladas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação em 48 usinas, sendo 36 hidrelétricas, 10 solares e 2 eólicas, com capacidade instalada total de 4.679 MW, conforme segue:

Usina	Capacidade instalada (MW) ¹
UHE Theodomiro Carneiro Santiago	1.192
UHE Nova Ponte	510
UHE Irapé	399
UHE Três Marias	396
UHE Salto Grande	102
UHE Queimado	87
UHE Sá Carvalho	78
UHE Rosal	55
UHE Itutinga	52
UHE Camargos	46
UHE Belo Monte	1.313
Demais Hidrelétricas	219
UFV Advogado Eduardo Soares	85
Demais Solares Fotovoltaicas	74
EOL Praias de Parajuru	29
EOL Volta do Rio	42
Total	4.679

(1) A capacidade instalada está apresentada considerando a cota de participação da Companhia no empreendimento.

Transmissão de energia elétrica

No segmento de transmissão, a Companhia e suas controladas em conjunto, operam e mantêm 40 subestações e 5.060 km de linhas de transmissão, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme segue:

Transmissão	Comprimento (km)
230 kV	795
345 kV	2.083
500 kV	2.182
Total	5.060

Além disso, possui ativos que, opera e mantém, em outras 12 subestações de outros agentes de transmissão.

Em 2024, a Cemig GT teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 9 empresas, em 12 subestações e 95 km de linhas de transmissão.

Comercialização de energia elétrica

Em 2024, a Cemig (Controladora da Companhia) continua líder no atendimento ao mercado livre no Brasil e chegou a 14% do *Market Share*, estando consolidada com clientes em todos os estados, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além do fornecimento de energia elétrica, a Cemig comercializa os certificados de energia renovável Cemig REC e I-REC, contribuindo para sustentabilidade econômica e ambiental de seus clientes.

No segmento de energia incentivada, em 2024, a Cemig alcançou o montante de 1.746 MW médios de energia vendida, o que representa quase 15% desse segmento, conforme dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Trata-se de uma marca inédita para o mercado e, especialmente, para a Cemig, que vem incrementando suas vendas para esse segmento de forma contínua desde 2010.

Energia Livre Cemig – Mercado Varejista

Com foco em novos mercados, a Cemig inovou com o lançamento do “Energia Livre Cemig” em 2023, um sistema de e-commerce que oferece aos clientes de média tensão a possibilidade de simular e contratar energia renovável, aproveitando as oportunidades que a abertura de mercado criou a partir de janeiro de 2024.

A nova plataforma, que revolucionou o setor, foi planejada para tornar a jornada do cliente simples e ágil, possibilitando a contratação de energia de forma 100% digital. Ela tem permitido o atendimento dos clientes do mercado varejista e, juntamente com outras ações importantes para desenvolvimento desse segmento, contribuiu para que a Cemig alcançasse a liderança no mercado varejista a partir de outubro de 2024.

Em dezembro de 2024, foram comercializados 122 MW médios para esse tipo de cliente, que corresponde ao *Market Share* de 8%. Assim como no mercado livre atacadista, a liderança da Cemig no mercado varejista se dá em todo o território nacional, com clientes nos 25 estados interligados ao SIN, além do Distrito Federal.

AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2024 começou sob a perspectiva de continuidade do movimento de convergência da inflação nos Estados Unidos em direção à meta de uma forma mais rápida. Essa expectativa foi frustrada no primeiro semestre do ano, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho atrelada a números menos favoráveis de inflação nos Estados Unidos.

Essa frustração deu margem a seguidas reavaliações, pelos agentes dos mercados, de quando enfim teria início o ciclo de corte de juros por parte do banco central norte-americano (FED).

Dados mais fracos do mercado de trabalho referentes a julho, bem como de inflação, levaram o FED a reduzir os juros básicos nos Estados Unidos (*federal funds rate* - FFR) em 50 pontos-base na reunião de setembro. Nas próximas duas reuniões do FED foram efetuadas duas reduções de 25 pontos base, levando a FFR ao nível de 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

O cenário internacional mais desafiador levou em parte a desvalorização do real em relação ao dólar americano, conseqüentemente, o aumento da inflação e da taxa básica de juros (a Selic) no Brasil em 2024.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado pelo crescimento da atividade econômica. Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, esse crescimento decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, permitindo ampliação dos gastos em 2024; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais em conjunto com a retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”, impulsionaram o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o RS após a tragédia climática. Os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

O mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (a Selic) iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024. O crédito às famílias se beneficiou do programa Desenrola ocorrido ao final de 2023, que reduziu a taxa de inadimplência e do crescimento da renda.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, bem como o crescimento do rendimento médio real dos trabalhadores, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

No câmbio, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano em 2024 (+24,50 % variação dez/2023-dez/2024), em parte pelo cenário internacional. A depreciação cambial só não foi maior porque, até novembro, o balanço de pagamentos se manteve forte.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho apertado acabou se refletindo também na

formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta do IPCA, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano, terminado o ano com uma variação de 4,83%. A decisão de redução da Selic em maio de 2024, que não foi unânime e apresentou uma divisão em que os diretores que votaram por uma redução maior, foi interpretada como sinal de leniência com relação à inflação e estimulou um salto das expectativas inflacionárias para os anos seguintes.

Em reação a essa piora das expectativas de inflação, concomitante ao aumento das medidas de núcleo de inflação com a atividade econômica aquecida, o Comitê de Política Monetária (Copom) suspendeu o ciclo de reduções da Selic antes do que previsto, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, apenas duas reuniões depois de ter interrompido o ciclo de reduções, conforme o quadro prospectivo para a inflação se tornou mais adverso, o Comitê de Política Monetária (Copom) retomou a elevação da Selic, com um aumento de 25 pontos-base. Em novembro, intensificou o ritmo de alta para 50 pontos-base e, em dezembro, para 100 pontos-base, sinalizando ainda ao menos mais duas altas de 100 pontos-base nas primeiras duas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2025. Assim, a Selic encerrou o ano de 2024 em 12,25% ao ano, patamar mais alto que o de encerramento de 2023, que foi de 11,75% ao ano.

Apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do cenário internacional e fiscal doméstico resultou em condições financeiras claramente mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.

Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa

hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (*Generation Scaling Factor*) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Transmissão de energia elétrica

A receita do negócio de transmissão é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constituiu a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto à Aneel para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

A Aneel define a receita dos ativos por meio de Resoluções Autorizativas, que estabelecem a Receita Anual Permitida (RAP) previamente, com direito ao recebimento a partir da data de entrada comercial do ativo, podendo ser reajustada nos processos de reajuste tarifário anual, revisão tarifária periódica e revisão tarifária extraordinária.

O reajuste tarifário anual ocorre em 1º julho de cada ano e tem por objetivo (i) corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de concessão e (ii) adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), por sua vez, ocorre a cada cinco anos e consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em julho de 2024, por meio das Resoluções Homologatórias (ReH) nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP para os Contratos de Concessão nº 006/1997 e nº 079/2000, ambos da Cemig GT.

No caso do contrato 006/1997, a revisão deveria ter ocorrido em 2023, mas sua postergação foi determinada pelo Despacho Aneel nº 402/2023, que acolheu o pedido da Associação Brasileira de Transmissoras de Energia Elétrica (Abratee) de postergação da RTP de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Dessa forma em 2024, ocorreram o processo de reajuste tarifário anual para as receitas dos contratos 006/1997 (Cemig GT), 079/2000 (Cemig GT – Itajubá) e 004/2005 (Companhia de Transmissão Centroeste de Minas - Centroeste) e, concomitante, o processo de RTP para os contratos 006/1997 e 079/2000.

RAP homologada para o ciclo 2024-2025

As RAPs do ciclo 2024-2025 dos contratos de concessão da Companhia foram estabelecidas em R\$1.231,1 milhões, aumento de 5,9% com relação ao ciclo anterior. No período, os índices de preço IPCA e IGPM variaram 3,93% e -0,3%, respectivamente.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2023-2024 R\$ milhões (1)	RAP ciclo 2024-2025 R\$ milhões	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	1.097,26	1.161,99	5,90%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	43,04	43,10	0,14%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	30,14	26,01	(13,7%)
		1.170,44	1.231,1	5,18%

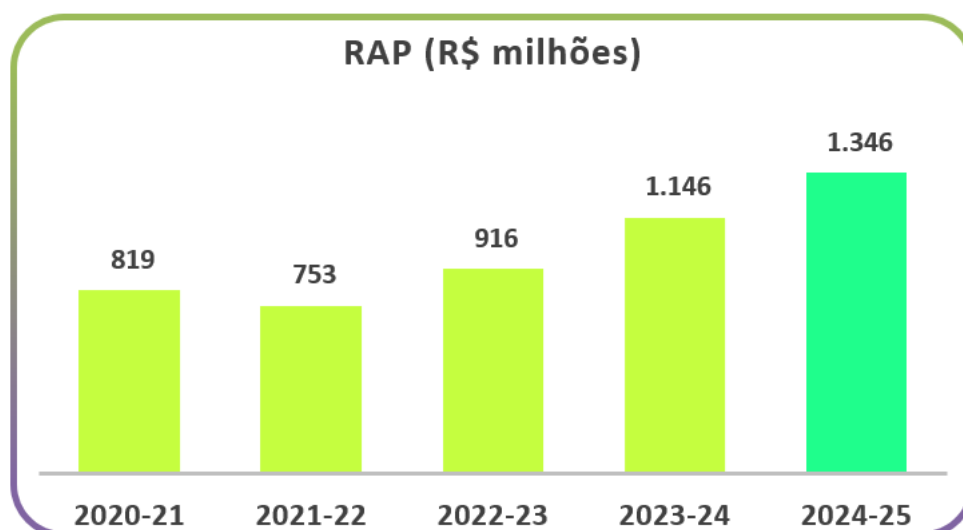
(1) Valores após Despacho Aneel nº 4.675 de dezembro de 2023.

A RAP do contrato de concessão 006/1997 teve um reajuste de 5,90% composto pelo efeito da Revisão Tarifária Periódica de 2023, postergada para 2024, notadamente no que tange a reavaliação da base de ativos incrementais e reconhecimento das melhorias de pequeno porte do ciclo 2018-2023, a aplicação de IPCA sobre a receita já homologada e o reconhecimento dos novos reforços.

Quanto a RAP do contrato 079/2000 foi reajustada em 0,14%, refletindo a reavaliação dos ativos incrementais. O índice de preços deste contrato é o IGPM que teve variação negativa no período.

A RAP da Centroeste (contrato 004/2005) foi reajustada em -13,7%, refletindo principalmente o efeito da redução da receita no 15º ano, definida no contrato de concessão para ocorrer em 25/03/2025, ou seja, dentro do ciclo 2024-2025, além do efeito do negativo do IGPM, índice de preço de reajuste da RAP deste contrato.

No total, incluindo o efeito da parcela de ajuste no montante de R\$115 milhões (redução de R\$24 milhões para o ciclo 2023-24), a receita das transmissoras para o ciclo 2024-25 considerando o contrato da Cemig GT, Itajubá e Centroeste ficou em R\$1.346 milhões (R\$1.146 milhões para o ciclo 2023-24), representando um reposicionamento de 17,45% em comparação ao ciclo anterior.



Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração e Transmissão, aplicadas aos

processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às transmissoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Geração

Disponibilidade de geração

A disponibilidade de geração é medida por meio do indicador FID (Fator de Disponibilidade), valor adimensional, resultante da divisão da disponibilidade apurada nos últimos 60 meses pelo índice de referência definido pela Aneel. Logo, quanto maior o FID, melhor o desempenho do ativo.

A partir de janeiro de 2023 passaram a vigorar os novos índices de referência revisados pela Aneel. Conforme metodologia atual, os valores tendem a subir quando o histórico recente é positivo, o que resultou na queda do valor do FID de algumas instalações.

Apesar disso, o Índice de Disponibilidade verificado, que compõe o numerador do cálculo do FID, vem se mantendo elevado nos últimos anos para as UHEs da Cemig sendo 96,44% em dezembro de 2024.

Volume de geração de energia

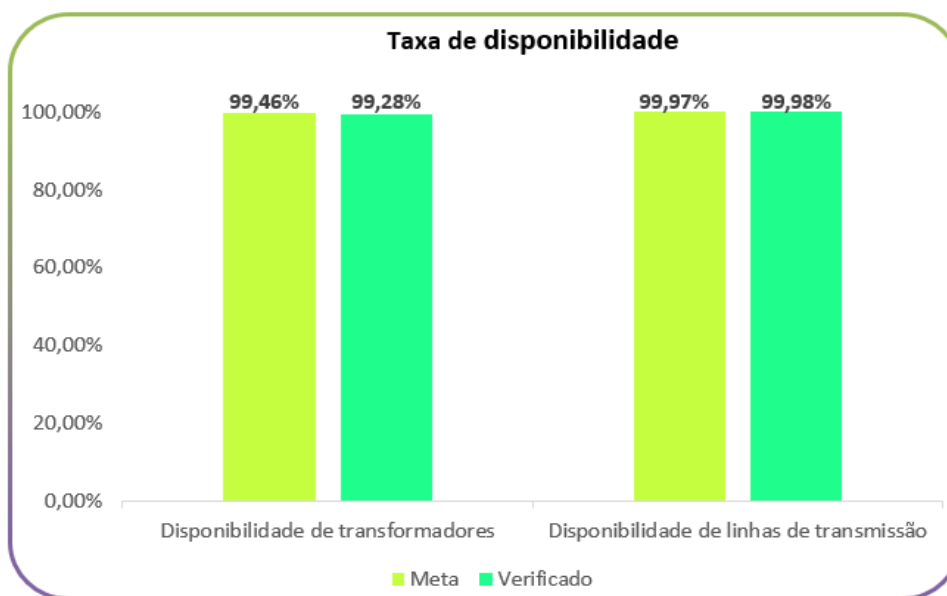
Geração em GWh	Total 2024	Parcela Cemig
UHE despachadas centralizadamente (1)	35.187	13.596
UHE não despachadas centralizadamente (2) (3)	954	736
Usinas eólicas (4)	551	367
Usinas fotovoltaicas	108	108
Total	36.800	14.806

- (1) Para as usinas hidrelétricas Aimorés, Amador Aguiar 1, Amador Aguiar 2, Candonga, Funil-MG, Igarapava e Porto Estrela, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação da Cemig GT na Aliança Energia.
- (2) Para as usinas hidrelétricas Anil, Jacutinga, Lages, Piçarrão, Rio de Pedras, Salto do Passo Velho, Salto Morais, Salto Voltão, Santa Luzia, Santa Marta, São Bernardo, Sumidouro e Xicão, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação dessas usinas pela Cemig GT.
- (3) Para a usina hidrelétrica Luiz Dias, foi considerado o volume de geração de energia até a data de solicitação à Aneel do registro de transferência da titularidade da Cemig GT para a Universidade Federal de Itajubá.
- (4) Para as usinas eólicas Acauã III, Baixa do Sítio, Garrote, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, São Raimundo e Gravier, foi considerado o volume de geração de energia até a data da alienação da participação da Cemig GT na Aliança Energia.

Transmissão

Taxa de disponibilidade de transmissão

Abaixo são apresentados os indicadores de performance operacional da transmissão:



A referência setorial para a Disponibilidade de transformadores é de 99,25% e para a Disponibilidade de linhas de transmissão é de 99,39%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Resultado do exercício

A Cemig Geração e Transmissão teve um lucro líquido de R\$3.692 milhões no exercício de 2024 e um lucro líquido de R\$2.403 milhões no exercício de 2023. Representando um aumento de 53,64% no lucro líquido do exercício de 2024 em comparação ao exercício de 2023.

Os principais eventos que impactaram o resultado do exercício de 2024 foram o registro dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida dos contratos de concessão da Companhia e o reconhecimento do ganho com a alienação da participação societária na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança Geração).

As principais justificativas para as variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

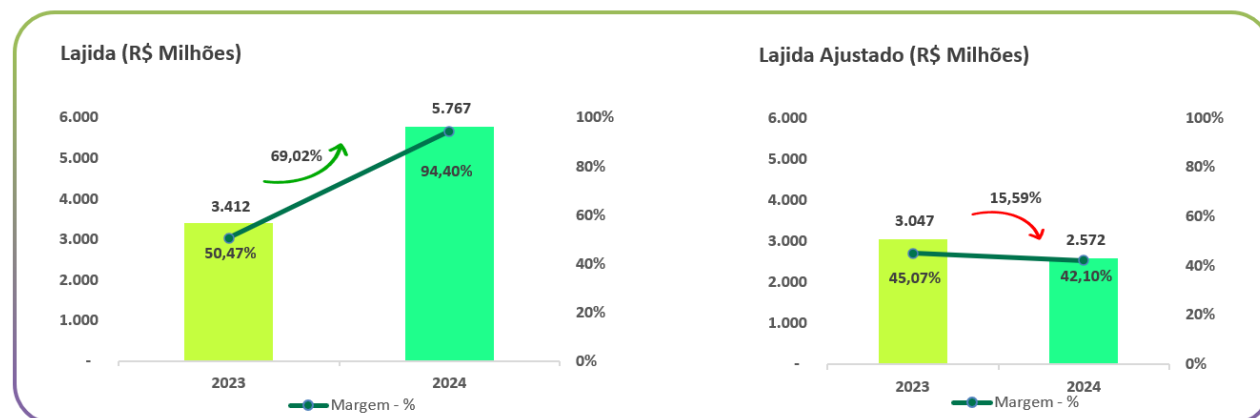
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida consolidado

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida 2024 R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do período	1.279	1.553	3	857	3.692
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	334	553	(16)	427	1.298
+ Resultado financeiro líquido	180	109	(24)	179	444
+ Depreciação e amortização	324	9	-	-	333
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.117	2.224	(37)	1.463	5.767
Efeitos não recorrentes e não caixa					
- Ganho na alienação de ativos (nota 30)	(43)	-	-	-	(43)
- Ganho na alienação de investimentos (nota 30)	-	-	-	(1.617)	(1.617)
+ Perda por redução ao valor recuperável (nota 26)	-	-	5	41	46
- Reversão de provisões tributárias - INSS s/ PLR (nota 23)	(30)	(33)	(5)	(3)	(71)
- Reversão de provisão com parte relacionada (nota 28)	-	-	-	(58)	(58)
+ Programa de desligamento voluntário (nota 26)	7	7	1	1	16
+ Constituição de provisões cíveis - Compra e venda de energia (nota 23)	-	-	53	-	53
- Resultado da Revisão Tarifária Periódica (nota 13)	-	(1.521)	-	-	(1.521)
= Lajida ajustado (2)	2.051	677	17	(173)	2.572

Lajida 2023 R\$ milhões	Geração	Transmissão	Comercialização	Participações	Total
Lucro líquido do exercício	1.396	457	352	198	2.403
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	324	110	116	34	584
+ Resultado financeiro líquido	11	48	(81)	118	96
+ Depreciação e amortização	328	1	-	-	329
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	2.059	616	387	350	3.412
Efeitos não recorrentes e não caixa					
- Ganho na alienação de investimento	-	-	-	(344)	(344)
- Remensuração passivo de pós-emprego	(11)	(7)	(1)	(2)	(21)
= Lajida ajustado (2)	2.048	609	386	4	3.047

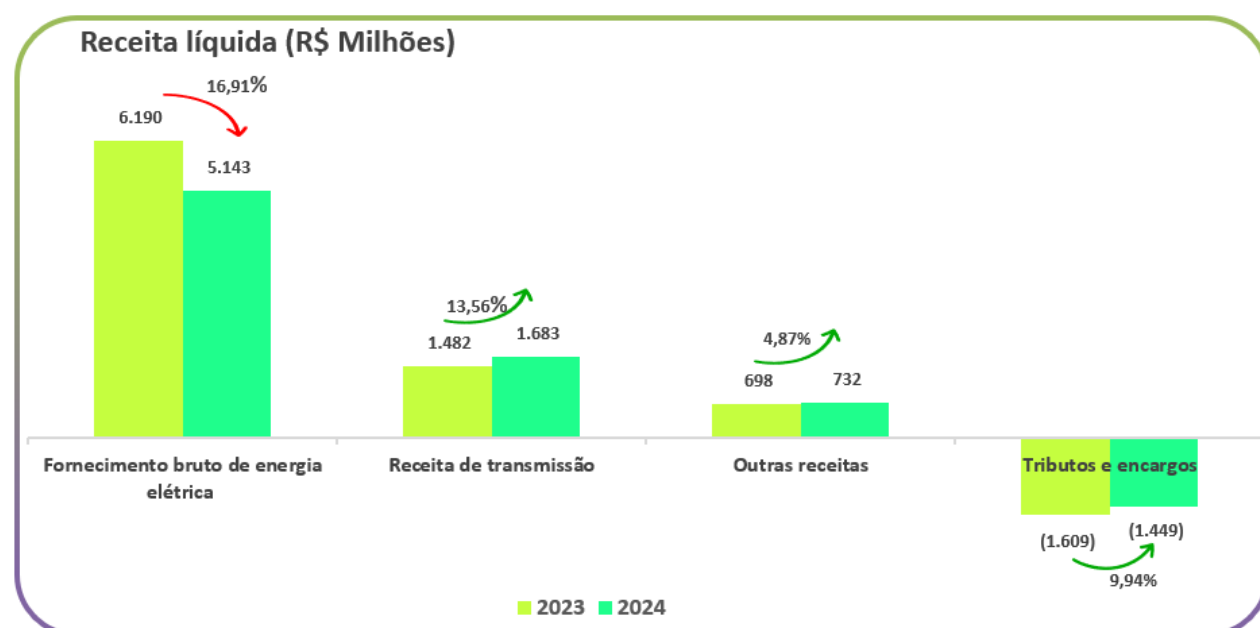
- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes, fornecidas por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita líquida

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:

	Consolidado (milhões)		Variação (%)
	2024	2023	
Fornecimento bruto de energia elétrica	5.143	6.190	(16,91)
Receita de transmissão			
Receita de operação e manutenção	666	740	(10,00)
Receita de construção	423	227	86,34
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	594	515	15,34
Receita de atualização da bonificação pela outorga	447	412	8,50
Liquidação na CCEE	38	69	(44,93)
Receita de indenização da geração	86	93	(7,53)
Outras receitas	161	124	29,84
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas	(1.449)	(1.609)	(9,94)
	6.109	6.761	(9,64)



As justificativas para as principais variações estão descritas a seguir:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica reduziu 16,91%, sendo de R\$5.143 milhões em 2024 na comparação com R\$6.190 milhões em 2023. Essa variação está relacionada à redução de 12,3% no volume de energia vendida, associada, principalmente, à continuidade da transferência da atividade de comercialização da Cemig GT para a Cemig Holding.

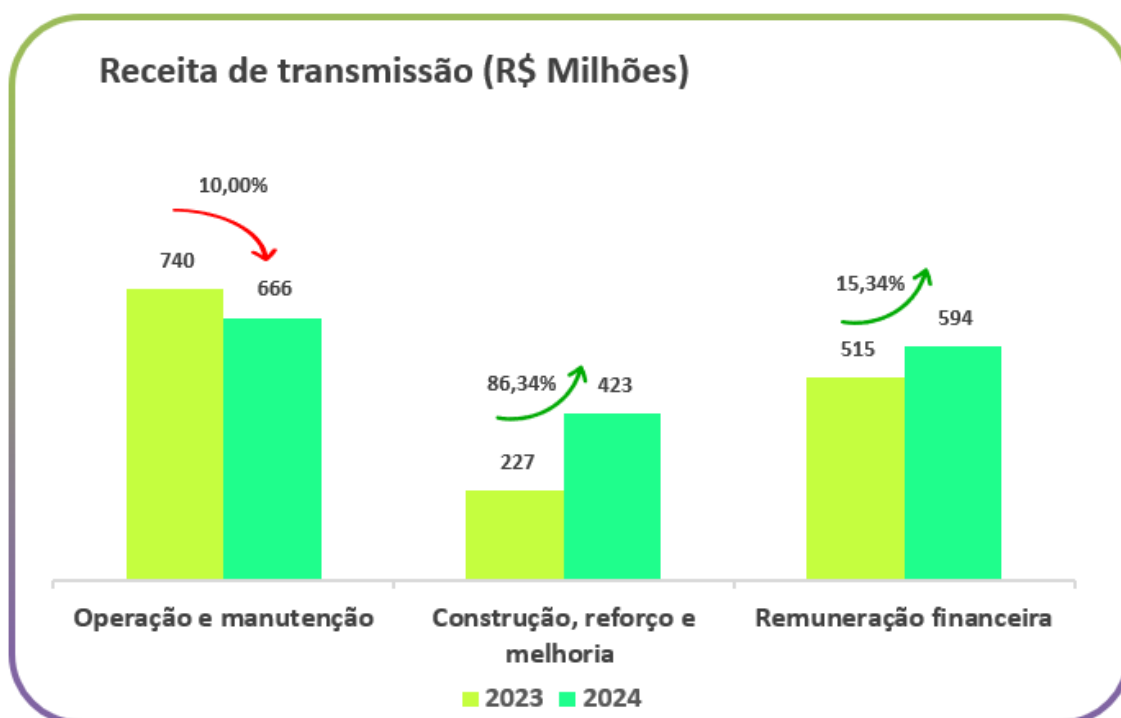
	2024			2023			Variação %	
	MWh (1)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (2)	MWh (1)	R\$ (Milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) (2)	MWh	R\$
Industrial	8.326.599	2.361	283,55	10.198.825	3.063	300,33	(18,36)	(22,92)
Comercial	3.793.107	934	246,24	3.865.766	993	256,87	(1,88)	(5,94)
Rural	49.268	12	243,57	18.723	5	267,05	163,14	140,00
Poder Público	3.948	1	253,29	-	-	-	-	-
Subtotal	12.172.922	3.308	271,75	14.083.314	4.061	288,36	(13,56)	(18,54)
Fornec. não faturado, líquido	-	(46)	-	-	(57)	-	-	(19,30)
	12.172.922	3.262	267,97	14.083.314	4.004	284,31	(13,56)	(18,53)
Suprim. outras concessionárias (3)	8.505.705	1.904	223,85	10.311.213	2.149	208,41	(17,51)	(11,40)
Suprim. não faturado líquido	-	(23)	-	-	37	-	-	(162,16)
	20.678.627	5.143	252,05	24.394.527	6.190	254,57	(15,23)	(16,91)

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(3) Esta receita inclui contrato de vendas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) às distribuidoras, vendas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

Receita de transmissão



- **As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura** foram de R\$423 milhões em 2024, comparados a R\$227 milhões em 2023, um aumento de 86,34%. A variação decorre, principalmente, do maior volume investido em obras de reforços e melhorias e na implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona. Além do acréscimo no volume, vale destacar o maior mark-up sobre o custo das obras investidas em 2024.
- **Receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão**, teve um aumento de 15,34% e foram de R\$594 milhões e R\$515 milhões em 2024 e 2023, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, ao acréscimo na taxa de remuneração após Revisão Tarifária Periódica. Destaca-se ainda a variação do IPCA em 2024 de 4,83% superior à variação verificada em 2023 de 4,62%.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 13.

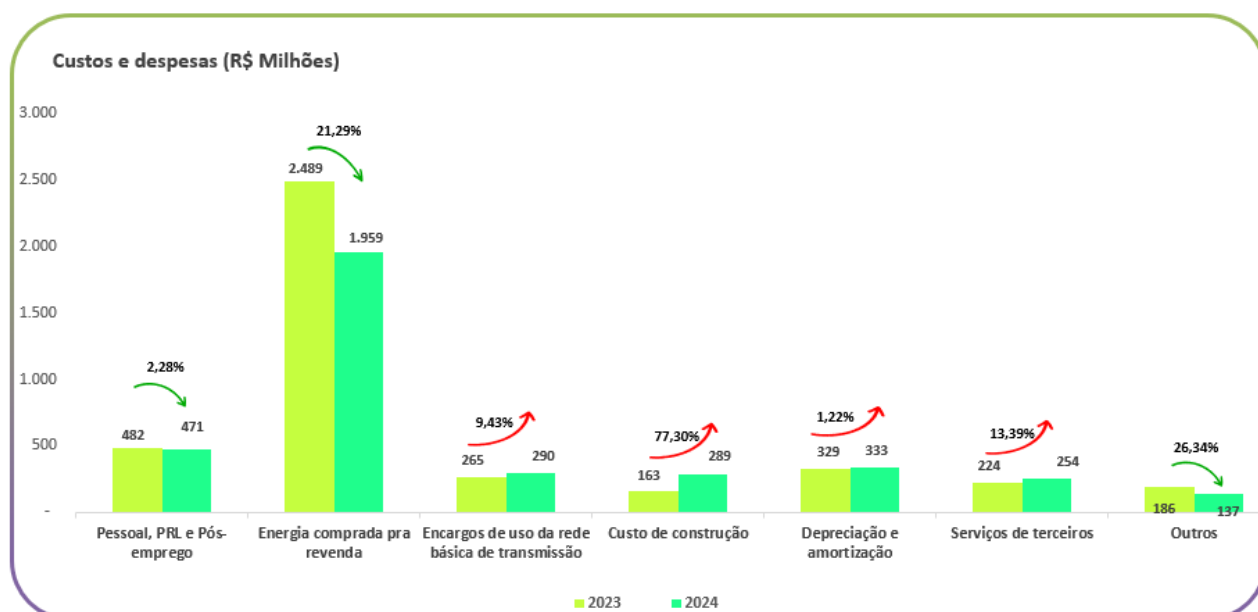
Liquidação na CCEE

A receita com liquidações na CCEE foi de R\$38 milhões em 2024 em comparação a R\$69 milhões em 2023, representando uma redução de 44,93%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução das sobras de energia nesse período que são liquidadas na CCEE.

Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.446 milhões em 2024 comparados a R\$1.609 milhões em 2023, uma redução de 10,13%. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas



Os custos e despesas foram de R\$3.733 milhões em 2024 em comparação a R\$4.138 milhões em 2023, uma redução de 9,79%. As principais variações nos componentes dos custos e despesas estão descritas a seguir.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.959 milhões em 2024, comparado a R\$2.489 milhões em 2023, representando uma redução de 21,29. Essa variação está relacionada à redução no volume de energia comprada devido à transferência da atividade de comercialização da Cemig GT para a Cemig Holding.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$289 milhões em 2024, em comparação a R\$163 milhões em 2023, um aumento de 77,30%. A variação decorre, principalmente do desenvolvimento de projetos, sendo que nesse período ocorreu fornecimento significativo de equipamentos primários que possuem alto valor financeiro.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do exercício de 2024 foi uma despesa no montante de R\$100 milhões, em comparação a uma despesa no montante de R\$115 milhões em 2023, uma redução de 13,04%. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos participantes do Plano de Saúde Integrado (PSI), devido à adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, o Plano Premium, ofertado pela Companhia.

Reversão de provisão com parte relacionada

A Cemig GT possuía obrigações contratuais perante a até então investida Aliança Geração, correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital dessa investida. Em 27 de março de 2024, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA) para alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A.. Em 13 de agosto de 2024, com a conclusão da alienação, a Vale S.A. e a Cemig GT, em conjunto, celebraram um termo de acordo para extinção e quitação dessas contingências, o que resultou na reversão da provisão, em agosto de 2024, no montante R\$58 milhões.

Mais detalhes sobre essas contingências na nota explicativa nº 28.

Provisões para contingência

As provisões para contingência representaram uma reversão de despesa de R\$16 milhões em 2024 em comparação a uma despesa de R\$49 milhões em 2023. As variações mais representativas são justificadas conforme segue:

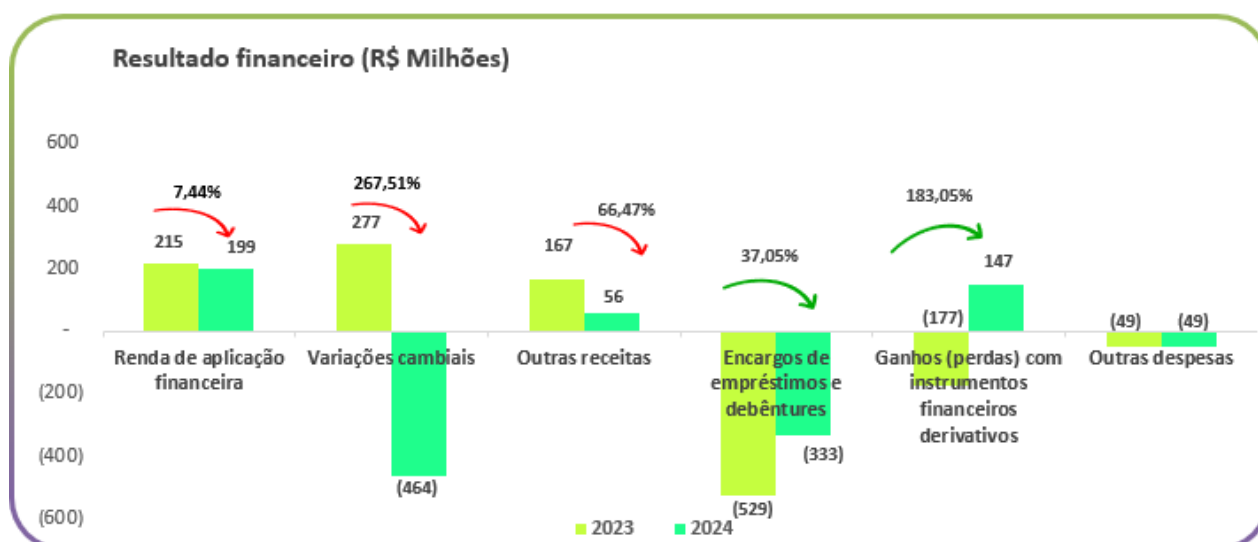
- **Tributárias** sendo uma reversão de despesa de R\$58 milhões em 2024 comparativamente a uma despesa de R\$29 milhões em 2023. Essa variação decorre principalmente de reversão de processos relacionados à Contribuição Previdenciária PLR que tiveram decisões favoráveis em 1ª instância.
- **Cíveis** uma despesa de R\$86 milhões em 2024 em virtude do provisionamento de processo de Relações com Grande Consumidores, referente à compra e venda de energia elétrica, e de Responsabilidade Civil, referente à indenização por danos materiais decorrente de interrupção de fornecimento de energia elétrica.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial no montante de R\$122 milhões em 2024 em comparação a **ganhos** líquidos no montante de R\$141 milhões em 2023. Essa variação está associada, principalmente, ao fato de que a participação detida pela Companhia na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, cessando o reconhecimento de equivalência patrimonial a partir de abril de 2024. A alienação dessa investida foi concluída na data de 13 de agosto de 2024.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$444 milhões em 2024 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$95 milhões em 2023.



Variação cambial de empréstimos

A variação do dólar em relação ao Real, em 2024, representou um aumento de 27,91%, em comparação a uma variação negativa de 7,21%, em 2023, o que gerou o registro de variação cambial negativa em 2024, no montante de R\$464 milhões, em comparação ao registro de variação cambial positiva em 2023, no montante de R\$277 milhões.

Instrumento financeiro derivativo

Em decorrência da elevação na curva de juros em relação à expectativa de crescimento na taxa do dólar em relação ao Real, o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou ganhos de R\$147 milhões, em 2024, em comparação ao registro de perdas de R\$177 milhões, em 2023. Adicionalmente, em dezembro/2024, ocorreu a liquidação desses instrumentos, no montante de US\$381 milhões, com resultado positivo de R\$521 milhões.

Encargos de empréstimos e debêntures

Redução de 37,05% sendo R\$333 milhões em 2024, em comparação a R\$529 milhões em 2023, essa variação decorre da liquidação do saldo devedor do Eurobond em dezembro de 2024.

Vide a composição completa das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2024, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.298 milhões (despesas de R\$584 milhões em 2023) em relação ao lucro de R\$4.990 milhões (R\$2.987 milhões em 2023) antes dos efeitos fiscais, representando 26,01% de alíquota efetiva (19,56% no em 2023).

Essa variação está relacionada, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos tributários sobre (i) Revisão Tarifária Periódica da RAP e (ii) ganho com a alienação da participação detida pela Cemig GT na Aliança Geração.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(c).

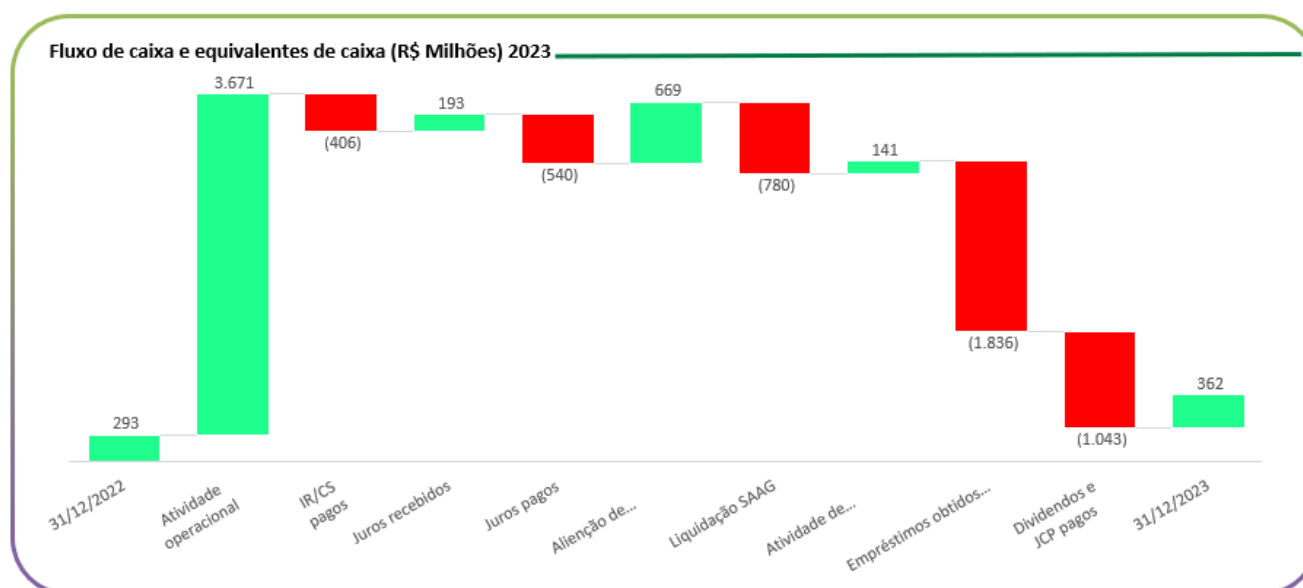
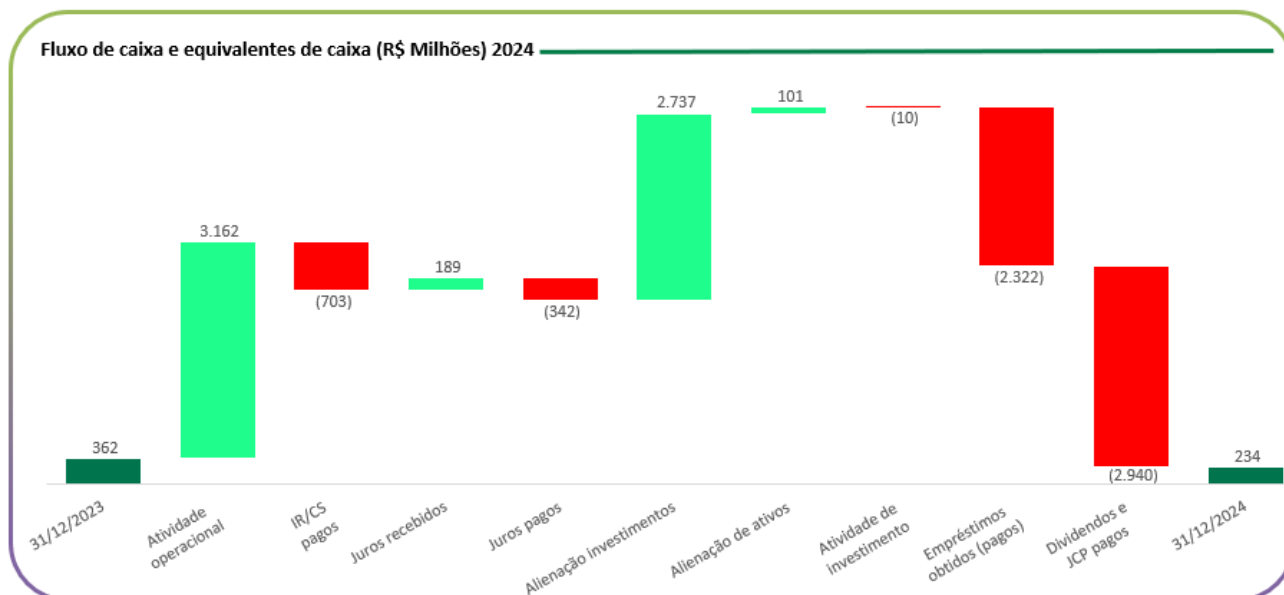
Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e equivalentes de caixa

A evolução dos fluxos de caixa da Companhia para os exercícios de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:



Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários durante o exercício de 2024 foram:

- Em agosto de 2024, foi concluído processo de alienação da participação da Cemig GT no capital social da Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança Geração), pelo montante de R\$2.737 milhões. Mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 30.

- Em dezembro de 2024, ocorreu a liquidação dos Eurobonds, por parte da Cemig GT, com desembolso líquido de caixa de R\$1.866 milhões. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.
- No exercício de 2024, houve o pagamento de dividendos e JCP no montante de R\$2.940 milhões. Mais detalhes na nota explicativa nº 24.

A demonstração dos fluxos de caixa está apresentada nas Demonstrações Financeiras.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Com o objetivo de viabilizar recursos para a execução do Plano Plurianual e Estratégico da Cemig, a Companhia planejou, identificou e captou recursos de terceiros no mercado de capitais nacional em condições compatíveis com os seus projetos e negócios.

A Companhia apresentou relevante geração de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de sua política de desinvestimentos. A combinação destes fatores possibilitou a execução de seu programa de investimentos sem afetar negativamente sua alavancagem, o que contribui para a sustentabilidade das suas operações.

A Companhia realizou relevantes alienações de ativos, com impacto no caixa ao longo de 2024, com destaque para a alienação da sua participação direta de 45% no capital social da Aliança Energia para a Vale, que resultou em entrada de caixa no montante de R\$2.737 milhões. Adicionalmente, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes Energia realizaram a alienação de 15 PCHs / CGHs pelo valor de R\$100,9 milhões.

Outro fator importante foi a liquidação, em dezembro, dos títulos de dívida emitidos no mercado externo (“Eurobonds”). O efeito líquido no caixa da Companhia foi de R\$1.866 milhões, considerando o pagamento de R\$2.309 milhões (equivalentes a US\$ 381,1 milhões) subtraído o efeito do *hedge* de R\$443 milhões. Após essa liquidação, a Cemig GT permanece apenas com a 9ª emissão de debêntures em seu endividamento, que, em 31 de dezembro de 2024, possuía um saldo de R\$1.032 milhões e vencimento final em 2029.

Ao longo de 2024, a Cemig GT desembolsou R\$2.651 milhões com serviço da dívida (principal e juros), sendo R\$2.309 milhões referentes à liquidação dos Eurobonds, conforme citado acima.

Como consequência, a Cemig GT aumentou significativamente o prazo médio da sua dívida de 2,1 anos em 31 de dezembro de 2023 para 3,0 anos em 31 de dezembro de 2024, associado a uma redução significativa dos seus custos nominais e reais. Sendo 17,86% a.a. e 12,10% a.a. respectivamente em 31 de dezembro de 2023 e 12,99% a.a. e 7,77% a.a., respectivamente em 31 de dezembro de 2024.

Com relação ao risco de crédito corporativo, as principais agências de classificação de risco avaliam os *ratings* da Cemig de maneira consolidada, ou seja, a Cemig, Cemig D e Cemig GT possuem as mesmas notas nas avaliações de cada agência.

Considerando esta contextualização, os *ratings* locais foram mantidos ou elevados ao longo do ano. A Fitch elevou o *rating* da Cemig para AAA, enquanto a Moody's elevou para AA+. Por fim, a Standard & Poor's reafirmou o *rating* AA+, entretanto melhorou a sua perspectiva, alterando-a de estável para positiva. Dessa forma, todas as agências melhoraram sua visão de crédito consolidada sobre a Cemig, refletindo sua diversificada operação, gestão financeira adequada, com melhoria do perfil de liquidez, e melhora dos indicadores de desempenho operacionais.

Com relação aos *ratings* globais, a Fitch e Standard & Poor's reafirmaram as notas BB e BB-, respectivamente, enquanto a Moody's elevou a nota de Ba2 para Ba1.

FitchRatings	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+
	2009																
	2018																
	2024																

STANDARD & POOR'S	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC
	2009																
	2018																
	2024																

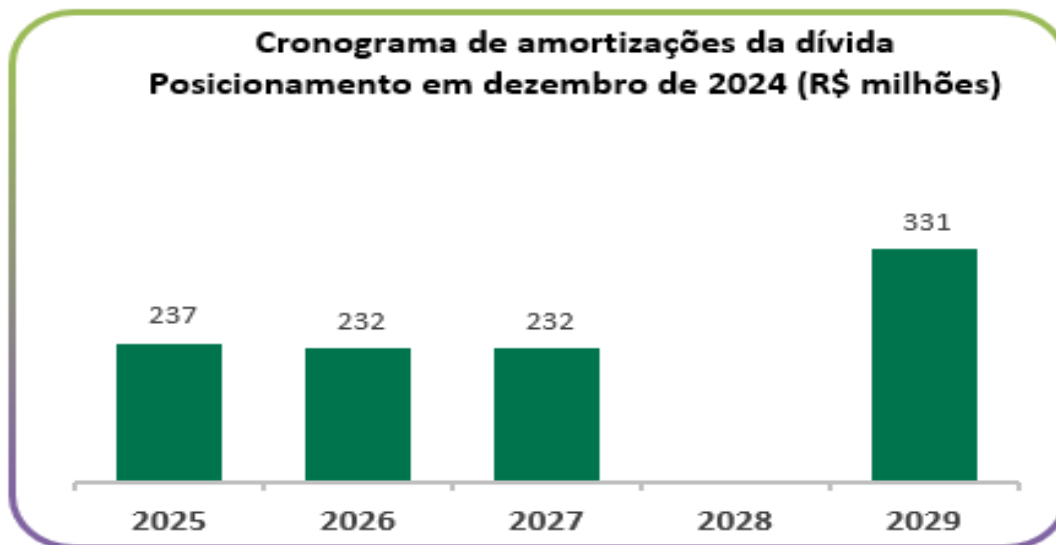
Moody's	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1
	2009																
	2018																
	2024																

Os detalhes sobre as debêntures da Companhia e liquidação dos *Eurobonds*, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024.

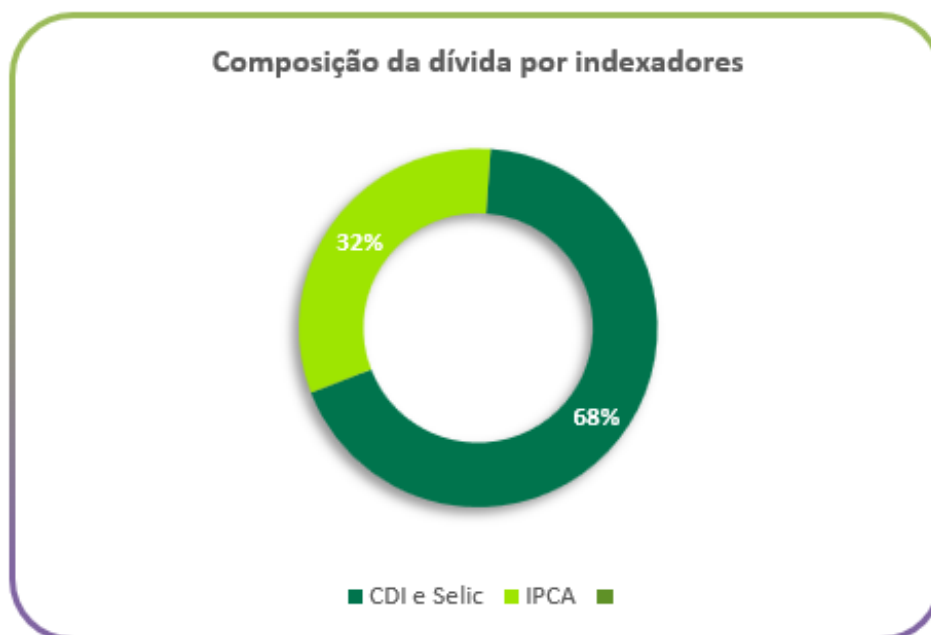
A Companhia conta com *covenants* financeiros, atrelados à emissão de debêntures, relacionados ao seu endividamento e distribuição de dividendos.

O endividamento bruto da Cemig GT é R\$1.032 milhões em 31 de dezembro de 2024.

O cronograma de amortizações da dívida é apresentado no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Companhia por indexadores, em 31 de dezembro de 2024, é conforme segue:



Para a dívida cuja referência é o IPCA, existe um *hedge* natural, dado que a receita de sua atividade, por meio de seus contratos de transmissão e comercialização, possui, em grande parte, correção por esse mesmo índice. Do outro lado, o caixa da Companhia é corrigido pelo CDI, produzindo um efeito similar.

Administração de capital

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia tem como meta manter o endividamento consolidado líquido em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida ajustado.

A dívida líquida consolidada da Companhia é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e debêntures (nota 20)	1.032	2.868
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(234)	(362)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(309)	(576)
(-) Instrumento derivativo de hedge (nota 29)	-	(368)
Dívida líquida	489	1.562
Lajida ajustado (1)	2.572	3.047
Dívida líquida / Lajida ajustado	0,19	0,51

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado.

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Total do passivo	5.999	8.418
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(234)	(362)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 7)	(224)	(576)
Passivo líquido	5.541	7.480
Total do patrimônio líquido	11.665	10.047
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	0,48	0,74

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2024 no montante de R\$3.692 milhões e do saldo credor de realização do custo atribuído de imobilizado no montante de 11 milhões:

- R\$181 milhões para constituição de reserva legal;
- R\$1.958 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos, conforme abaixo:
 - R\$743 milhões por meio de juros sobre o capital próprio;
 - R\$822 milhões para pagamento de dividendos intermediários; e
 - R\$393 milhões para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.
- R\$63 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

- R\$1.501 milhões sejam destinados ao pagamento de dividendos adicionais.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Implantação das usinas solares fotovoltaicas Advogado Eduardo Soares e Jusante

Com investimentos estimados em R\$850 milhões, a implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando a posição da Cemig como referência em energias renováveis.

A UFV Advogado Eduardo Soares possui 85MW de potência instalada (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Já a UFV Jusante é composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada (aproximadamente 87 MWp), também localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, no estado de Minas Gerais.

A UFV Advogado Eduardo Soares está 100% energizada e em operação comercial. Já em Jusante, o empreendimento está 100% energizado, estando as usinas 1, 2, 3, 5, e 6 em operação comercial e a usina 7 está em operação em teste.

Modernização da UHE Salto Grande

Em alinhamento com a iniciativa estratégica de elevar a eficiência operacional dos ativos, serão investidos cerca de R\$250 milhões na reforma e modernização da Usina Hidrelétrica de Salto Grande. Com Potência Instalada de 102MW, a usina está localizada no leste do estado de Minas Gerais e sua modernização visa garantir as condições de operação, segurança e fornecimento de energia para a região conforme requisitos do contrato de concessão.

Investimentos em transmissão

Lote 1 do Leilão 02/2022

A Cemig GT, por meio da sua subsidiária integral Centroeste está investindo cerca de R\$220 milhões na implantação da LT 230 kV Governador Valadares 6 – Verona. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas a regularização fundiária, licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo. O prazo de implantação da linha de transmissão é de 60 meses a partir da assinatura do contrato de concessão, realizada em março de 2023. Até 31 de dezembro de 2024 foram investidos R\$37 milhões pela Centroeste.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes Ltda presta serviços de auditoria independente para a Companhia desde abril de 2022. Serviços como, auditoria das demonstrações financeiras anuais e intermediárias e revisões de suas respectivas traduções ao inglês, relatórios sobre controles internos, revisão tributária (*tax compliance*), e, no que se aplica, auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, e do relatório de controle patrimonial. O contrato vigente possui duração de 60 (sessenta) meses, com previsão de reajuste anual limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/ IBGE.

Em 2024, por competência, a KPMG fez jus a receber o montante de R\$1.868 mil pelo contrato recorrente de auditoria.

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Destaca-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pelo Comitê de Auditoria, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos nas Resoluções CVM nº 23/2022 e 80/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade há 25 anos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 desde sua criação, em 2005. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Cemig e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos: desempenho ambiental, social e de governança.

Desempenho Ambiental

A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental. A Companhia possui uma política ambiental, disponível publicamente, que orienta sobre a inclusão de aspectos ambientais nos processos decisórios da Companhia e estabelece o respeito ao meio ambiente como um valor que deve ser praticado por todos os empregados e outras partes interessadas que atuem em seu nome, incluindo seus fornecedores.

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP, instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

A Cemig desenvolveu e emprega diversos índices internos para mensurar e monitorar a sua performance ambiental:

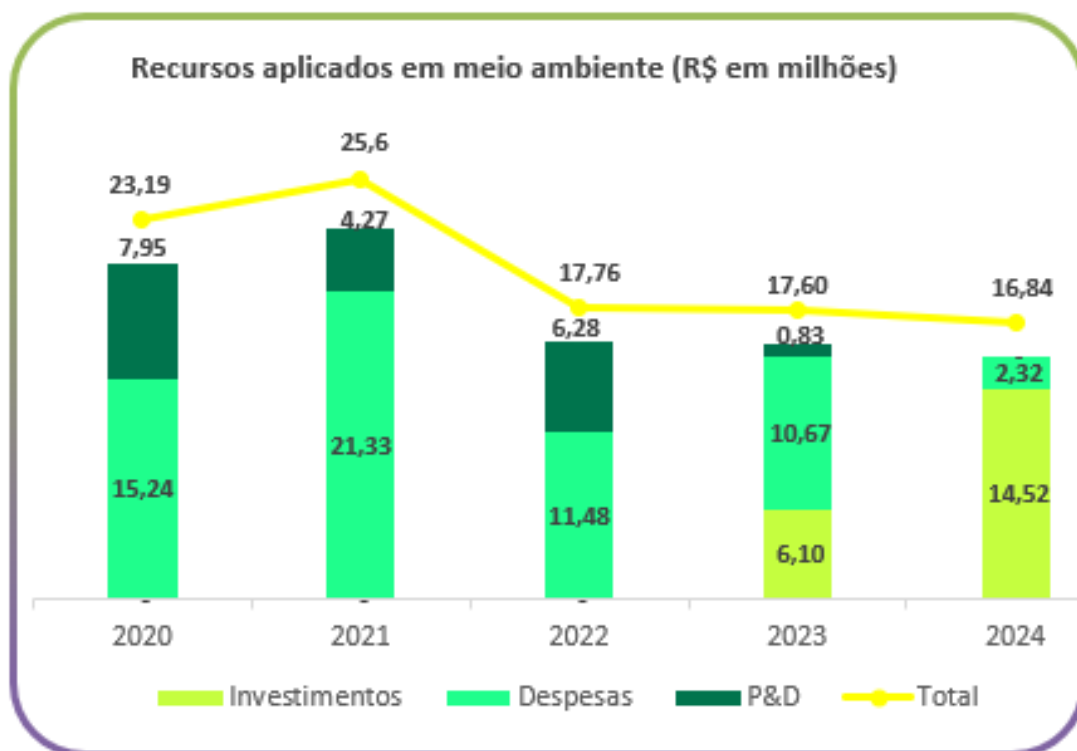
Índice de Cumprimento de Condicionante (ICC): avalia o cumprimento das exigências ambientais anualmente, respeitando os prazos e as definições impostas pelos órgãos ambientais. Assim, busca-se garantir a conformidade ambiental dos empreendimentos da Cemig Geração e Transmissão.

Índice de Cumprimento de Compensação Florestal (ICCF): mede o cumprimento anual das compensações florestais estabelecidas em licenças ambientais ou em atos autorizativos que são relacionados à reconstituição da flora.

Índice de licenciamento ambiental para operação de instalação da geração e da transmissão (ILOI): expressa o percentual das instalações da Cemig G e T, em operação, que apresentam licença ambiental em vigor.

Em 2024, a Cemig GT aplicou cerca de R\$16,84 milhões em meio ambiente, valor bem próximo aos R\$17,6 milhões do exercício de 2023. Dentre os investimentos e despesas temos atividades relacionadas a programas de educação ambiental, recomposição florestal, recuperação de áreas degradadas, gestão de resíduos sólidos e efluentes, monitoramento de qualidade de água e de peixes no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos. Com o encerramento dos P&Ds vigentes em 2023, nova captação foi iniciada em 2024 o que resultou na ausência de gastos nesse ano.

Os investimentos realizados pela Companhia em meio ambiente estão demonstrados na sequência.



Inovação

O setor de energia elétrica passa por mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como:

- crescente descentralização dos sistemas de geração de energia;
- avanço das tecnologias de armazenamento de energia;
- proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente;
- crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar; e,
- a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação da mudança do clima.

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG.

Mercado de Hidrogênio (H2) Verde em Minas Gerais

Trata-se de uma metodologia para planejamento estratégico do H2 Verde no contexto das empresas do setor elétrico e desenvolvimento de Roadmap Tecnológico-Estratégico para o estado de Minas Gerais.

O Brasil é conhecido mundialmente como referência por sua matriz energética baseada em fontes renováveis. O H2 Verde é aquele produzido com eletricidade oriunda dessas fontes de energia limpas e renováveis, como as de matriz hidrelétrica, eólica, solar e provenientes de biomassa, biogás, entre outros. Ou seja, o H2 Verde é obtido sem emissão do gás carbônico (CO2). Alinhada a essa perspectiva sustentável, o objetivo desse projeto é traçar um panorama do mercado de H2 Verde em Minas Gerais, de maneira a criar e aplicar a metodologia de um Roadmap tecnológico e estratégico sobre o assunto.

Alguns trabalhos serão desenvolvidos ao longo das etapas do projeto. Os principais resultados serão um panorama do mercado de H2 Verde em âmbitos global, nacional e regional; a criação da metodologia para desenvolvimento do Roadmap regional; e a aplicação do Roadmap Tecnológico-Estratégico para o H2 Verde no ambiente de negócios em Minas Gerais.

O projeto se propõe a desenvolver uma metodologia para a construção de um Roadmap Tecnológico-Estratégico que irá nortear a difusão do H2 Verde nas cadeias produtivas das regiões de atuação das empresas de energia elétrica. A metodologia será aplicada ao ambiente de negócios do estado de Minas Gerais.

A metodologia e o Roadmap estratégico para Minas Gerais, principal área de atuação da Cemig, deverão contribuir para aumentar o sucesso e os ganhos em produtividade de empreendimentos em energia renovável para suprimento às plantas de produção de H2 Verde. Além disso, o projeto marcará o protagonismo da Companhia em um mercado em formação.

O projeto foi iniciado em março de 2024 e terá o prazo de execução de 12 meses e tem uma previsão de investimento de R\$2,5 milhões.

Recursos hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso d'água. É um recurso sensível às variações climáticas, vulnerável às consequências da exploração de outros recursos naturais, bastante impactada por ações antrópicas, e sujeito ao ambiente regulatório, fazendo com que a sua gestão e conservação sejam assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

A água para a geração de energia é retirada de reservatórios artificiais e/ou barragens construídas em curso d'água e direcionadas

às casas de força constituídas de equipamentos (turbinas e geradores de energia elétrica). Após gerar energia, a água é retornada imediatamente à jusante das casas de força, retornando ao sistema sem perdas quantitativas e qualitativas.



**Água é a principal
matéria prima da Cemig**



100% dessa água
retorna ao seu curso d'água

O consumo administrativo de água é proveniente do consumo em torneiras, vasos sanitários, irrigação de jardins e outras atividades potáveis e não potáveis e, após passarem por sistemas de tratamento, os efluentes industriais e sanitários tratados são dispostos novamente no curso d'água.

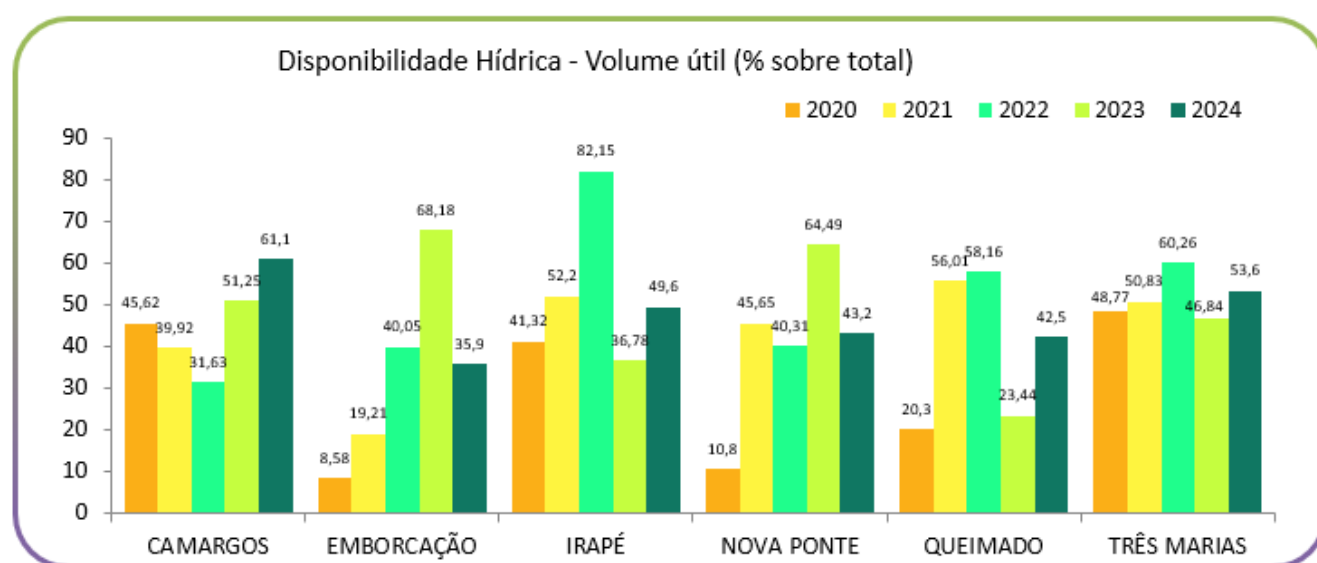
O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Em períodos críticos, de estiagem severa (ocorrida entre os anos de 2013 e 2019), de crise hídrica (ocorrida em 2021) e de intensas chuvas (ocorrida nos períodos chuvosos 2020/2021 e 2021/2022), o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para a garantia dos demais usos dos recursos hídricos.

A Cemig disponibiliza em seu website e no aplicativo PROX (ferramenta para divulgação dos dados operativos e de gestão de riscos de emergência), os dados diários operativos e hidrológicos dos seus reservatórios. A ferramenta está disponível para download nas plataformas iOS e Android dos smartphones.

O ano de 2024 foi caracterizado por ter sido de operação normal da maioria dos reservatórios das grandes hidrelétricas localizadas na região centro-sul do país, com vazões assumindo bons patamares, tanto no período seco como no período chuvoso, muito decorrente da recuperação de armazenamento ocorrido no ano anterior, em 2023.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2024, comparado com a mesma época dos últimos cinco anos.



Biodiversidade

A Cemig busca adotar práticas ambientais rigorosas para gerenciar os impactos sobre a biodiversidade. Em cada empreendimento e unidade operacional com potencial de impacto, são realizados estudos especializados que avaliam os efeitos das atividades sobre o meio ambiente e definem programas para prevenir, mitigar, reabilitar ou compensar impactos negativos, conforme a hierarquia de mitigação. Além disso, a Companhia trabalha para identificar e potencializar os impactos positivos de suas operações.

Esses estudos utilizam metodologias que consideram fatores como a magnitude, frequência, abrangência e reversibilidade dos impactos. Para isso, analisam-se as características específicas das áreas de operação e seus arredores, além de aspectos como fauna, flora, relevo e recursos hídricos. Essa abordagem garante que as ações sejam adequadas às peculiaridades de cada local, proporcionando uma gestão ambiental eficaz e responsável.

Embora a utilização de energia elétrica pela sociedade não gere riscos significativos para a biodiversidade, a Cemig dedica atenção aos possíveis impactos ambientais associados à sua cadeia de fornecimento. Para minimizar esses efeitos, a Política de Biodiversidade da Companhia estabelece a prioridade por fornecedores comprometidos com a conservação dos ecossistemas naturais. Esse critério é monitorado ao longo da cadeia de suprimentos, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis.

A conformidade legal é outro ponto crítico na gestão da biodiversidade. O não cumprimento de prazos, exigências de licenciamento ou condicionantes ambientais pode resultar em multas, paralisações de operações, perdas de receita e até a suspensão de licenças ambientais. Por isso, a Cemig realiza um monitoramento contínuo dos aspectos ambientais relevantes, incluindo projetos de pesquisa e programas específicos relacionados à fauna terrestre, ictiofauna (peixes) e reflorestamento, entre outros.

Essas ações estão alinhadas ao modelo de governança e gestão de riscos corporativos da Companhia, baseado no “Modelo das Três Linhas”. Esse modelo distribui de forma clara as responsabilidades pela gestão de riscos. Na primeira linha, os gestores e empregados das áreas de negócios lideram as ações de controle e aplicação de recursos, garantindo que os objetivos corporativos sejam alcançados com segurança e sustentabilidade.

Diagrama das três linhas de defesa



Por meio dessa estrutura robusta e de uma abordagem baseada em estudos científicos, a Cemig não apenas assegura a conformidade com a legislação ambiental, mas também contribui para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade das suas operações, reforçando seu compromisso com a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável.

Plantio e conservação da biodiversidade

A Cemig também investe em iniciativas de conservação de espécies vegetais nativas, com a gestão de três unidades de conservação localizadas em áreas representativas dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. São elas: a RPPN Fartura, em Capelinha-MG (1.455 hectares), a RPPN Galheiro, em Perdizes-MG (2.695 hectares), e a RPPN Usina Coronel Domiciano, entre os municípios de Muriaé e Rosário da Limeira (263,56 hectares), que inclui a PCH Coronel Domiciano. Essas áreas não apenas protegem a vegetação e fauna local, mas também funcionam como espaços para pesquisas científicas e educação ambiental, além de servirem de refúgio para animais.

Além dessas unidades, a Cemig mantém a Estação Ambiental Itutinga, que conta com um viveiro capaz de produzir cerca de 22 mil mudas por ano. Essas mudas são utilizadas em reflorestamentos realizados pela Companhia ou doadas à população. Para complementar suas ações de preservação, a Cemig realiza projetos de restauração de áreas degradadas e de recomposição florestal, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais causados pelas operações de suas unidades, como usinas hidrelétricas e eólicas, linhas de transmissão e subestações.

A Cemig também é responsável por áreas ambientalmente sensíveis, como zonas de biodiversidade, onde suas operações se cruzam com essas áreas protegidas. Embora o mapeamento de suas atividades tenha sido realizado, a Companhia ainda não possui uma correlação detalhada entre seus empreendimentos e as zonas sensíveis, especialmente considerando que muitas das usinas hidrelétricas da Cemig foram construídas antes da identificação de áreas prioritárias para conservação, que só foi sistematizada a partir de 2005.

Além da vegetação, a Cemig adota estratégias para preservar áreas protegidas contra incêndios. A Cemig conta com dois projetos importantes para monitoramento e combate ao fogo. O primeiro é um sistema de alerta de queimadas, que utiliza dados de satélite e modelos meteorológicos para identificar e prever o deslocamento de focos de incêndio nas áreas próximas às linhas de transmissão. Esse sistema permite que as equipes de campo realizem inspeções em pontos críticos, adotando uma postura proativa para prevenir impactos nos serviços de energia.

O segundo projeto é a plataforma “Apaga o Fogo!”, uma tecnologia que auxilia no combate a incêndios e busca reduzir as interrupções no fornecimento de energia elétrica causadas por queimadas. Essa plataforma também visa à proteção de áreas ambientais sensíveis, sendo um importante aliado na prevenção de novos focos de incêndio. Para facilitar o acesso à população, um aplicativo para iOS e Android está sendo desenvolvido, oferecendo informações em tempo real sobre o monitoramento de queimadas.

Com essas ações, a Cemig trabalha de forma integrada e proativa para proteger tanto o meio ambiente quanto a qualidade do serviço prestado à sociedade, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e contribuindo para a preservação da biodiversidade.

Autorizações ambientais para expansão do sistema elétrico

A Cemig alcançou um marco importante no número de autorizações ambientais para intervenções em áreas destinadas à expansão e modernização do sistema elétrico em Minas Gerais. Em 2024, foram obtidas 97 autorizações para a construção de linhas e subestações de energia, um aumento de quase 100% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 49 liberações.

O crescimento no número de autorizações reflete o compromisso da Cemig com a ampliação da infraestrutura energética do estado. Para viabilizar essas obras, a Cemig conduz estudos ambientais detalhados e obtém as devidas permissões, garantindo a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Em alguns casos, a implantação das novas estruturas exige a supressão de vegetação nativa. Para mitigar os impactos ambientais dessas intervenções, a Cemig investe em projetos de compensação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Entre 2019 e 2024, a Cemig executou um amplo programa de restauração florestal, com o plantio de mais de 1 milhão de mudas de espécies nativas, como ipê, pequi, cedro e jacarandá-da-bahia, contribuindo para a preservação da biodiversidade em Minas Gerais.

Gestão de resíduos

A Cemig GT gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Logística é responsável pelo processo de destinação final do resíduo.

A maior parte dos resíduos da Companhia possui valor comercial e é constituída principalmente de sucata metálica, cabos, fios e postes. São adotados procedimentos para o manuseio, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, a fim de garantir que as atividades da Companhia não resultem em impactos a saúde humana e ao meio ambiente.

No exercício de 2024, foram encaminhadas para destinação final aproximadamente 1,8 mil toneladas de resíduos industriais. Materiais oriundos de manutenções e ampliações do parque elétrico da Cemig GT, compostos pelos sistemas de Geração e Transmissão. Uma característica comum dos resíduos gerados pela companhia, são seus altos níveis de reaproveitamento. Pois, grande parte dos resíduos gerados são metálicos: cabos, equipamentos elétricos, transformadores, ferragens, estruturas, materiais diversos com alto teor de cobre, ferro e alumínio em suas composições.

Do total de resíduos gerados, cerca de 1,2 mil toneladas foram alienados ou reciclados. Além disso, 177,42 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados. Cerca de 110,54 toneladas de resíduos foram destinadas em aterros industriais, materiais oriundos de perdas de aproveitamento dos processos de reciclagem.

Em 2024, 235.047 litros de óleo mineral isolante foram alienados para rerrefino, que é um processo de reciclagem do óleo. Nesse processo o óleo mineral isolante é utilizado como matéria prima para fabricação de óleos lubrificantes diversos.

Vale destacar que em 2024, o nosso modelo de operação de Logística Reversa se mostrou robusto e eficiente, constatamos uma maior agilidade na retirada de sucatas e materiais inservíveis, além da otimização e melhora nos controles internos de gestão. A nova forma de operação e gestão logística foi implementado no segundo semestre de 2022 com o objetivo de modernizar os processos e torná-los mais eficientes. Desde então, a operação logística de entrega de novos materiais e de retorno de materiais inservíveis da companhia tem oferecido aos empregados e clientes internos mais agilidade, eficiência e tecnologia. Com isso, o modelo de operação de logística reversa foi testado e aprovado. Dessa forma, para 2025 a Cemig já firmou um novo contrato para os próximos 4 anos. Com os mesmos moldes da atual contratação. O novo contrato possuiu mais funcionalidades e robustez operacional, com o objetivo de elevar ainda mais nosso nível de serviço para nossos clientes internos.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, seguindo normas internas e a legislação ambiental vigente. Com isso a Cemig garante que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Programas para a ictiofauna

Tendo em vista o grande número de usinas hidrelétricas administradas, a Cemig tem uma grande dependência dos recursos hídricos para sua operação, reconhecendo, no que tange aos impactos na ictiofauna, que tem grande amplitude e relevância ambiental. Dessa forma, assim como faz com a gestão de recursos hídricos, a Cemig também promove uma série de ações voltadas para o tema da ictiofauna.

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com investimentos de R\$3,7 milhões em 2024, que tem a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.

Desde sua criação, em 2007, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes: apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

O Programa Peixe Vivo possui 23 projetos científicos em seu portfólio, que contaram com a participação de 434 empregados, pesquisadores e estudantes, resultando em mais de 750 publicações. Durante o exercício de 2024 não houve projetos em execução, porém, usando resultados de projetos realizados em anos anteriores houve a publicação de 26 produtos científicos (15 artigos científicos, sete resumos ou informes técnicos, duas teses e dois prefácios) relacionados aos projetos ou ações do Programa Peixe Vivo. Os projetos de pesquisa coordenados pela equipe do Peixe Vivo envolveram, diretamente, um total de 16 pessoas de instituições de ensino e pesquisa em 2024.

Para avaliar e mitigar o impacto da geração hidrelétrica sobre a ictiofauna, o Programa Peixe Vivo criou o indicador de Biomassa Afetada (BA), que consiste no somatório da biomassa de peixes mortos (em quilogramas) devido aos efeitos diretos da operação e manutenção de equipamentos e estruturas das usinas hidrelétricas. Os limites anuais iniciais desse indicador foram estabelecidos com base na análise histórica do banco de dados de ocorrências ambientais e há redução progressiva dos valores dos limites anualmente. Adicionalmente, o desenvolvimento e a implementação do programa de avaliação do risco de morte de peixes promoveram a redução de, aproximadamente, 34% na média mensal das mortes de peixes nas usinas hidrelétricas do Grupo Cemig até 2024. Contudo, em 2024, onde o limite do indicador de Biomassa Afetada era de 718 kg, as ocorrências no ano totalizaram 817kg, valor que ficou acima do limite estabelecido.

Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, desde 2022, a Cemig aderiu à iniciativa global Movimento Ambição Net Zero e do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso firme da Companhia com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Cemig.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do

estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

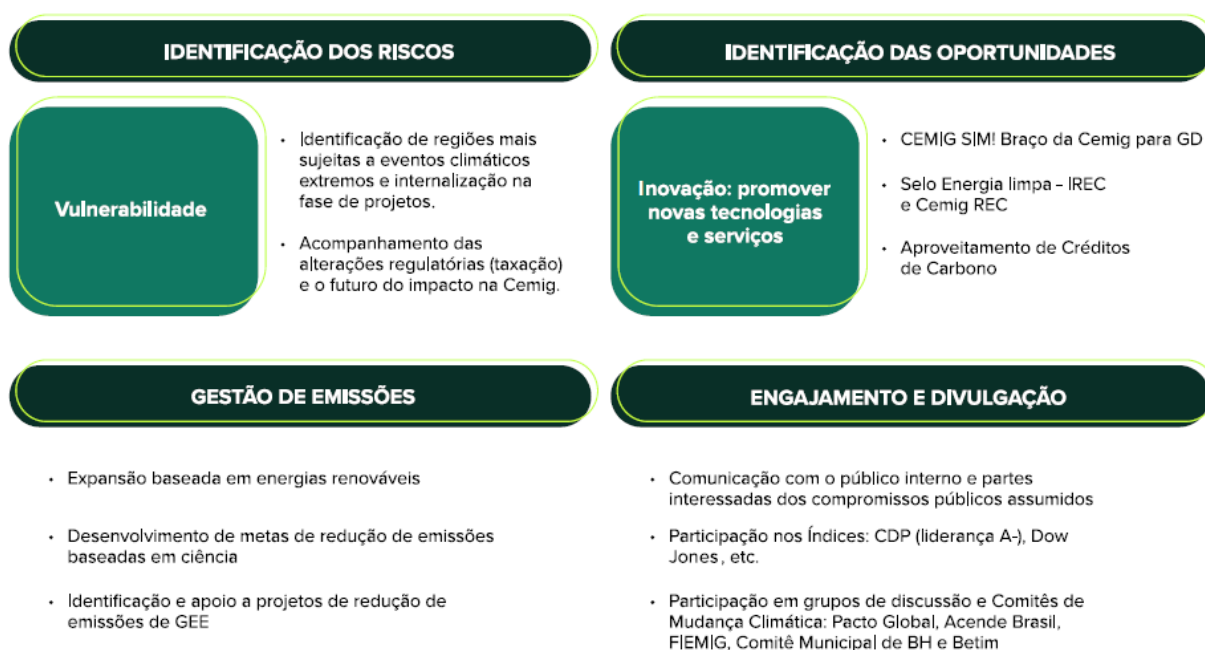
Em 2024, a Cemig foi a primeira empresa brasileira do setor elétrico a integrar a *Utilities for Net Zero Alliance* (Uneza), iniciativa global pelo Net Zero e o anúncio foi feito pelo presidente Reynaldo Passanezi durante a COP 29, no Azerbaijão. A Uneza é uma iniciativa que reúne as principais concessionárias e empresas de serviços públicos do setor elétrico com o objetivo de promover soluções de energia limpa e avançar no processo da transição energética global e da descarbonização da economia.

Estratégia climática e plano de adaptação

A estratégia da Cemig para mitigação, adaptação e divulgação do tema para a sociedade e para seus investidores está explicitada no Relatório de Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima, disponível no site da Companhia.

A Cemig submeteu metas de redução das emissões de GEE ao SBTi (*Science Based Target Institute*), que estão em processo de validação.

Diretrizes da Estratégia Climática da Cemig



Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial em 2024 focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Cemig com o desenvolvimento profissional e social.

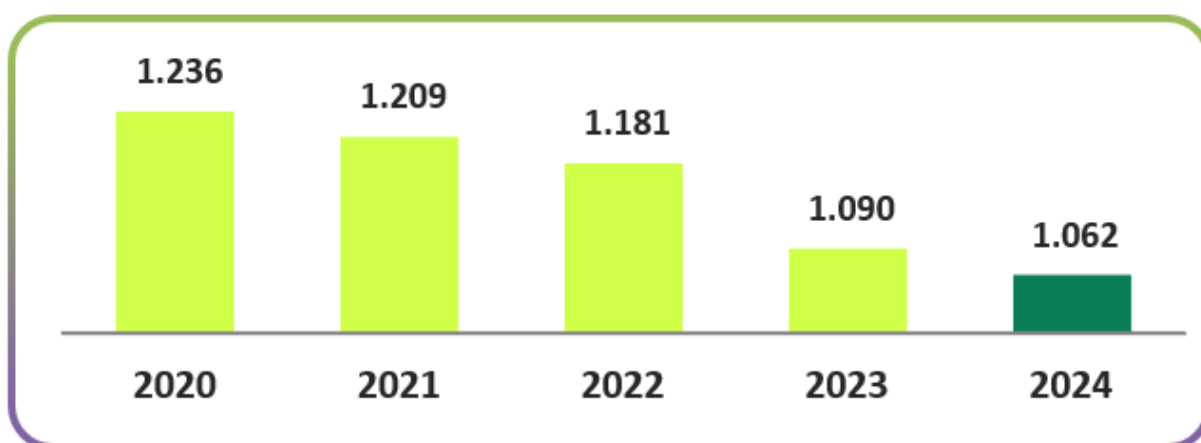
Responsabilidade social

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade tiveram a oportunidade de participar do curso em 2024.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de empregados

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Companhia segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução em seu quadro de pessoal, passando de 1.236 empregados em 2020 para 1.062 em 2024, conforme apresentado no gráfico:



Em 2024, a Companhia admitiu 103 novos empregados, objetivando o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Capacitação e desenvolvimento

A Cemig considera seus empregados como parceiros estratégicos no cumprimento de sua missão, responsáveis pela sustentabilidade econômica, técnica social e ambiental. Dessa forma, promove a capacitação e o desenvolvimento contínuo, com o objetivo de aprimorar suas competências e promover seu crescimento profissional e pessoal.

Após a contratação dos profissionais, a Companhia disponibiliza um portfólio de treinamentos de cunho técnico, comportamental e de gestão, com o objetivo de que cada colaborador possa desenvolver seus conhecimentos para o exercício de sua função e progressão de carreira. Um dos destaques desse portfólio do aprendizado organizacional da Companhia é o treinamento de “Aperfeiçoamento em Unidades Consumidoras”. O treinamento de “Gestão de Riscos e Controles Internos” é outro exemplo, proporcionando aos empregados uma visão crítica de como a Cemig, considerando as melhores práticas do mercado e uma abordagem estratégica, interage com a governança, gestão de riscos e controles internos na Companhia e procedimentos que visam a prevenção e mitigação de riscos.

A Cemig também tem investido no fortalecimento de suas lideranças por meio do Programa de Desenvolvimento da Liderança Cemig. Implementado em 2021, o programa busca desenvolver competências e habilidades consideradas críticas, alinhadas às transformações culturais e estratégicas da Companhia. A iniciativa estimula a capacidade de influência dos líderes em seus contextos de atuação, promovendo resultados consistentes.

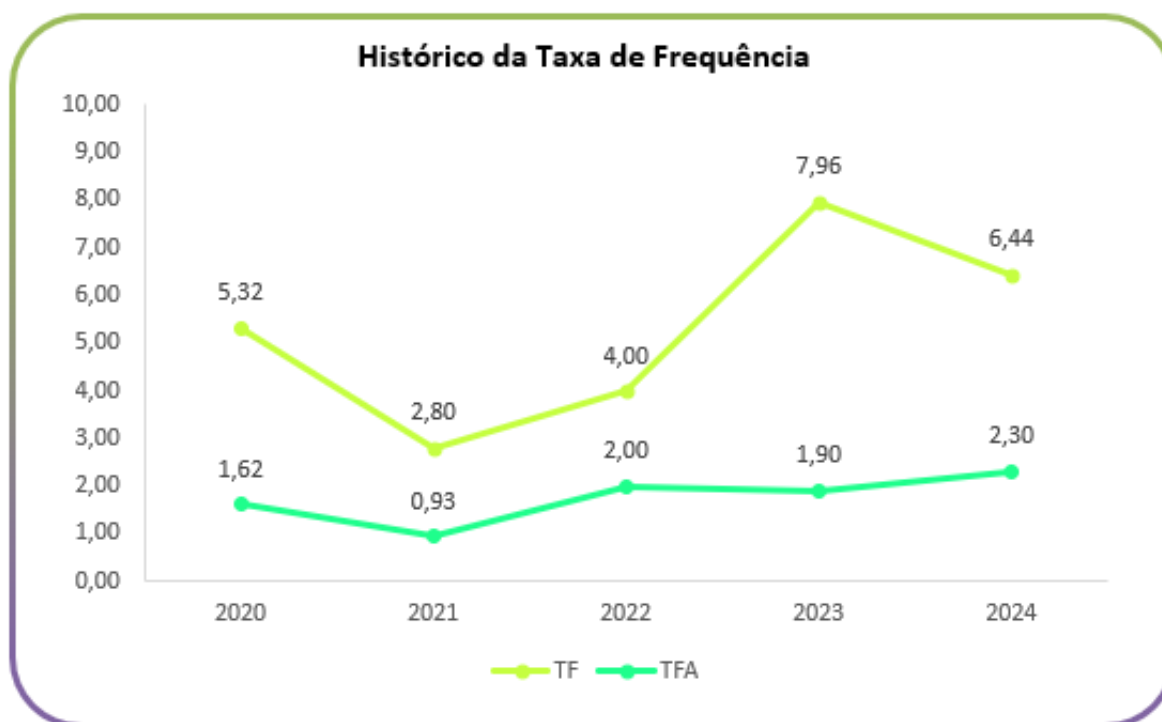
Saúde, higiene e segurança do trabalho

A proteção de toda sua força de trabalho é ponto central da atuação da Cemig, reafirmado pelo valor de “Respeito à vida” do seu Código de Conduta, alinhada à Política de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar.

A Cemig adota uma abordagem abrangente para prevenir e mitigar impactos significativos na saúde e segurança do trabalho, que estão diretamente ligados às suas operações, produtos e serviços, assim como às suas relações de negócios.

Durante todo o ano de 2024 continuaram a ser adotadas pela nossa força de trabalho, ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa de Frequência de Acidentes (TF) e Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA), apresentamos os dados de 2024, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Houve um pequeno aumento na TFA comparado com o ano de 2023 enquanto na TF houve uma redução, porém em comparação com os anos anteriores ainda temos o desafio de conseguir uma tendência de declínio substancial nessas taxas. Ressalta-se que a empresa está tomando todas as ações para que esta taxa diminua para os próximos anos.

Cultura organizacional

A Cemig vem passando por uma evolução da sua cultura, em especial, a cultura de cliente, um dos direcionadores do seu planejamento estratégico. A empresa ajustou suas lentes para trabalhar, em 2025, com o desenvolvimento desse direcionador de forma mais específica, frente aos desafios que já surgem em um horizonte próximo, no qual deixa de ter consumidores cativos para receber clientes que vão poder escolher de qual empresa consumir a energia.

A Cemig conta com 5 mil empregados próprios e quase 15 mil terceirizados, sendo que, desse total, 60% têm interface com clientes nas áreas de Distribuição e Comercialização. O atendimento ao cliente da Cemig possui canais digitais e 777 Postos de Atendimento espalhados pelos 774 municípios de sua área de concessão.

A gestão do cliente é de responsabilidade da Cemig Distribuição e a operação de todos esses Postos de Atendimento é realizada pelo parceiro estratégico, fruto do Projeto Cliente+ (Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional desde 2021).

O cenário de abertura de mercado de energia elétrica a partir de janeiro de 2024 imprime um novo contexto para o setor energético, permitindo que todos os clientes atendidos em alta tensão (AT) possam escolher seus fornecedores de energia elétrica. Em 2026, está prevista a abertura de

mercado para os clientes atendidos em baixa tensão (exceto Classe Residencial e Rural), sendo possível a abertura total desse mercado livre até 2030.

Essa transformação do setor energético, de um serviço básico para uma experiência focada no cliente, é tanto um desafio quanto uma oportunidade para as empresas se adaptarem ao novo dinamismo de mercado. Iniciativas importantes, como investimentos em infraestrutura, melhorias de processos e desenvolvimento de tecnologias têm avançado na Cemig. No entanto, não são percebidas pelos clientes a ponto de contribuírem para a melhoria da satisfação com os serviços e reputação da empresa.

É diante desse cenário que foi iniciado, em outubro de 2024, o Projeto Cultura de Cliente, com previsão de término/reavaliação para outubro de 2025. O trabalho de desenvolvimento envolve diretamente mais de 400 líderes, desde a construção da Cultura desejada com foco no Cliente até o desenvolvimento de competências para o processo de internalização e sustentação da cultura desejada. Os objetivos são:

- Definir a Cultura com foco no Cliente que sustentará as estratégias para o novo cenário e geração de resultados excepcionais;
- Desenvolver e robustecer a liderança para modelar as pessoas e equipes para a prática da Cultura com foco no Cliente;
- Envolver e mobilizar todos os empregados, próprios e terceirizados para a prática da Cultura com foco no Cliente.

Diversidade

A Cemig tem se empenhado em promover a valorização da diversidade e a inclusão em sua cultura organizacional, por meio de sua Política de Valorização da Diversidade e Inclusão, que tem como diretriz o respeito às pessoas e a valorização das diferenças e da individualidade de cada um. A Companhia busca criar um ambiente de trabalho livre de preconceitos, alinhado ao seu Código de Conduta e ao Compromisso com os Direitos Humanos. Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial, composto por representantes de diversas áreas. Esse grupo tem a responsabilidade de identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade no quadro funcional.

Em 2023, a Cemig lançou seu Programa de Diversidade, que estabeleceu metas de médio e longo prazos, aprovadas pela Alta Liderança. Essas metas refletem o compromisso da Companhia em buscar uma representatividade que seja mais condizente com a sociedade brasileira em todas as suas hierarquias.

Metas assumidas



- Ter 25% de mulheres em cargos de gerentes/superintendentes em todas as diretorias até 2026.
- Ter 15% de mulheres em cargos de Supervisora até 2026.
- Ter 6% de pessoas com deficiência até 2030.
- Aumentar o percentual de Gerentes/Superintendentes da Geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar o percentual de Supervisores da Geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar para 55% a representatividade de pessoas negras até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de Gerentes/Superintendência até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de Supervisor até 2030.
- Aumentar a percepção/favorabilidade no recorte LGBTI+ para 70% até 2026⁴⁵.
- Aumentar o percentual de aliados à causa LGBTQIA+.
- 30% dos candidatos à posição de liderança devem pertencer aos grupos minorizados até 2026.

Uma das iniciativas importantes da Cemig, no que diz respeito à diversidade, foi a nomeação de três mulheres para cargos de livre nomeação e exoneração na Diretoria Executiva, o que representa uma ação significativa para aumentar a representatividade feminina na liderança. A Companhia também busca alternativas para aumentar a participação de outros grupos minorizados em seu quadro de empregados, ampliando sua abordagem sobre diversidade e inclusão.

De acordo com a Política de Valorização da Diversidade e Inclusão da Cemig, ela conta com a diretriz de “Respeitar as pessoas, valorizando as diferenças e a individualidade de cada um, criando um ambiente livre de preconceitos”.

Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial e com participantes de diversas áreas. Sua responsabilidade é identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade na Companhia.

A Cemig busca alternativas para aumentar a participação de todos os grupos minorizados em seu quadro e ampliar o olhar da diversidade para outros públicos. Um exemplo é o programa de aprendizagem industrial: em 2023, a Cemig recebeu o 1º lugar do prêmio Ser Humano pela ABRH, por ter destinado vagas a pessoas em situação de rua e 50% das vagas de ampla concorrência para pessoas do gênero feminino no curso de eletricista de linhas e redes aéreas. O objetivo do programa é conciliar o resgate de jovens em condição de vulnerabilidade social com a oportunidade de formação especializada, além de promover maior participação de mulheres nesse segmento de mercado.

Cemig nas comunidades

A Cemig se dedica a promover o uso seguro da energia elétrica, fornecendo informações e esclarecimentos contínuos à população. A empresa realiza campanhas informativas, oferece instruções técnicas e disponibiliza equipes para orientar sobre situações de risco. Além disso, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes em sua área de concessão, utilizando diversos meios de comunicação, como rádio, jornal, mídias digitais, TV e redes sociais, além de materiais educativos como cartilhas e folders.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos empregados para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia.

O Plano visa, também: (i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e (ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “Segurança com a Energia Elétrica”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

A Cemig também realiza visitas de eficiência energética nas residências de milhares de famílias de comunidades, aglomerados e conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Durante as visitas, atendentes comunitários realizam a troca de lâmpadas antigas por outras de modelo LED. Caso a residência já tenha todas as lâmpadas desse modelo, os atendentes poderão dar dicas importantes sobre como economizar energia. Esse serviço é totalmente gratuito e faz parte do Programa de Eficiência Energética da companhia, regulado pela Aneel.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2024, foram investidos R\$126 milhões em 289 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.



COMO A CEMIG FORTALECE A CULTURA EM MINAS E CONTRIBUI PARA SUA LIDERANÇA NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE



Música e dança:
Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Orquestra Filarmônica de Varginha, e Grupo Corpo.



Tradição e cultura popular:
Coral dos Profetas, Congados e Reinados, Folia de Reis.



Teatro e artes visuais: Grupo Galpão, Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, Campanha de Popularização do Teatro, Inhotim, Pinacoteca Cemig, Museu Inimá de Paula.



Projetos de arte negra:
Mostra Imune, projeto AfroMineirades e Mãos de Raça.



Memória e literatura:
Academia Mineira de Letras, Arquivo Público e Centro do Patrimônio. Museu Inimá de Paula.



Publicações e registros:
Livro Quilombolas – Cemig no Campo, Projeto Quilombos do Vale do Jequitinhonha e Jornal Afrodescendente.



Saúde

Em 2024, através do Programa de Eficiência Energética da Cemig (regulado pela Aneel), a companhia investiu mais de R\$14,8 milhões em diferentes regiões de Minas Gerais, atendendo a 55 unidades hospitalares públicas e filantrópicas, em 43 municípios da área de concessão. As ações da iniciativa Cemig nos Hospitais, promoveram a substituição de autoclaves, secadoras, calandras, focos cirúrgicos e sistemas de iluminação em geral, além da instalação de usinas fotovoltaicas, garantindo economias para os hospitais e melhoria do atendimento para os mineiros.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes. Além disso, esses projetos reforçam a imagem da empresa como comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. Para projetos esportivos, a Cemig destinou mais de R\$40 milhões desde 2019 sendo que 12% dos recursos destinados ao esporte são direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado. Para a Cemig a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte.

Um exemplo disso é o fato de a Cemig ter ampliado o apoio ao esporte olímpico e paralímpico em Minas Gerais com a destinação de mais R\$1 milhão em patrocínio ao Praia Clube, de Uberlândia. Desde 2019, a Cemig já apoia a natação paralímpica da instituição, que foi um dos destaques da delegação brasileira nas Paralimpíadas de Paris 2024, com 10 medalhas conquistadas na modalidade. Agora, a Cemig patrocinará também as equipes do atletismo, consolidando-se como uma das maiores incentivadoras do esporte olímpico no Brasil.

Fundo do Idoso

Fundo do Idoso: A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida, nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Desde 2020 são lançados editais anuais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Uma das instituições apoiadas pela Cemig nesse contexto é a Hospital Mário Penna, que, nos últimos cinco anos, recebeu mais de

R\$700 mil incentivados da Companhia. O número de beneficiados das iniciativas destinadas aos idosos cresce a cada ano, tendo sido investido nesses projetos, em 2024, mais de R\$3 milhões.

Fornecedores

A Cemig entende que o sucesso do seu negócio está diretamente relacionado à sua estratégia de fornecedores e adota os mesmos princípios e valores em relação à sua cadeia de suprimentos. Portanto, a Cemig estabelece um relacionamento com sua cadeia de suprimentos orientado pelo documento “Requisitos ESG para a Cadeia de Suprimentos”, pela Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional e pela legislação federal e estadual.

O processo de gestão de fornecedores, incluindo as práticas de compras, é revisado continuamente para garantir o alinhamento às melhores práticas e requisitos ESG. Para garantir o cumprimento da estratégia e os objetivos ESG, a equipe é devidamente treinada no papel que desempenha.

Desde 2015, a Cemig incluiu em todos os contratos o pré-requisito relativo ao cumprimento da Lei Anticorrupção por parte dos fornecedores. Dessa forma, a cadeia de valor da Companhia assume o compromisso de não cometer atos capazes de lesar a administração pública, como também de denunciar a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na contratante.

As exigências para cadastro e contratação de fornecedores são mais rigorosas à medida que o objeto fornecido envolve maior risco em aspectos de meio ambiente, responsabilidade social e saúde e segurança.

Prêmio Melhores Fornecedores Cemig

O Prêmio Melhores Fornecedores Cemig visa externalizar os valores para além da organização, reconhecendo, prestigiando e homenageando as empresas que, fortemente, contribuem para que a Cemig possa cumprir o seu objetivo social de gerar, transmitir e distribuir energia elétrica, atendendo às expectativas de seus consumidores, acionistas e sociedade em geral. A iniciativa busca a melhoria contínua dos resultados e o fomento de iniciativas e práticas sustentáveis.

Em 2024, a empresa Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil foi a ganhadora do prêmio “Destaque em Inovação”, inédita na premiação, com o projeto do “cabo green”. O produto utiliza um revestimento feito com 20% de polietileno de origem vegetal, obtido por meio da cana-de-açúcar, ao contrário dos tradicionais que são revestidos de material 100% polietileno originado do petróleo, um combustível fóssil. A Cemig é a primeira distribuidora brasileira a usar essa tecnologia mais sustentável. Os cabos foram instalados como teste no exercício de 2023 em uma rede da Região Metropolitana de Belo Horizonte e obtiveram desempenho bastante satisfatório, credenciando-os para a utilização na rede da empresa.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Alguns projetos de destaque em 2024 são:

Programa AI6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A Campanha de 2024 do AI6% envolveu a participação de 1.445 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$1,4 milhão, com o intuito de beneficiar 146 instituições que atendem mais de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

O valor investido pela Companhia e suas coligadas foi de aproximadamente R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$3 milhões para entidades distribuídas em 75 municípios da área de influência da Companhia. A ação conta com a participação de voluntária de 146 padrinhos e madrinhas que atuam como captadores de recursos.

Com o propósito de ser, cada vez mais, uma empresa socialmente responsável, a Cemig busca fomentar projetos e ações voluntárias que tenham um papel transformador na sociedade.

Programa Você – Voluntariado Empresarial - engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) o de incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) realização de ações transformadoras, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e (iii) ações propostas por empregados na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Em 2024, o Programa VOCÊ destacou-se pela importância de suas ações voluntárias na comunidade. Com a participação de 214 empregados voluntários, o programa acumulou 898 horas de atuação, beneficiando diretamente 553 pessoas. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento humano e o bem-estar das comunidades, mas também reforçam a cultura de solidariedade e cidadania participativa dentro da empresa. A atuação voluntária dos empregados é fundamental para a transformação social, demonstrando o compromisso da Cemig em ser uma empresa socialmente responsável e engajada com as causas comunitárias.

Energia Jovem - visa formar jovens, estudantes de escolas públicas, para o mercado de trabalho, auxiliando-os no entendimento de como iniciar a vida profissional e ingressar em uma organização. A formação é composta por módulos que abordam temas relevantes para a entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, o autoconhecimento, networking, competências a serem desenvolvidas, como se preparar para uma entrevista e elaborar o currículo, entre outros. Em 2024, foram capacitados 92 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 7 voluntários da Cemig.

Gestão de Projetos na Carreira - a gestão de projetos é uma das profissões do futuro, que vem crescendo e se tornando essencial e requisitada em várias empresas. A iniciativa visa possibilitar aos alunos uma aprendizagem experiencial de como fazer a gestão de projetos, auxiliando-os na compreensão, planejamento, realização, monitoramento e avaliação do projeto, como a gestão da própria carreira. O conteúdo programático aborda o que é um projeto e sua aplicação no dia a dia. Com abordagem simples e prática, o programa pretende levar o jovem a entender qual o seu papel como gestor desse projeto, como fazer um bom gerenciamento, como definir metas, escopo e prazos. Em 2024, foram capacitados 89 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 9 voluntários da Cemig.

Start+Up - curso gratuito promovido pela Cemig com o objetivo de orientar jovens sobre empreendedorismo e criação de startups, a partir do método aprender-fazendo. A formação “Start + UP”, é composta por módulos abordam temas relevantes relacionados ao empreendedorismo, como o que é e como desenvolver uma startup, construção de marca, desenvolvimento de produto, fontes de financiamento, entre outros. Ao término do programa os participantes apresentarão a empresa ou projeto desenvolvido a uma banca de jurados a partir do método *Pitch*, que é uma apresentação curta e direta voltada a despertar o interesse de um investidor, parceiro ou cliente. Em 2024, foram capacitados 22 jovens nas cidades de Uberlândia e Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 11 voluntários da Cemig.

Conectando Energias - é uma iniciativa criada em 2024, que reúne Eficiência Energética e o Programa Você (Voluntariado Cemig), e mobilizou 210 voluntários, distribuídos em 44 equipes inscritas para atuarem em 28 municípios mineiros ao longo de 2025, a fim de atenderem mais de 40 instituições beneficentes, com o intuito de promover mais economia de energia e redução dos desperdícios.

Além dessas ações, tivemos a campanha Páscoa Solidária, em que voluntários(as) se dedicaram a fabricar 3.000 ovos de chocolate, para 350 crianças da Associação das Obras Pavonianas de Belo Horizonte; SOS Rio Grande do Sul com a arrecadação de itens de necessidade e disponibilização de voluntários dentro do horário de trabalho para a triagem de doações para os atingidos pelas intensas chuvas que atingiram o estado; Cartinhas de Natal com a adoção pelos voluntários de 104 cartas de atendidos por instituições sociais e o Natal Solidário em Rede realizado em conjunto com as empresas participantes da Rede Desafio 2030 na Cidade dos Meninos, em Ribeirão das Neves que atende mais de 2.700 crianças e jovens a Companhia enviou o caminhão de atividades interativas do Programa de Eficiência Energética, regulado pela Aneel.

Segurança de barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades, também são feitas revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da empresa, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de Planos de Ação de Emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, Planos de Emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades e lista de contatos;

Mantendo sua política de estreitamento de relacionamento com o público externo, em 2024, a Cemig manteve o foco na continuidade das ações que promovem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos Plancons - Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Em 2024, dentro do Projeto VAMOS, em atendimento à regulamentação vigente, a Cemig GT continuou executando as ações/atividades pactuadas nos CIs- Comitês de Integração dos PAEs- Planos de Ação de Emergência das 18 barragens exigidas pela lei.

No total foram constituídos 17 CIs para 18 barragens (Itutinga e Camargos são integradas), que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2024:

- Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
- Divulgação e Incremento de inserções no App. PROX perfil população, reuniões com a comunidade para criação do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e localização de rotas de fuga e pontos de encontro).
- Instalação de Sinalização de Alerta (Placas de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento da UHE Três Marias (última remanescente).

Ainda no ano de 2024, foram realizados 03 eventos (reuniões) do “Programa Proximidade-Programa de Integração com a Comunidade” ocorridos nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Estes eventos contaram com a participação de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

Segurança nas faixas de ocupação

A ocupação irregular das faixas de segurança de linhas aéreas de alta tensão é uma realidade que desafia diversas concessionárias de energia no Brasil, incluindo a Cemig. Essas áreas, que devem ser mantidas livres de edificações e atividades humanas para garantir a segurança e o bom funcionamento da infraestrutura elétrica, frequentemente são ocupadas por famílias de baixa renda em busca de moradia, muitas vezes em condições precárias e perigosas.

Diante desse cenário, a Cemig estrutura ações estratégicas para reverter esse quadro crítico, priorizando a segurança das comunidades e a proteção de suas operações. Essas medidas incluem tanto a fiscalização contínua para evitar novas ocupações quanto iniciativas destinadas a reduzir a ocupação irregular existente.

Para coibir o avanço das ocupações, a Cemig realiza monitoramentos terrestres periódicos nas linhas de transmissão e distribuição onde há registros de invasões. Durante essas fiscalizações, qualquer nova ocupação identificada é alvo de ações judiciais para reintegração de posse. Além disso, a Companhia conscientiza os ocupantes irregulares sobre os riscos envolvidos, como acidentes graves causados por descargas elétricas.

Como complemento à fiscalização terrestre, a Cemig utiliza tecnologias avançadas, como sistemas de satélite, para monitorar de forma mais ampla e precisa as áreas de ocupação. Esses dois métodos se combinam para ampliar a eficácia do controle e da resposta às invasões.

Reduzir o volume de ocupações já existentes é outro foco importante do trabalho da Cemig. Para isso, ela firma parcerias com prefeituras e outros órgãos municipais, por meio de convênios que viabilizam a remoção das ocupações irregulares e o reassentamento das famílias em moradias seguras e dignas. Essa abordagem integrada busca promover justiça social e minimizar o impacto para as comunidades envolvidas.

Direitos humanos

Alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus Princípios Orientadores, às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao Pacto Global da ONU, a Cemig declara que respeita e apoia a proteção aos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em sua área de influência.

A Cemig busca prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos em suas operações e serviços por suas relações comerciais, inclusive quando não tenha contribuído para gerá-los, em alinhamento com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.

Anualmente, a Cemig presta contas de suas ações em direitos humanos, por meio do Relatório do Pacto Global das Nações Unidas, do Relatório de Sustentabilidade (RAS), do ISE B3 e do *Dow Jones Sustainability Index* (S&P Global).

Mitigação

Como exemplos de ações de mitigação, a Cemig realiza:

- inspeções e treinamentos de segurança para toda força de trabalho;
- campanhas de sensibilização quanto ao tema de valorização da diversidade para os empregados e nas redes sociais;
- cartilhas educativas e cláusulas contratuais para os fornecedores;
- palestras e trabalho educativo nas escolas quanto ao uso de energia.

Monitoramento

Como exemplos de ações de monitoramento, a Cemig realiza:

- auditorias de segurança em campo;
- auditoria de direitos humanos de fornecedores;
- monitoramento e investigação de casos de assédio e discriminação.

Gestão tecnológica e inovação

A Cemig tem a gestão tecnológica e a inovação como pilares estratégicos para garantir a eficiência operacional, a segurança da informação e a conformidade regulatória. A Companhia investe continuamente no aprimoramento da governança e gestão de seus serviços de Tecnologia da Informação (TI), bem como na modernização de sua infraestrutura tecnológica, alinhando-se às melhores práticas internacionais e às exigências regulatórias, incluindo a Lei Sarbanes-Oxley (Sox).

O sistema de governança de TI da Cemig é baseado no COBIT 2019, modelo de referência para controle e gerenciamento de processos de TI, e é avaliado anualmente por auditorias internas e externas. Além disso, a Companhia estrutura sua gestão de segurança da informação com base na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO/IEC 27001:2013, garantindo a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) robusto, que abrange políticas, processos e controles para proteção de ativos críticos. Esse sistema inclui processos de gerenciamento de riscos, classificação e proteção da informação, resposta a incidentes e auditoria contínua.

Além dos investimentos em governança e segurança, a Cemig adota uma abordagem estruturada para inovação e transformação digital, priorizando tecnologias emergentes para modernizar seus processos e serviços, com aperfeiçoamento de arquitetura e governança.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: (i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; (ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; (iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; (iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e (v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras darão origem a projetos que serão avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletro mobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de todos os titulares com os quais ela se relaciona e reforça o compromisso da Empresa em proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Para trazer robustez a esse processo e para garantir que a Empresa esteja aderente aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, a Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema. Essa estrutura contempla:

- Encarregado de Proteção de Dados (Diretor (a) de Compliance);
- Equipe dedicada ao tema de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- Políticas e procedimentos que estabelecem diretrizes claras sobre como os dados devem ser coletados, armazenados, processados e compartilhados, assegurando que a organização respeite os direitos de privacidade dos titulares dos dados pessoais;
- Solução líder de mercado que suporta todo o programa de Privacidade da Empresa;
- Canais de atendimento exclusivos para que os titulares de dados possam exercer seus direitos e para receber relatos de possíveis incidentes envolvendo dados pessoais.

Inteligência artificial - EnergyGPT

A Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), anunciou, em 2023, o início de desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da Aneel, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Processamento de Linguagem Natural (NLP)

Lançado em agosto de 2024, o curso integra o projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - EnergyGPT, e tem como objetivo capacitar os empregados da Cemig para enfrentar desafios tecnológicos no setor elétrico. Com duração de 12 meses, é pioneiro no Brasil e está dividido em três módulos, abordando fundamentos básicos e específicos sobre modelos de linguagem.

A primeira turma da pós-graduação lato sensu em NLP promovida pela Cemig em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) concluiu seu primeiro semestre com resultados promissores. Ao longo do semestre, os 30 empregados selecionados tiveram contato com temas como aprendizado de máquina, *deep learning* e redes neurais. Além disso, a especialização foca na aplicação prática das tecnologias, com destaque para o desenvolvimento do EnergyGPT.

Programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, e organismos com relevância mundial no setor energético, como o Energy Center, a vertical de energia da MIT Technology Review Brasil, em parceria com o Energy Summit, reconhecem que já existem grandes direcionamentos globais em relação a um objetivo comum: a realização da

transição energética seguindo os 4Ds, que são Descarbonização, Digitalização, Descentralização e Democratização. Esses princípios norteadores buscam transformar o setor energético em um sistema mais sustentável, eficiente e inclusivo, promovendo a adoção de novas tecnologias e práticas que reduzam a dependência de combustíveis fósseis e minimizem os impactos ambientais.

O PDI da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de Distribuição de energia elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas.

A Cemig busca nestas chamadas: identificar e desenvolver projetos

- inovadores e práticos - aptos a solucionarem reais problemas do setor elétrico;
- estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia;
- concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Nesse sentido a Cemig, alinhada com as diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Programa Estratégico de Qualidade e Inovação (PEQUI), desenvolveu direcionamentos estratégicos para promover a inovação contínua, buscando agregar cada vez mais valor ao Sistema Elétrico Brasileiro (SEB). Em 2024, a Cemig GT investiu em 15 projetos de PDI em diversos temas, tendo sido investido R\$16,1 milhões. E em fevereiro de 2025, a Cemig concluiu mais um ciclo de desafios, recebendo importantes projetos inovadores nos macrotemas: Produtos e Serviços Inteligentes; Sistemas Elétricos do Futuro; Eletrificação e Eletromobilidade; e Alternativas em Geração Sustentável. Entre os projetos de destaque, incluem-se:

- Projeto BESS Móvel: Desenvolvimento de um dispositivo móvel para carga e descarga de energia em baterias, destinado a situações de emergência e para garantir a continuidade do fornecimento de energia em casos críticos.
- Projeto EnergyGPT: Implementação de uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especificamente projetada para atender às complexas demandas do setor elétrico brasileiro, proporcionando análises avançadas e preditivas para otimização do sistema.
- Projeto Biogás H2: Desenvolvimento de um protótipo de usina para produção de hidrogênio a partir do metano gerado em aterros sanitários, promovendo a utilização de resíduos como recurso energético.
- Projeto EPI Inteligente: Criação de um *wearable* de segurança individual para eletricitistas, capaz de alertar sobre a proximidade de sistemas energizados, detectar gases tóxicos, prevenir acidentes de trabalho e emitir alertas de queda ou incidentes durante a jornada de trabalho, garantindo maior segurança para os empregados.

A Cemig continua a impulsionar a inovação através de seus canais Inova Cemig Lab e Inova Cemig Tec, dedicados à busca de soluções inovadoras e tecnológicas. A empresa prioriza a inovação aliada à sustentabilidade, com o objetivo de gerar resultados mais sustentáveis e eficientes para o Sistema Elétrico Brasileiro. Esse compromisso reflete a visão da Cemig em ser uma empresa líder

em inovação no setor energético, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para um futuro energético mais limpo e eficiente.

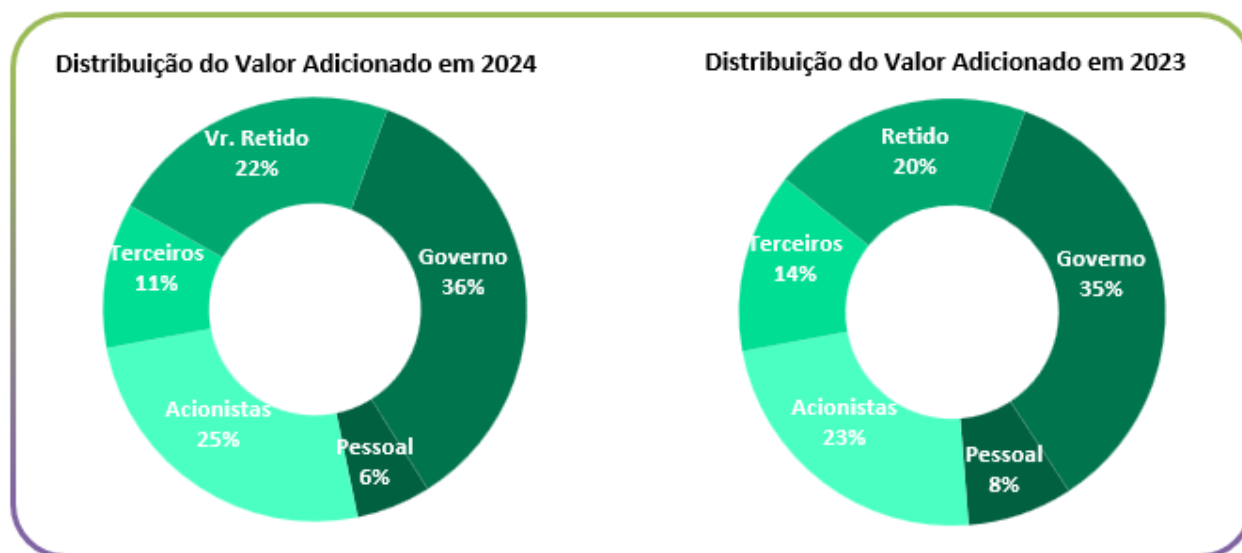
Em 2024, a iniciativa encerrou seu primeiro ciclo com contratos assinados com 13 startups, que receberão, cada uma delas, apoio financeiro de até R\$1,6 milhão para o desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis para os desafios propostos pela Cemig.

Lançado em março de 2024, o processo de seleção de startups para o primeiro ciclo ocorreu por meio de um edital internacional que atraiu mais de 250 propostas provenientes de 17 estados brasileiros e 10 países de todos os continentes. Minas Gerais destacou-se com 48 startups selecionadas. Foram propostos temas estratégicos que vão desde a digitalização do setor elétrico até o uso de hidrogênio como fonte de energia limpa e renovável.

O ciclo 2 já está em andamento e conta com 15 desafios voltados para comercialização, geração distribuída, compliance, distribuição, transmissão, gestão de fornecedores, recuperação de receitas e agro. A Cemig também já trabalha no ciclo 3, que contará com 15 novos desafios.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade com R\$7.702 milhões de valor adicionado em 2023 em comparação a R\$5.569 milhões em 2023.



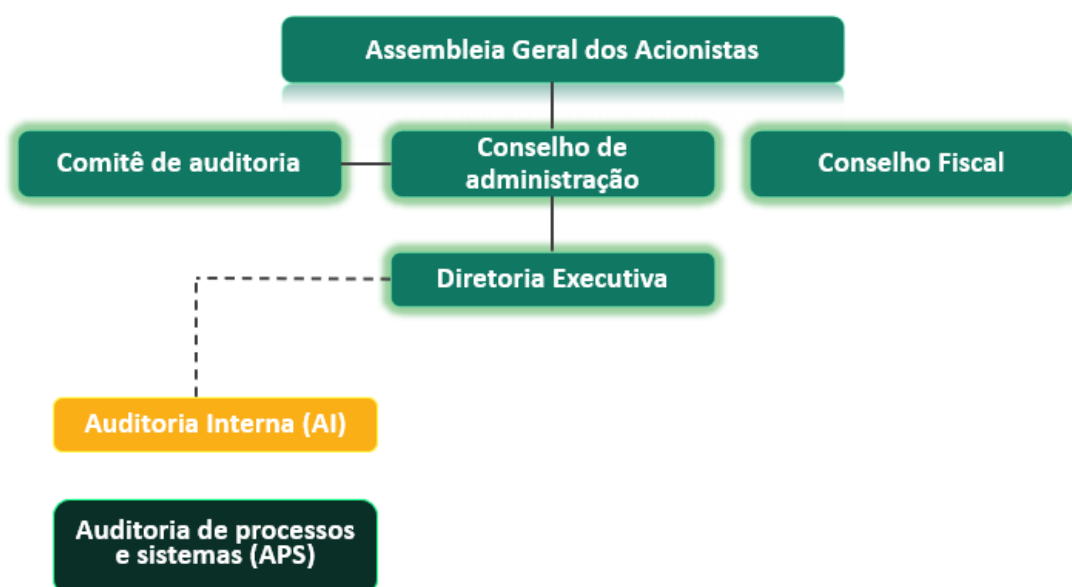
Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da

Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, vice-Presidentes estatutários e nomeiam os diretores não estatutários da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001 a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, da bolsa de valores de São Paulo.

Estrutura de Governança Corporativa Cemig



Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros, sendo 8 (oito) indicados e eleitos pelos acionistas e 1 (um) eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos nove membros do seu Conselho de Administração, oito membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), e pelos critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração, atribuições e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração, no exercício de 2024 reuniu-se 18 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a

Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 27 reuniões do Coaud.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva estatutária é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais vice-presidentes e presidente expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Os Diretores estatutários serão avaliados, anualmente, pelo Conselho de Administração, com relação ao seu desempenho, individual e coletivo, observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

No exercício de 2024 foram realizadas 52 reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de dois anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, um membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos um servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontra-se disponível no site da Cemig: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2024, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2024/2025.

Compõem a Matriz 26 *Top Risks*, incluídos, nesse ciclo, riscos de algumas das investidas da Companhia. Esses riscos têm agenda de acompanhamento contínuo pela Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (*Environmental, Social and Governance*), Comunicação, Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Riscos, criado em 2022, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e respectivo tratamento, identificação e mensuração de planos de ação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Riscos e Controles Internos, de modo a

mantê-los aderentes, atualizados e avaliados em relação a suficiência de endereçamento aos riscos. No último ciclo, a Companhia estendeu a cobertura de revisão e testes para os controles internos relacionados aos *Top Risks*, seguindo os mesmos padrões metodológicos e requisitos do *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) ICIF (*Internal Control – Integrated Framework*) e Lei Norte Americana Sarbanes Oxley – Sox. As ações e investimentos no Ambiente de Controles Internos tem garantido, nos últimos anos, sua efetividade na avaliação da Administração e do auditor externo independente, demonstrando a confiança na gestão de riscos da Companhia.

Ademais, a Companhia mantém a atividade de auditoria interna, responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna, validado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Plano prevê a avaliação dos principais processos de negócios e corporativos e é orientado pela estratégia organizacional e pelos riscos relacionados, tendo como objetivo avaliar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como a efetividade do sistema de controles internos, reportando eventuais deficiências e oportunidades de melhoria, além de recomendar ações aplicáveis. A auditoria interna acompanha a implementação das ações corretivas e preventivas pelas áreas responsáveis, bem como sua manutenção e efetividade na mitigação dos riscos, visando à agregação de valor ao negócio e fortalecendo a governança corporativa.

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig sempre procura a melhor condução de seus processos visando a melhoria contínua da sua gestão e o alcance dos objetivos estratégicos, com consequente satisfação dos seus clientes.

Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e no final de 2023 logrou a certificação na NBR ISO 31000 - Gestão de Riscos Corporativos.

Atualmente, há quatro escopos certificados na empresa: Núcleo Cemig Geração e Transmissão, Núcleo Cemig Distribuição, Gestão de Riscos Corporativos e Ouvidoria. Importante salientar que os processos de gestão e suporte fazem parte do escopo desses negócios.

No ano de 2023, o núcleo Cemig Geração e Transmissão passou pela recertificação, o núcleo Cemig Distribuição passou por uma auditoria de Manutenção e o núcleo Ouvidoria passou pela 2ª auditoria de manutenção. Os ciclos de certificações são sempre no período de três anos. (Recertificação, 1ª de manutenção e 2ª de manutenção).

Para todos os núcleos foram recomendadas as manutenções dos certificados, o que confirma o comprometimento de todos os envolvidos em atender aos requisitos das normas ISO e como é sabido tais normas possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

Combater todas as formas de corrupção. Este é o compromisso firmado publicamente pela Cemig ao ingressar no Movimento Transparência 100%. Trata-se de uma iniciativa do Pacto Global da ONU, cujo intuito é fazer com que organizações alinhem suas estratégias e operações aos princípios e mecanismos anticorrupção. A adesão da Companhia ao Movimento foi tornada pública durante o evento "Workshop Melhores Práticas ESG e Agenda 2030", realizado pela Cemig em 2023.

O objetivo do movimento, primeira grande iniciativa de fomento à transparência corporativa do Brasil, é encorajar e capacitar empresas para irem além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade em companhias de destaque para torná-las exemplos de sucesso para as demais organizações do país.

Com a adesão ao [movimento transparência 100%](#), a Cemig reforça seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. As metas assumidas pela Cemig no Movimento Transparência 100% são avançar em direção às metas de 100% de transparência das interações com a Administração Pública; remuneração 100% íntegra da alta administração; 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade; 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança e 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

Compliance e Antissuborno

A Companhia valoriza a prevenção e o combate à fraude, à corrupção e a quaisquer atos que possam desviar-se da conduta ética exigida, bem como das normas internas e externas estabelecidas. Para isso, conta com a dedicação e a diligência de toda a sua força de trabalho, a fim de garantir que atos ilícitos ou antiéticos não sejam perpetrados em seu nome.

Para prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um robusto sistema de controles internos e de Compliance, que inclui, entre outros, uma Comissão de Ética, um Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos voltados à integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e prevenção à fraude e à corrupção. Todos os profissionais que se relacionam com a CEMIG, incluindo acionistas, administradores, empregados e contratados, são plenamente informados sobre essas diretrizes. Em 2024, a CEMIG obteve a certificação na norma internacional ISO 37001 de Gestão Antissuborno, reforçando seu compromisso em prevenir, detectar e tratar casos de suborno.

Ademais, não são permitidas doações de qualquer natureza, seja direta ou indireta, em dinheiro ou em bens e serviços, incluindo publicidade, que tenham fins políticos ou que favoreçam partidos políticos ou seus afiliados, independentemente de estarem em atividade. Essa proibição está em conformidade com as exigências da Lei Federal 9.504/1997, conhecida como "Lei das Eleições", e suas alterações pela Lei 13.487, de 6 de outubro de 2017.

O Canal de Denúncias da CEMIG está disponível para o público interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual, entre outras

irregularidades que possam ser consideradas ações ou omissões contrárias à lei ou aos princípios do nosso Código de Conduta. O Canal de Denúncias assegura a confidencialidade, o anonimato e a proteção contra retaliações ao denunciante. A Comissão de Ética é responsável por garantir a apuração e investigação adequadas de todas as denúncias recebidas, e as respostas são disponibilizadas aos denunciantes após a conclusão dos processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata a Companhia Energética de Minas Gerais, nossa acionista, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1) Base de cálculo	2024 Controladora			2023 Controladora		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita líquida (RL)	5.395.893			5.859.190		
Resultado operacional (RO)	5.409.448			3.005.993		
Folha de pagamento bruta (FPB)	319.076			314.364		
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	21.191	6,64	0,39	22.096	7,03	0,38
Encargos sociais compulsórios	90.299	28,30	1,67	79.824	25,39	1,36
Previdência privada	22.647	7,10	0,42	21.862	6,95	0,37
Saúde	14.436	4,52	0,27	15.719	5,00	0,27
Segurança e medicina no trabalho	469	0,15	0,01	818	0,26	0,01
Educação	65	0,02	0,00	64	0,02	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.300	0,41	0,02	1.495	0,48	0,03
Creches ou auxílio-creche	471	0,15	0,01	694	0,22	0,01
Participação nos lucros ou resultados	37.438	11,73	0,69	37.368	11,89	0,64
Outros	2.314	0,73	0,04	2.390	0,76	0,04
Total - Indicadores sociais internos	190.630	59,74	3,53	182.330	58,00	3,11
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	%Sobre RL
Educação	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Cultura	16.774	0,31	0,31	8.251	0,27	0,14
Saúde e saneamento	3.457	0,06	0,06	1.546	0,05	0,03
Esporte	10.680	0,20	0,20	7.094	0,24	0,12
Outros doações/subvenções/projeto ASIN	2.699	0,05	0,05	2.677	0,09	0,05
Total das contribuições para a sociedade	33.610	0,62	0,62	19.568	0,65	0,33
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.583.187	47,75	47,87	1.657.820	55,15	28,29
Total – Indicadores sociais externos	2.616.797	48,37	48,50	1.677.388	55,80	28,63
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	16.838	0,31	0,31	16.769	0,56	0,29
Total dos investimentos em meio ambiente	16.838	0,31	0,31	16.769	0,56	0,29
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%		
	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados (as) ao final do exercício	1.062			1.090		
Nº de admissões durante o exercício	74			-		
Nº de empregados (as) temporários (as)	23			26		
Nº de estagiários (as) contratados (as)	34			33		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	463			461		
- 2º Grau	598			626		
- 1º Grau	1			3		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	431			450		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	159			159		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,18%			17,46%		
Nº de negros e pardos (as) que trabalham na Companhia	376			360		
% de cargos de chefia ocupados por negros e pardos (as)	13,64%			12,70%		
Nº de pessoas com deficiência	27			31		

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	18,15		
Número total de acidentes de trabalho considerando empregados próprios	3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia	no Procon	na Justiça
	-	-	8
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2024: R\$7.727.980		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	35,52% governo; 25,33% acionistas; 5,67% empregados(as); 11,03% terceiros; 22,45% retido		
7) Outras Informações	2024		
Investimentos em questões ambientais	R\$ 16.207		
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	28 reservatórios e 131 estações de coleta		
Resíduos e materiais inservíveis	1,2 mil toneladas		
Receita com as vendas dos resíduos	R\$ 1.123.891,52		

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2024 Controladora	2023 Controladora
Atendimento		
Número de consumidores	4.861	2.922
Número de empregados	1.062	1.090
Energia vendida por empregado - MWh	17.644	19.560
Mercado		
Geração própria - GWh	9.311	5.300
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	223,93	253,70
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	15	23
Capacidade Instalada (MW)	2.939	2.822
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	5.396	5.859
Margem operacional - %	100,25%	51,30%
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	5.767	3.412
Resultado - R\$ milhões	3.692	2.403
Patrimônio líquido - R\$ milhões	11.665	10.047
Valor patrimonial por ação	4,03	3,47
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	31,65%	23,92%
Endividamento do patrimônio líquido - %	49,12%	81,89%
Liquidez Corrente	1,30	0,77
Liquidez Geral	1,92	1,27

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidência sem denominação
Andrea Marques de Almeida	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente de Participações e Vice- Presidente de Geração e Transmissão
Sérgio Lopes Cabral	Vice-Presidente de Comercialização
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (preferencialistas)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Carlos Alberto Arruda de Oliveira (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Roberto Cesar Guindalini (Coordenador)	Não há
Artemio Bertholini	Não há
Ricardo Lopes Cardoso	Não há
Giulia Carla Scarlercio	Não há

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	233.739	361.954	162.841	297.060
Títulos e valores mobiliários	7	224.298	575.564	104.592	454.710
Consumidores e revendedores	8	551.131	654.596	438.495	540.434
Concessionários - transporte de energia	8	142.400	135.302	140.066	132.204
Tributos a recuperar	9	33.696	44.609	30.153	41.100
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	6.080	427.108	2.941	427.019
Dividendos a receber	28	38	-	38	13.805
Ativo financeiro da concessão	12	330.427	320.444	237.752	227.411
Ativos de contrato	13	1.131.035	841.371	1.113.334	813.593
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	368.051	-	368.051
Outros ativos		139.999	115.810	129.512	120.573
		2.792.843	3.844.809	2.359.724	3.435.960
Ativos classificados como mantidos para venda	31	56.864	57.866	6.304	45.663
TOTAL DO CIRCULANTE		2.849.707	3.902.675	2.366.028	3.481.623
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		9.444.663	7.708.475	8.587.180	6.921.734
Títulos e valores mobiliários	7	84.529	-	39.380	-
Consumidores e revendedores	8	1.604	2.257	1.588	2.241
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	10.627	9.895	-	-
Tributos a recuperar	9	57.904	49.249	47.609	43.578
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	152.142	103.044	151.917	102.572
Depósitos vinculados a litígios	11	186.520	179.089	177.384	172.644
Outros ativos		66.002	63.619	68.526	57.511
Ativo financeiro da concessão	12	3.638.355	3.494.644	2.961.192	2.810.563
Ativos de contrato	13	5.246.980	3.806.678	5.139.584	3.732.625
Investimentos	14	1.423.362	2.883.337	3.961.719	4.883.417
Imobilizado	15	3.145.772	3.035.656	1.822.318	2.205.940
Intangível	16	724.771	859.086	597.278	712.097
Direito de uso	17a	76.061	75.384	60.446	71.171
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.814.629	14.561.938	15.028.941	14.794.359
TOTAL DO ATIVO		17.664.336	18.464.613	17.394.969	18.275.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	18	397.176	474.756	328.136	441.735
Empréstimos e debêntures	20	237.001	1.858.013	237.001	1.858.013
Imposto de renda e contribuição social	10b	29.006	19.513	-	-
Impostos, taxas e contribuições	19	202.835	170.796	187.265	154.448
Encargos regulatórios	21	97.441	113.258	92.207	105.008
Obrigações pós-emprego	22	49.675	71.026	49.675	71.026
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		744.133	1.565.563	744.133	1.565.563
Salários e encargos sociais		51.397	58.466	50.385	57.489
Passivo de arrendamentos	17b	14.782	15.765	12.941	15.003
Outros passivos		117.062	204.176	115.754	200.371
TOTAL DO CIRCULANTE		1.940.508	4.551.332	1.817.497	4.468.656
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e debêntures	20	794.923	1.010.080	794.923	1.010.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	1.310.243	869.579	1.280.374	833.645
Impostos, taxas e contribuições	19	485.378	351.528	471.602	340.213
Encargos regulatórios	21	9.346	4.564	-	-
Obrigações pós-emprego	22	837.998	1.050.844	837.998	1.050.844
Provisões para contingências	23	444.327	423.574	420.938	422.257
Passivo de arrendamentos	17b	71.110	67.450	57.023	63.783
Outros passivos		105.459	89.016	49.570	39.858
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.058.784	3.866.635	3.912.428	3.760.680
TOTAL DO PASSIVO		5.999.292	8.417.967	5.729.925	8.229.336
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
Capital social		5.473.724	5.473.724	5.473.724	5.473.724
Reservas de lucros		6.206.007	4.733.233	6.206.007	4.733.233
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.687)	(160.311)	(14.687)	(160.311)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.665.044	10.046.646	11.665.044	10.046.646
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.664.336	18.464.613	17.394.969	18.275.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	25	6.108.966	6.760.742	5.395.893	5.859.190
CUSTOS	26				
Custos com energia elétrica		(2.249.564)	(2.754.139)	(2.183.716)	(2.701.041)
Custos de construção		(288.676)	(163.467)	(261.200)	(154.078)
Custos de operação		(920.533)	(848.388)	(729.621)	(671.919)
		(3.458.773)	(3.765.994)	(3.174.537)	(3.527.038)
LUCRO BRUTO		2.650.193	2.994.748	2.221.356	2.332.152
DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	26				
Perdas de créditos esperadas		3.725	(4.666)	3.725	(5.650)
Despesas gerais e administrativas		(171.204)	(146.571)	(171.204)	(146.571)
Outras despesas		(107.206)	(220.940)	(105.724)	(216.418)
Outras receitas		3.180.531	318.795	3.162.224	318.795
		2.905.846	(53.382)	2.889.021	(49.844)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(121.701)	141.354	299.071	723.685
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		5.434.338	3.082.720	5.409.448	3.005.993
Receitas financeiras	27	402.201	658.371	361.647	579.361
Despesas financeiras	27	(846.586)	(754.208)	(838.486)	(747.175)
		(444.385)	(95.837)	(476.839)	(167.814)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		4.989.953	2.986.883	4.932.609	2.838.179
Imposto de renda e contribuição social correntes	10c	(941.014)	(393.533)	(876.752)	(228.760)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	(356.626)	(190.684)	(363.544)	(206.753)
		(1.297.640)	(584.217)	(1.240.296)	(435.513)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.692.313	2.402.666	3.692.313	2.402.666
Resultado básico e diluído por ação – R\$	24	1,27	0,83	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.692.313	2.402.666	3.692.313	2.402.666
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado em exercícios subsequentes				
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	236.768	73.764	236.768	73.764
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	(80.501)	(25.080)	(80.501)	(25.080)
	156.267	48.684	156.267	48.684
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	3.848.580	2.451.350	3.848.580	2.451.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Custo atribuído de imobilizado	Outros resultados abrangentes		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.473.724	412.081	55.125	3.160.879	267.147	(476.146)	-	8.892.810
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.402.666	2.402.666
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de tributos	-	-	-	-	-	48.684	-	48.684
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	48.684	2.402.666	2.451.350
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	31.796	-	-	-	(31.796)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	4	-	(4)	-
Reserva legal	-	118.544	-	-	-	-	(118.544)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(641.205)	(641.205)
Dividendos estatutários (R\$0,23 p/ação)	-	-	-	-	-	-	(656.309)	(656.309)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,02 p/ação)	-	-	-	49.693	-	-	(49.693)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	905.115	-	-	(905.115)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.473.724	530.625	86.921	4.115.687	267.151	(427.462)	-	10.046.646
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.692.313	3.692.313
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	-	-	156.267	-	156.267
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	156.267	3.692.313	3.848.580
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	63.292	-	-	-	(63.292)	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(10.643)	-	10.643	-
Reserva legal	-	181.451	-	-	-	-	(181.451)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(742.645)	(742.645)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(821.726)	(821.726)
Dividendos adicionais aprovados em AGO	-	-	-	(272.628)	-	-	-	(272.628)
Dividendos estatutários (R\$0,13 p/ação)	-	-	-	-	-	-	(393.183)	(393.183)
Dividendos adicionais (R\$0,27 p/ação)	-	-	-	1.500.659	-	-	(1.500.659)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	5.473.724	712.076	150.213	5.343.718	256.508	(271.195)	-	11.665.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		3.692.313	2.402.666	3.692.313	2.402.666
AJUSTES:					
Depreciação e amortização	26	333.369	328.741	261.823	254.750
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		19.906	4.635	16.996	3.635
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	12 e 13	(1.262.052)	(1.082.860)	(1.108.664)	(800.100)
Equivalência patrimonial	14b	121.701	(141.354)	(299.071)	(723.685)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos		-	30.086	-	30.086
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	26	45.911	-	45.949	-
Juros e variações monetárias		148.804	315.601	183.419	390.415
Variação cambial de empréstimos	20	463.887	(276.687)	463.887	(276.687)
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	13	(1.675.627)	-	(1.675.627)	-
Ganho na alienação de ativos	30	(1.659.900)	(318.795)	(1.641.593)	(318.795)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10c	1.297.640	584.217	1.240.296	435.513
Provisões para contingências e perdas de créditos esperadas	26	37.815	53.656	15.641	53.322
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos	27 e 29	(146.577)	177.326	(146.577)	177.326
Variação do valor justo de instrumentos financeiros - Opção de venda		-	57.801	-	57.801
Obrigações pós-emprego	22	100.862	119.289	100.862	119.289
Outros		135.399	(6.107)	135.617	(5.414)
		1.653.451	2.248.215	1.285.271	1.800.122
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		95.579	298.591	93.251	282.617
Tributos a recuperar		1.321	24.371	6.916	(15.945)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	221.658	209.524	233.645	237.309
Depósitos vinculados a litígios		2.562	6.551	4.961	6.563
Dividendos recebidos		127.841	362.537	453.114	922.708
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	12 e 13	1.017.501	905.825	916.621	693.658
Outros		(5.848)	(31.009)	768	(26.756)
		1.460.614	1.776.390	1.709.276	2.100.154
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(77.580)	(28.354)	(113.599)	(15.847)
Impostos, taxas e contribuições		(98.119)	(120.333)	(100.962)	(89.921)
Salários e contribuições sociais		(7.069)	(9.817)	(7.104)	(9.812)
Encargos regulatórios		(11.035)	(3.725)	(12.801)	(4.802)
Contribuições pagas de pós-emprego	22	(98.291)	(120.101)	(98.291)	(120.101)
Provisões para contingências pagas	23	(20.787)	(22.456)	(20.685)	(22.339)
Outros		(74.105)	(72.342)	(99.471)	(4.842)
		(386.986)	(377.128)	(452.913)	(267.664)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.727.079	3.647.477	2.541.634	3.632.612
Juros recebidos		189.000	193.453	158.749	122.812
Imposto de renda e contribuição social pagos		(703.076)	(406.485)	(657.491)	(245.215)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	20	(342.047)	(539.582)	(342.047)	(539.582)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	29	436.455	24.388	436.455	24.388
Juros pagos de arrendamentos	17	(869)	(928)	(558)	(619)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.306.542	2.918.323	2.136.742	2.994.396
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	14b	(1.027)	(541)	(54.481)	(39.367)
Alienação de ativos	30	100.886	-	70.376	-
Alienação de investimentos	30	2.736.817	669.220	2.736.817	669.220
Redução de capital em investida	14b	56.833	10.811	76.833	199.356
Adição em Imobilizado	15	(315.838)	(905.099)	(150.872)	(787.333)
Adição em Intangível	16	(23.024)	(17.525)	(391)	(17.118)
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários		(7.161.581)	(5.887.553)	(6.509.931)	(4.968.163)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários		7.434.664	6.683.508	6.822.636	5.314.591
Caixa oriundo de incorporação		-	-	-	138.723
Liquidação da opção de venda - SAAG	29	-	(780.348)	-	(780.348)
FIP Melbourne		-	257.273	-	257.273
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		2.827.730	29.746	2.990.987	(13.166)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	24	(2.940.215)	(1.042.728)	(2.940.215)	(1.042.728)
Pagamentos de empréstimos e debêntures	20	(2.308.955)	(1.823.400)	(2.308.955)	(1.823.400)
Pagamentos de arrendamentos	17	(13.317)	(12.967)	(12.778)	(12.524)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.262.487)	(2.879.095)	(5.261.948)	(2.878.652)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	361.954	292.980	297.060	194.482
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		233.739	361.954	162.841	297.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
RECEITAS					
Venda de energia e serviços	25	6.007.132	7.123.774	5.370.171	6.360.175
Receita de construção	25	422.650	226.880	392.433	216.553
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	25	594.498	515.130	573.788	505.431
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	13	1.675.627	-	1.675.627	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios		183.167	896.139	183.167	896.139
Perdas (reversões) de créditos esperadas	26	3.725	(4.666)	3.725	(5.650)
Ganho na alienação de ativos	30	1.659.900	318.795	1.641.593	318.795
		10.546.699	9.076.052	9.840.504	8.291.443
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Energia elétrica comprada para revenda	26	(2.153.609)	(2.743.068)	(2.119.699)	(2.737.565)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	26	(316.687)	(289.161)	(282.798)	(238.118)
Serviços de terceiros		(526.006)	(441.476)	(437.635)	(359.631)
Materiais		(216.654)	(860.898)	(209.988)	(855.345)
Outros custos		(97.176)	(163.978)	(62.792)	(155.373)
		(3.310.132)	(4.498.581)	(3.112.912)	(4.346.032)
VALOR ADICIONADO BRUTO		7.236.567	4.577.471	6.727.592	3.945.411
Depreciação e amortização		(333.369)	(328.741)	(261.823)	(254.750)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		6.903.198	4.248.730	6.465.769	3.690.661
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	14	(121.701)	141.354	299.071	723.685
Receitas financeiras	27	412.903	674.424	371.881	594.099
Receita de indenização da geração	25	86.480	92.595	86.480	92.595
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	25	447.100	411.722	317.163	139.599
		824.782	1.320.095	1.074.595	1.549.978
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		7.727.980	5.568.825	7.540.364	5.240.639
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal		438.164	445.073	424.138	430.200
Remuneração direta		260.376	269.791	247.187	255.857
Obrigações pós-emprego e outros benefícios		145.293	158.434	144.638	157.702
FGTS		17.031	16.848	16.849	16.641
Programa de desligamento voluntário programado		15.464	-	15.464	-
Impostos, taxas e contribuições		2.745.252	1.961.333	2.583.187	1.657.820
Federais		2.353.907	1.480.664	2.242.182	1.241.718
Estaduais		387.025	475.786	337.587	412.245
Municipais		4.320	4.883	3.418	3.857
Remuneração de capitais de terceiros		852.251	759.753	840.726	749.953
Juros		846.586	754.208	838.486	747.175
Aluguéis		5.665	5.545	2.240	2.778
Remuneração de capitais próprios	24	3.692.313	2.402.666	3.692.313	2.402.666
Juros sobre capital próprio		742.645	641.205	742.645	641.205
Dividendos intermediários		821.726	-	821.726	-
Dividendos obrigatórios		393.183	656.309	393.183	656.309
Lucros retidos		1.734.759	1.105.152	1.734.759	1.105.152
		7.727.980	5.568.825	7.540.364	5.240.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Cemig Geração e Transmissão

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade por ações, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Cemig GT está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, Minas Gerais. A Cemig GT tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Cemig GT e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado (ativo circulante menos passivo circulante) positivo de R\$978.705 (negativo de R\$648.657 em 31 de dezembro de 2023). Essa variação decorre principalmente do pagamento dos Eurobonds pela Cemig GT juntamente com a alienação da participação societária na Aliança Geração.

Como consequência, a Cemig GT aumentou significativamente o prazo médio da sua dívida de 2,1 anos em 31 de dezembro de 2023 para 3,0 anos em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, investimentos,

serviço da dívida e outras necessidades de caixa nos próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração da Companhia avaliou sua capacidade de continuar operando e acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Participações societárias

A Cemig GT em 31 de dezembro de 2024 possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto, que possuem, como atividades principais a construção, operação e manutenção de sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Investimentos	% de participação	Descrição
CONTROLADAS EM CONJUNTO:		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane/MG.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema/MG.
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi")	49,00	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi/RJ.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	49,00	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Companhia, que detém 49,00% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51,00% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,00% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no estado do Pará.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	74,50	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Companhia, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na NESA, empresa detentora da concessão da UHE Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no estado do Pará. O controle é compartilhado por acordo de acionistas.
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhões; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhões; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no estado de Minas Gerais.
CONTROLADAS		
Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Investimentos	% de participação	Descrição
Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Oeste")	100,00	Produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Praias de Parajuru")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no estado do Ceará. Ela possui 19 aerogeradores, com torres de 85m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	100,00	Geração e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no estado do Ceará. Ela possui 28 aerogeradores, com torres de 65 m de altura. Toda a sua energia é comercializada por meio do Proinfa.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias, no estado de Minas Gerais.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	100,00	Tem por objetivo a construção, operação e exploração de sistemas de geração de energia elétrica, bem como atuação na comercialização de energia e em serviços correlatos.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, localizada no Rio Araguari, municípios de Sacramento e Santa Juliana, no estado de Minas Gerais.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("ESCEE")	100,00	Comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da usina hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, no estado de Minas Gerais.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	100,00	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
UFV Boa Esperança S.A. ("UFV Boa Esperança") (1)	100,00	Instalação, operação, manutenção e aluguel de plantas solares, gerir contratos de aluguel, operação e manutenção de suas plantas solares. Construir, operar e explorar sistemas de geração de energia elétrica, bem como atuar na comercialização de energia, e em serviços correlatos. Desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Centroeste")	100,00	Construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.
UFV Três Marias S.A. ("UFV Três Marias")	100,00	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de geração distribuída.

(1) Em 29 de outubro de 2024, foi aprovada em AGE, a alteração da denominação da empresa Cemig Baguari S.A. para Ufv Boa Esperança S.A.

2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig GT, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detêm junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Tipo	Localidade/estado	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO					
Usinas hidrelétricas					
Theodomiro Carneiro Santiago (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (1)	UHE	Araguari/MG	Cemig GT	07/1997	08/2027
Irapé (1)	UHE	Entre Berilo e Grão Mogol/MG	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (1)	UHE	Entre Cabeceira Grande/MG, Unai/MG e Cristalina/GO	Cemig GT	06/1997	06/2034
Poço Fundo (1)	PCH	Entre Poço Fundo e Campestre/MG	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	05/2052
Rosal (1)	UHE	Entre Guaçuí/ES e Bom Jesus do Itabapoama/RJ	Rosal Energia	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1) (2) (3)	PCH	Entre Ninheira e Águas Vermelhas/MG	Cemig GT	Resolução 331/2002	05/2027
Pai Joaquim (1)	PCH	Entre Sacramento e Santa Juliana/MG	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	UHE	Antônio Dias/MG	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Três Marias (4)			Cemig GT	08/2016	01/2053
Salto Grande (4)	UHE	Braúnas/MG	Cemig GT	09/2016	01/2053
Itutinga (4)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (4)	UHE	Itutinga/MG	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domiciano (4)	PCH	Muriáé/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	04/2047
Joasal (4)	PCH	Juiz de Fora/MG	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2053
Marmelos (4) (3)	CGH	Juiz de Fora/MG			
Paciência (4)	CGH	Matias Barbosa/MG			
Piau (4)	PCH	Piau/MG			
Dona Rita (4)	PCH	Santa Rita do Itabira/MG	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	07/2050
Ervália (4)	PCH	Ervália/MG			04/2047
Nebolina (4)	PCH	Ipanema/MG			04/2047
Peti (4)	PCH	São Gonçalo do Rio Abaixo/MG			01/2053
Sinceridade (4) (3)	PCH	Manhuaçu/MG			03/2047
Tronqueiras (4)	PCH	Coroaci/MG			12/2046
Cajurú (4)	PCH	Entre Carmo do Cajuru e Divinópolis/MG	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2053
Gafanhoto (4)	PCH	Divinópolis/MG			
Martins (4) (3)	PCH	Uberabinha/MG			
Usinas Eólicas					
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (5)	-	Beberibe/CE	Praias de Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (5)	-	Acaraú/CE	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
Usinas fotovoltaicas					
UFV Três Marias GD	UFV	Três Marias/MG	UFV Três Marias	-	-
UFV Advogado Eduardo Soares (6)	UFV	Montes Claros/MG	UFV Boa Esperança	-	-
UFV Jusante	UFV	São Gonçalo do Abaeté/MG	Cemig GT	-	-
Usina Solar Fotovoltaica Mineirão	UFV	Belo Horizonte/MG	Cemig GT	-	-
TRANSMISSÃO					
Rede Básica (7)	-	-	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)		-	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão FURNAS – Pimenta (7)	-	-	Centroeste	004/2005	03/2035
Linha de transmissão Governador Valadares 6 – Verona	-	-	Centroeste	001/2023	03/2053

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.
- Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público visando à alienação em lote único visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de energia elétrica de 4 PCHs/UHes, sendo uma PCH da Cemig GT e 3 UHes de suas subsidiárias integrais. Mais detalhes dessa operação na nota explicativa nº 31.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.

- (5) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa"). Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração das controladas, que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- (6) Em 24 de janeiro de 2024, a Aneel autorizou a alteração da denominação da UFV Boa Esperança para UFV Advogado Eduardo Soares, por meio do Despacho nº 184/2024. Em 29 de outubro de 2024, foi aprovada em AGE realizada pela UFV Boa Esperança S.A. (anteriormente denominada Cemig Baguari S.A.) a transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança S.A. por meio do aporte de ativos. Mais detalhes na nota explicativa nº 15
- (7) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.

a) Concessões de geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR) e no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Manifestação de interesse na prorrogação de concessão

A Cemig GT, visando garantir o direito de solicitar a renovação das concessões de suas usinas que vencem em 2026 e 2027, protocolou manifestações de interesse na prorrogação da concessão da UHE Sá Carvalho, em fevereiro de 2023, mediante transferência de controle acionário da sua subsidiária integral Sá Carvalho conforme Decreto 9.271/2018. Em julho de 2023, a manifestação foi feita pelo regime de Cotas de Garantia Física, conforme Lei 12.783/2013.

Nas correspondências encaminhadas ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Aneel em julho de 2023, a Companhia reafirmou o seu interesse na prorrogação, pelo regime de Cotas de Garantia Física, das concessões das UHEs Theodomiro Carneiro Santiago e Nova Ponte. Adicionalmente, em novembro de 2023, a Companhia protocolou sua manifestação de interesse na prorrogação dessas concessões mediante transferência do controle acionário das usinas conforme Decreto 9.271/2018.

A Cemig GT reitera que tais manifestações de interesse tem como único objetivo assegurar seu direito na eventual prorrogação dos Contratos de Concessão nºs 01/2004 e 07/1997, por até 30 anos, a critério do poder concedente, nos termos da legislação vigente, que ainda possui premissas pendentes de definição pelo MME.

Qualquer decisão sobre o tema somente ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel de todas as condições para a prorrogação das concessões, que deverá ser submetida à deliberação da Governança da Cemig GT.

Essa manifestação de interesse não suspenderá a análise de alternativas legais, em andamento, para a prorrogação das concessões que estão por vencer.

b) Concessões de transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - Tust. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Leilão de Transmissão nº 2/2022

A Cemig GT sagrou-se vencedora na disputa pelo Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 2/2022, realizado pela Aneel no dia 16 de dezembro de 2022. A proposta apresentada pela Cemig GT foi correspondente a um valor de RAP de aproximadamente R\$17 milhões para a nova LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona, com 165 km de extensão. O prazo para entrada em operação é 30 de março de 2028 e o prazo da concessão é de 30 anos.

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Cemig GT aprovou o aporte de recursos, no montante de R\$221.519, pela Cemig GT na investida Centroeste no período entre 2023 e 2026 conforme necessidade e geração de caixa da Centroeste. O objetivo é a implantação da LT 230 kv Governador Valadares 6 – Verona que será operada e mantida pela Centroeste. Atualmente estão sendo realizadas as atividades relacionadas à regularização fundiária, licenciamento ambiental e elaboração do projeto executivo. Até 31 de dezembro de 2024 foram investidos R\$36.866 pela Centroeste. O prazo de implantação da Linha de Transmissão é de 60 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão, realizada em março de 2023.

c) Concessões onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia e se comprometeu a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato, ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração.

Essas concessões preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

Empreendimento	Período de vigência da concessão + extensão (1)	Valor nominal em 31/12/2024	Valor presente em 31/12/2024	Percentual de participação %	Índice de atualização	Valor pago em 2024
Irapé	03/2006 a 09/2037	42.666	21.975	100	IGPM	3.263
Queimado (Consórcio)	01/2004 a 06/2034	9.084	5.440	82,5	IGPM	927

(1) O prazo apresentado inclui a extensão da vigência da outorga de concessão dessas usinas nos termos da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. No período da extensão do prazo da outorga, o gerador disporá livremente da energia proveniente do empreendimento, nos termos da Lei 13.203/2015, com as demais cláusulas inalteradas para ambos contratos.

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Adicionalmente, a Cemig GT produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e que, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC ou com as normas internacionais (IFRS).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira, para companhias abertas. Pelas IFRS essa demonstração não é requerida e está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração das demonstrações financeiras individuais da Cemig GT, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Todas as informações contábeis relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2025.

3.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos classificados como mantidos para venda mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 29 e 31 respectivamente.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia (perdas de créditos esperadas e fornecimento não faturado);
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 12 – Ativos financeiros da concessão (indenização a receber)
- Nota 13 – Ativos de contrato (definição da margem de construção e remensuração do ativo de contrato);
- Nota 14 – Investimentos (avaliação do valor recuperável);
- Nota 15 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos e avaliação do valor recuperável);

- Nota 16 – Intangíveis (previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF - *Generation Scaling Factor* e avaliação ao valor recuperável);
- Nota 17 – Arrendamentos (mensuração do valor presente do passivo de arrendamento, considerando a intenção da Companhia em opções de renovação e mensuração subsequente do direito de uso);
- Nota 22 – Obrigações pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego);
- Nota 23 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 25 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado e margem de construção);
- Nota 29 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo); e
- Nota 31 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração do valor justo).

3.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 3.6, que são normas que tiveram o início de sua vigência a partir de janeiro de 2024 e, pelo descrito na nota explicativa 3.7, que trata das normas emitidas, mas ainda não vigentes. As políticas contábeis adotadas estão em conformidade às normas e regulamentos descritos na nota explicativa 3.1 Declaração de conformidade.

3.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Norma	Principais alterações
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Essas alterações não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, IAS 7/ CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidênciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez. A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”
IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do IFRS 15 / CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 / CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.

3.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 18 (R3)/IAS 28 – Investimentos em Coligadas, Em Controladas e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A alteração contempla a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB suas alterações foram apenas para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025
CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

Norma	Principais alterações	Início da vigência
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração. As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (<i>Solely Payments of Principal and Interest</i>) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos. Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 substituirá o CPC 26/ IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração.	01/01/2027
IFRS 10/ CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>.	Ainda não definido

Norma	Principais alterações	Início da vigência
	A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração e aguarda o posicionamento formal sobre o início da vigência.	

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

4. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As políticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As participações diretas da Cemig GT, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades controladas	Forma de avaliação	31/12/2024 e 31/12/2023
		Participação direta (%)
UFV Boa Esperança S.A. (1)	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A.	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A.	Consolidação	100
Rosal Energia S.A.	Consolidação	100
Cemig PCH S.A.	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação	100
Cemig Trading S.A.	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	Consolidação	100
UFV Três Marias S.A.	Consolidação	100

(1) No dia 29 de outubro de 2024, foi realizada AGE da Cemig Baguari Energia S.A., na qual foi aprovada alteração da denominação da empresa para UFV Boa Esperança S.A.

As participações diretas e indiretas estão apresentadas na nota explicativa nº 14.

Política contábil

Controladas

A Cemig GT controla uma investida quando tem poder que lhe garante a (i) direção de suas atividades pertinentes, além de (ii) direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e (iii) capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Cemig GT avalia se exerce ou não controle sobre a investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão em linha com as adotadas pela Cemig GT.

As informações financeiras das controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e os saldos de ativos, passivos e resultado são consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações decorrentes de operações *intercompany* são eliminadas no processo de consolidação.

Quando a Cemig GT perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Controladas em conjunto

As controladas em conjunto representam as investidas, nas quais a Cemig GT possui o controle compartilhado com outra empresa por meio de acordo contratualmente convencionado, independente do percentual de participação no capital votante. Assim, a Cemig GT não exerce individualmente o poder de tomada de decisões financeiras e operacionais na investida.

As políticas contábeis das controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mais detalhes estão divulgados na seção de políticas contábeis da nota explicativa nº 14.

Operações em conjunto (*joint operation*)

A participação em consórcio detida pela Companhia é contabilizada de acordo com a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações relacionadas ao negócio.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cemig GT na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais apresentados refletem como a Companhia realiza a gestão, estrutura organizacional e acompanhamento de resultados

As informações por segmentos são elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- **Geração:** compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas, eólicas e solares, sendo caracterizada pela venda de energia própria no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, cotas de garantia física e para o segmento de comercialização.
- **Transmissão:** compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.
- **Comercialização:** compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. Para atender ao mercado, a comercializadora adquire energia do segmentos de geração e de terceiros.
- **Participações:** compreende a gestão das participações que são controladas em conjunto, em linha com as estratégias de negócio da Companhia.

As transações intersegmentos que ocorrem entre os segmentos de geração e comercialização, consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2024							
Descrição	Energia Elétrica			Participações	Total	Eliminações (1) e (2)	Consolidado
	Geração	Transmissão	Comercialização				
RECEITA LÍQUIDA	2.919.344	1.278.566	3.237.349	-	7.435.259	(1.326.293)	6.108.966
Intersegmentos	1.325.408	885	-	-	1.326.293	(1.326.293)	-
Terceiros	1.593.936	1.277.681	3.237.349	-	6.108.966	-	6.108.966
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(382.834)	(325)	(3.164.845)	-	(3.548.004)	1.298.440	(2.249.564)
Intersegmentos	(279)	(148)	(1.298.013)	-	(1.298.440)	1.298.440	-
Terceiros	(382.555)	(177)	(1.866.832)	-	(2.249.564)	-	(2.249.564)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS							
Pessoal	(149.566)	(148.586)	(23.791)	(11.428)	(333.371)	-	(333.371)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(17.937)	(16.077)	(2.573)	(1.241)	(37.828)	-	(37.828)
Obrigações pós-emprego	(51.363)	(31.740)	(7.274)	(9.770)	(100.147)	-	(100.147)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(250.499)	(95.459)	(13.103)	(17.014)	(376.075)	27.853	(348.222)
Intersegmentos	(26.835)	(1.018)	-	-	(27.853)	27.853	-
Terceiros	(223.664)	(94.441)	(13.103)	(17.014)	(348.222)	-	(348.222)
Depreciação e amortização	(324.764)	(8.590)	(15)	-	(333.369)	-	(333.369)
Provisões e ajustes para perdas operacionais (3)	7.893	5.006	(61.827)	6.647	(42.281)	-	(42.281)
Custos de construção da infraestrutura	-	(288.676)	-	-	(288.676)	-	(288.676)
Outras receitas	42.989	1.520.631	-	1.616.911	3.180.531	-	3.180.531
	(743.247)	936.509	(108.583)	1.584.105	1.668.784	27.853	1.696.637
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	(1.126.081)	936.184	(3.273.428)	1.584.105	(1.879.220)	1.326.293	(552.927)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(121.701)	(121.701)	-	(121.701)
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.793.263	2.214.750	(36.079)	1.462.404	5.434.338	-	5.434.338
Resultado financeiro	(179.933)	(109.189)	23.547	(178.810)	(444.385)	-	(444.385)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.613.330	2.105.561	(12.532)	1.283.594	4.989.953	-	4.989.953
Imposto de renda e contribuição social	(333.818)	(552.919)	15.741	(426.644)	(1.297.640)	-	(1.297.640)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.279.512	1.552.642	3.209	856.950	3.692.313	-	3.692.313

- (1) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (2) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios.
- (3) Inclui a perda por redução ao valor recuperável da mais-valia do investimento da Cemig GT na Aliança Norte, apresentada no segmento de Participações.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO NO EXERCÍCIO DE 2023							
Descrição	Energia Elétrica			Participações	Total	Eliminações (1)	Consolidado
	Geração	Transmissão	Comercialização				
RECEITA LÍQUIDA	2.874.757	1.069.246	4.084.249	-	8.028.252	(1.267.510)	6.760.742
Intersegmentos	1.264.628	2.882	-	-	1.267.510	(1.267.510)	-
Terceiros	1.610.129	1.066.364	4.084.249	-	6.760.742	-	6.760.742
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(346.849)	(328)	(3.634.978)	-	(3.982.155)	1.228.016	(2.754.139)
Intersegmentos	(2.346)	(142)	(1.225.528)	-	(1.228.016)	1.228.016	-
Terceiros	(344.503)	(186)	(2.409.450)	-	(2.754.139)	-	(2.754.139)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS (2)							
Pessoal	(147.945)	(136.384)	(26.678)	(18.689)	(329.696)	-	(329.696)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(16.110)	(16.144)	(3.152)	(2.216)	(37.622)	-	(37.622)
Obrigações pós-emprego	(58.875)	(36.383)	(8.338)	(11.199)	(114.795)	-	(114.795)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas, líquidas	(216.429)	(86.808)	(17.895)	(16.942)	(338.074)	39.820	(298.254)
Intersegmentos	(38.619)	(875)	-	-	(39.494)	39.494	-
Terceiros	(177.810)	(85.933)	(17.895)	(16.942)	(298.580)	326	(298.254)
Depreciação e amortização	(327.265)	(1.460)	(16)	-	(328.741)	-	(328.741)
Provisões e ajustes para perdas	(29.248)	(13.576)	(6.729)	(61.904)	(111.457)	-	(111.457)
Custos de construção da infraestrutura	-	(163.467)	-	-	(163.467)	-	(163.467)
Outras receitas	-	-	-	318.795	318.795	-	318.795
Total do custo de operação	(795.872)	(454.222)	(62.808)	207.845	(1.105.057)	39.820	(1.065.237)
CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS	(1.142.721)	(454.550)	(3.697.786)	207.845	(5.087.212)	1.267.836	(3.819.376)
Resultado de equivalência patrimonial	326	-	-	141.354	141.680	(326)	141.354
RESULTADO ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.732.362	614.696	386.463	349.199	3.082.720	-	3.082.720
Resultado financeiro	(11.275)	(48.111)	81.536	(117.987)	(95.837)	-	(95.837)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.721.087	566.585	467.999	231.212	2.986.883	-	2.986.883
Imposto de renda e contribuição social	(325.331)	(109.686)	(115.634)	(33.566)	(584.217)	-	(584.217)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.395.756	456.899	352.365	197.646	2.402.666	-	2.402.666

- (1) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (2) As informações dos custos e despesas por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas ao principal gestor das operações para tomada de decisões, que é a Diretoria Executiva.

Política contábil

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos e as despesas da sede.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a.		Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas bancárias				4.279	2.303	(4.249)	437
Aplicações financeiras:							
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	CDI	95% a 110%	80% a 108,5%	129.476	97.793	120.509	89.819
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	11,42% a 12,65%	99.984	261.858	46.581	206.804
				229.460	359.651	167.090	296.623
				233.739	361.954	162.841	297.060

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 29 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.		Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante							
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	CDI	-	103% a 104,3%	-	54.880	-	43.342
Letras financeiras (LFs) – Bancos	CDI	104,2% a 112%	108,6 a 111,98%	175.500	354.305	81.762	279.814
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	Variação Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	45.479	159.759	21.188	126.171
Outros				3.319	6.620	1.642	5.383
				224.298	575.564	104.592	454.710
Não circulante							
Letras financeiras (LFs) – Bancos	CDI	104,2% a 112%	-	84.529	-	39.380	-
				84.529	-	39.380	-
				308.827	575.564	143.972	454.710

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 29 e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldo a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/12/2024	31/12/2023
Industrial	2.142	183.874	10.151	7.895	18.799	222.861	285.129
Comércio, serviços e outras	533	65.683	6.510	955	8.899	82.580	89.102
Suprimento a outras concessionárias	14.431	200.235	55.779	-	47	270.492	277.027
Concessionários – transp. de energia	6.142	120.365	7.976	1.077	6.801	142.361	135.292
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	850	5.184	2.162	-	-	8.196	40.685
Perdas de créditos esperadas	-	-	(421)	(5.370)	(25.564)	(31.355)	(35.080)
	24.098	575.341	82.157	4.557	8.982	695.135	792.155
Ativo circulante						693.531	789.898
Consumidores e revendedores						551.131	654.596
Concessionários – Transp. energia						142.400	135.302
Ativo não circulante						1.604	2.257
Consumidores e revendedores						1.604	2.257

	Saldo a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/12/2024	31/12/2023
Industrial	2.142	171.958	2.029	5.224	18.794	200.147	258.645
Comércio, serviços e outras	533	65.683	6.509	955	8.899	82.579	89.102
Suprimento a outras concessionárias	14.429	136.770	33.971	-	46	185.216	190.943
Concessionários – transp. de energia	6.082	118.360	7.708	1.077	6.839	140.066	132.204
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	-	3.496	-	-	-	3.496	39.065
Perdas de créditos esperadas	-	-	(421)	(5.370)	(25.564)	(31.355)	(35.080)
	23.186	496.267	49.796	1.886	9.014	580.149	674.879
Ativo circulante						578.561	672.638
Consumidores e revendedores						438.495	540.434
Concessionários – Transp. energia						140.066	132.204
Ativo não circulante						1.588	2.241
Consumidores e revendedores						1.588	2.241

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 29.

As Perdas de Créditos Esperadas (“PCE”) são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.414	27.759
Constituição de provisão, líquida (nota 26c)	4.666	5.650
Saldo oriundo da incorporação	-	1.671
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.080	35.080
Reversão de provisão (nota 26c)	(3.725)	(3.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31.355	31.355

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

Especificamente para a atividade de transmissão, a Receita Anual Permitida (RAP) remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato.

Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que nada mais além da passagem do tempo é necessário para que a contraprestação seja recebida.

Estimativas e julgamentos

Perdas de créditos esperadas (PCE)

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Para a Companhia o saldo a receber é analisado, em sua totalidade, levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais, sendo feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos. Vale ressaltar que não há constituição de PCE para os contratos celebrados com comercializadoras, em virtude da entrega de energia estar condicionada ao pagamento prévio da fatura ou aporte de garantias.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
ICMS a recuperar	11.295	12.880	11.052	12.069
Cofins	2.982	10.606	288	8.426
PIS/Pasep	643	2.323	42	1.809
INSS	18.631	18.647	18.631	18.647
Outros	145	153	140	149
	33.696	44.609	30.153	41.100
Não circulante				
ICMS a recuperar (a)	39.239	33.863	34.716	32.605
Cofins (b)	15.338	12.643	10.593	9.016
PIS/Pasep (b)	3.327	2.743	2.300	1.957
	57.904	49.249	47.609	43.578
	91.600	93.858	77.762	84.678

a) ICMS a recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em

48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

b) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Cemig GT registrou, em maio de 2019, os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019. As formas de recuperação desses créditos são: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, com outros tributos federais; ou (ii) recebimento de precatórias do Governo Federal. A Cemig GT, priorizou a compensação, a fim de acelerar a recuperação dos créditos.

No exercício de 2024, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$938 (R\$19.053 em 2023). A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. A Cemig GT finalizou a compensação no início de 2024.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recuperar referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Cemig GT e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A RECUPERAR				
Circulante				
Imposto de renda	42.465	296.504	38.031	296.383
Contribuição social	(36.385)	130.604	(35.090)	130.636
	6.080	427.108	2.941	427.019
Não circulante				
Imposto de renda	66.845	49.369	66.698	49.010
Contribuição social	85.297	53.675	85.219	53.562
	152.142	103.044	151.917	102.572
A RECOLHER				
Circulante				
Imposto de renda (1)	(20.366)	(12.633)	-	-
Contribuição social (1)	(8.640)	(6.880)	-	-
	(29.006)	(19.513)	-	-
Total líquido	129.216	510.639	154.858	529.591
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	158.222	530.152	154.858	529.591
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(29.006)	(19.513)	-	-

A variação no total de IR e CS decorre, principalmente, do reconhecimento dos efeitos tributários sobre o ganho com a alienação da participação detida pela Cemig GT na Aliança Geração. Mais detalhes sobre essa operação na nota explicativa nº 30.

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

A Cemig GT obteve êxito judicial, com trânsito em julgado, em processo no qual requereu o direito de deduzir do IRPJ as despesas e custos incorridos com o PAT, até o limite de 4% do imposto devido, sem sujeição às limitações estabelecidas pela regulamentação vigente. Nesse processo também foi pleiteado o reconhecimento do direito de restituição dos valores recolhidos a maior entre os anos de 2004 e 2008, corrigidos pela Selic.

Tendo em vista a decisão em favor da Cemig GT, foi reconhecido, com base na melhor estimativa, em junho de 2024, o montante de R\$14.536 como imposto de renda a recuperar no ativo não circulante, em contrapartida à despesa com imposto de renda e ao resultado financeiro. Após a apuração definitiva esse montante representa R\$17.661, em 31 de dezembro de 2024.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2023	DRE	Outros	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	90.698	(90.698)	-	-
Obrigações pós-emprego	374.616	7.822	(80.501)	301.937
Perdas de créditos esperadas	11.927	(1.266)	-	10.661
Provisões	118.459	2.564	-	121.023
Provisão para perdas em investimentos	56.930	(41.911)	-	15.019
Outras provisões	49.577	(17.307)	-	32.270
Concessão onerosa	11.843	100	-	11.943
Direito de uso	26.937	(3.046)	-	23.891
Outros	17.716	9.127	-	26.843
	758.703	(134.615)	(80.501)	543.587
Passivos fiscais diferidos				
Valor justo como custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais	(154.872)	7.637	-	(147.235)
Atualização ativo de contrato	(924.008)	(468.206)	-	(1.392.214)
Valor justo de participações societárias	(112.431)	98.143	-	(14.288)
Atualização ativo financeiro	(47.472)	(29.403)	-	(76.875)
Instrumentos financeiros derivativos	(125.806)	125.310	-	(496)
Ressarcimento de custos - GSF	(228.878)	45.239	-	(183.639)
Passivo de arrendamentos	(23.877)	4.314	-	(19.563)
Outros	(1.043)	(5.045)	(2.805)	(8.893)
	(1.618.387)	(222.011)	(2.805)	(1.843.203)
Total líquido	(859.684)	(356.626)	(83.306)	(1.299.616)
Total do ativo apresentado no Balanço Patrimonial	9.895	-	-	10.627
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(869.579)	-	-	(1.310.243)

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2023	DRE	Outros	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	90.698	(90.698)	-	-
Obrigações pós-emprego	374.616	7.822	(80.501)	301.937
Perdas de créditos esperadas	11.927	(1.266)	-	10.661
Provisões para contingências	118.205	2.286	-	120.491
Provisão para perdas em investimentos	56.930	(41.911)	-	15.019
Outras provisões	49.571	(17.301)	-	32.270
Concessão onerosa	11.843	100	-	11.943
Direito de uso	26.787	(2.999)	-	23.788
Outros	17.679	(1.952)	-	15.727
	758.256	(145.919)	(80.501)	531.836
Passivos fiscais diferidos				
Valor justo como custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais	(139.709)	6.626	-	(133.083)
Atualização ativo de contrato	(921.197)	(468.391)	-	(1.389.588)
Valor justo de participações societárias	(112.431)	98.143	-	(14.288)
Atualização ativo financeiro	(47.472)	(29.403)	-	(76.875)
Instrumentos financeiros derivativos	(125.137)	125.137	-	-
Ressarcimento de custos - GSF	(220.992)	42.621	-	(178.371)
Passivo de arrendamentos	(23.700)	4.207	-	(19.493)
Outros	(1.263)	3.435	(2.684)	(512)
	(1.591.901)	(217.625)	(2.684)	(1.812.210)
Total líquido	(833.645)	(363.544)	(83.185)	(1.280.374)
Total do passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(833.645)	-	-	(1.280.374)

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Segue abaixo a forma de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Benefícios pós-emprego: são realizados na medida de seus pagamentos ou caso sejam revertidos em função de novas estimativas atuariais ou outros fatos novos.

Provisões para contingências: são realizados na medida em que ocorram decisões administrativas ou judiciais quanto aos temas em litígio, ou que haja a revisão da classificação do risco nas respectivas ações.

Provisões operacionais: abrangem provisões para perda em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os tributos diferidos relacionados serão revertidos quando da realização dos respectivos investimentos.

Perda por redução do valor recuperável de ativos: são revertidos quando da realização dos ativos correlatos, seja via amortização ou depreciação, seja via alienação.

Perda de créditos esperada: são realizados na medida em que os créditos se tornem dedutíveis de acordo com as regras de dedutibilidade da legislação fiscal ou haja reversão da referida provisão.

Valores justos: relacionados a combinações de negócios, bem como amortização de mais ou menos valia são realizados na medida da realização dos investimentos correlatos.

Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: são realizados pela compensação com lucros futuros tributáveis da Companhia, considerando os critérios definidos pela legislação.

Contratos de concessão e similares: são realizados no decorrer do prazo do contrato, a medida do recebimento das receitas esperadas.

Custo atribuído de ativos imobilizados: são realizados a medida da realização do ativo correspondente, via amortização ou depreciação.

Arrendamentos contabilizados com base no IFRS 16 e demais rubricas: são realizados na medida em que os valores se tornem dedutíveis ou tributáveis de acordo com a legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2024, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2025	80.630	78.261
2026	73.461	71.128
2027	73.461	71.128
2028	73.461	71.128
2029 a 2031	141.107	138.753
2032 a 2034	101.467	101.438
	543.587	531.836

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há diferenças temporárias não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas, por haver provável certeza de geração de lucros futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui valores relacionados à Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro reconhecidos nas suas Demonstrações Financeiras.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.989.953	2.986.883	4.932.609	2.838.179
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(1.696.584)	(1.015.540)	(1.677.087)	(964.981)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	252.499	218.010	252.499	218.010
Incentivos fiscais	92.656	46.417	84.572	44.770
Resultado de equivalência patrimonial	(41.204)	52.437	105.679	254.194
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	93.986	90.711	-	-
Outros	1.007	23.748	(5.959)	12.494
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(1.297.640)	(584.217)	(1.240.296)	(435.513)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(941.014)	(393.533)	(876.752)	(228.760)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(356.626)	(190.684)	(363.544)	(206.753)
	(1.297.640)	(584.217)	(1.240.296)	(435.513)
Alíquota efetiva	26,01%	19,56%	25,14%	15,34%

Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Cemig GT está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio

líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Subvenções governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será concedido e todas as condições associadas serão cumpridas, de acordo com o CPC 07 / IAS 20.

A Cemig GT e a sua subsidiária Central Eólica Volta do Rio possuem empreendimentos na área incentivada da Sudene, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional, bem como redução de 30% do IRPJ devido, após redução de 75%, em função do benefício do reinvestimento. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Mais detalhes na nota explicativa nº 24.

Estimativas e julgamentos

Tributos diferidos

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal, exceto nos casos em que a transação dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis, nas quais a entidade deve reconhecer um ativo ou passivo fiscal diferido e deve reconhecer a despesa ou a receita por tributo diferido resultante no resultado;
- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento tributário incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	19.726	20.909	17.316	20.292
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	20.506	19.677	19.190	18.361
PIS/Pasep e Cofins	4.581	3.685	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio	78.376	75.406	78.376	75.406
IPTU	18.066	16.902	18.064	16.900
CSLL	28.533	26.665	28.533	26.665
Outros	2.564	2.495	1.886	1.817
	152.626	144.830	146.049	139.149
Outros				
Bloqueio judicial	1.701	1.817	1.669	1.785
Regulatórios	6.079	6.265	6.079	6.265
Outros	6.388	5.268	6.271	5.153
	14.168	13.350	14.019	13.203
	186.520	179.089	177.384	172.644

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Geração - Indenização a receber (12.1)	870.535	784.055	870.535	784.055
Geração - Bonificação pela outorga (12.2)	3.098.247	3.031.033	2.328.409	2.253.919
	3.968.782	3.815.088	3.198.944	3.037.974
Circulante	330.427	320.444	237.752	227.411
Não circulante	3.638.355	3.494.644	2.961.192	2.810.563

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.641.875	691.460
Atualização financeira	504.317	232.194
Recebimentos	(331.104)	(138.021)
Ativos oriundos da incorporação	-	2.252.341
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.815.088	3.037.974
Atualização financeira	533.580	403.643
Recebimentos	(343.368)	(242.673)
Classificação como mantido para venda (nota 31)	(36.518)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.968.782	3.198.944

12.1 Geração - Indenização a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997. Com isso, a Cemig GT passou a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis desses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, e mensurados pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a Resolução Normativa nº 942, por meio da publicação da Resolução Normativa nº 1.027. Essa resolução estabelece a metodologia e os critérios gerais para cálculo, considerando como base o valor novo de reposição, que é calculado prioritariamente a partir de um banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A movimentação do saldo é conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW) ¹	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2024
Lote D					
UHE Três Marias	jul-15	396,00	203.064	22.397	225.461
UHE Salto Grande	jul-15	102,00	104.177	11.489	115.666
UHE Itutinga	jul-15	52,00	12.275	1.354	13.629
UHE Camargos	jul-15	46,00	23.860	2.632	26.492
PCH Piau	jul-15	18,01	5.324	587	5.911
PCH Gafanhoto	jul-15	14,00	6.384	704	7.088
PCH Peti	jul-15	9,40	7.368	813	8.181
PCH Dona Rita	set-13	2,41	1.909	211	2.120
PCH Tronqueiras	jul-15	8,50	10.152	1.017	11.169
PCH Joasal	jul-15	8,40	7.627	842	8.469
PCH Martins	jul-15	7,70	5.415	598	6.013
PCH Cajuru	jul-15	7,20	22.949	2.531	25.480
PCH Paciência	jul-15	4,08	5.044	557	5.601
PCH Marmelos	jul-15	4,00	2.931	323	3.254
Outras					
UHE Volta Grande	fev-17	380,00	439	49	488
UHE Miranda	dez-16	408,00	110.548	12.192	122.740
UHE Jaguará	ago-13	424,00	167.704	18.599	186.303
UHE São Simão	jan-15	1.710,00	86.885	9.585	96.470
		3.601,70	784.055	86.480	870.535

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

O saldo de R\$870.535 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel e a atualização financeira do exercício.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar. Assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

12.2 Geração - Bonificação pela outorga

A Cemig GT pagou R\$2.216.353 a título de bonificação pela outorga de 30 anos dos contratos de concessão de nº 08 ao 16/206, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do leilão nº 12/2015. Essa bonificação foi reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios, cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto, durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

	Usinas	Saldo em 31/12/2023	Atualização	Recebimento	Classificação como mantido para venda	Saldo em 31/12/2024
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Três Marias	1.715.329	241.130	(184.491)	-	1.771.968
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Salto Grande	538.593	76.033	(58.182)	-	556.444
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	203.762	32.116	(24.737)	-	211.141
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	152.716	23.920	(18.414)	-	158.222
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	200.644	33.472	(25.910)	(21.820)	186.386
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	137.345	25.155	(19.674)	(494)	142.332
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	82.644	15.274	(11.960)	(14.204)	71.754
		3.031.033	447.100	(343.368)	(36.518)	3.098.247

	Usinas	Saldo em 31/12/2022	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2023
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Três Marias	1.671.515	221.716	(177.902)	1.715.329
Cemig Geração e Transmissão S.A. (1)	Salto Grande	524.778	69.920	(56.105)	538.593
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	197.983	29.632	(23.853)	203.762
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	148.407	22.066	(17.757)	152.716
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	194.694	30.932	(24.982)	200.644
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	133.014	23.303	(18.972)	137.345
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	80.024	14.153	(11.533)	82.644
		2.950.415	411.722	(331.104)	3.031.033

(1) Em 31 de maio de 2023, as subsidiárias integrais Cemig Geração Três Marias S.A. e Cemig Geração Salto Grande S.A. foram incorporadas à Cemig GT.

Política contábil

Atividade de transmissão

Após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013

Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 13.

Atividade de geração – Bonificação pela outorga

Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Estimativas e julgamentos

Atividade de geração – Indenização a receber

A Cemig GT tem direito à indenização pelos ativos ainda não amortizados de usinas que tiveram o término da concessão a partir de 2013. A Cemig GT estimou o montante dessa indenização com base em resolução normativa emitida pela Aneel, que estabelece a metodologia e os critérios gerais para cálculo, considerando como base o valor novo de reposição.

13. ATIVOS DE CONTRATO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.616.178	1.722.829	1.616.178	1.722.829
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	4.761.837	2.925.220	4.636.740	2.823.389
	6.378.015	4.648.049	6.252.918	4.546.218
Circulante	1.131.035	841.371	1.113.334	813.593
Não circulante	5.246.980	3.806.678	5.139.584	3.732.625

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.644.227	4.533.949
Adições	226.880	216.553
Remuneração financeira	515.130	505.431
Realização	(738.188)	(709.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.648.049	4.546.218
Adições	422.650	392.433
Remuneração financeira	594.498	573.788
Resultado da revisão tarifária periódica (1)	1.675.627	1.675.627
Realização	(962.809)	(935.148)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.378.015	6.252.918

(1) Na nota explicativa nº 26d, esse montante está apresentado líquido de PIS/Pasep e Cofins.

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	índice de atualização	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Contrato de Concessão - 006/97	IPCA				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		479.291	466.239	479.291	466.239
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI		595.462	302.134	595.462	302.134
Contrato de Concessão - 079/00	IGPM	38.581	45.220	38.581	45.220
Contrato de Concessão - 004/05	IGPM	17.701	27.778	-	-
		1.131.035	841.371	1.113.334	813.593
Não circulante					
Contrato de Concessão - 006/97	IPCA				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		1.136.887	1.256.590	1.136.887	1.256.590
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI		3.892.472	2.358.462	3.892.472	2.358.462
Contrato de Concessão - 079/00	IGPM	110.225	117.573	110.225	117.573
Contrato de Concessão - 004/05	IGPM	107.396	74.053	-	-
		5.246.980	3.806.678	5.139.584	3.732.625
		6.378.015	4.648.049	6.252.918	4.546.218

a) Contrato de Concessão 006/1997

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente. Esse contrato foi prorrogado até 31 de dezembro de 2042, nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores foram determinados na Portaria nº 120/2016. Estes ativos são denominados de Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e são segregados dos demais ativos da Cemig GT, sendo que seu fluxo de caixa é composto pela parcela referente ao custo de capital (componente financeiro) e pela parcela referente à base de remuneração (componente econômico).

As alterações implementadas nestas instalações são tratadas como Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Seu fluxo de caixa é referente à remuneração dos investimentos em reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui a parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão.

Revisão Tarifária Periódica – RTP

Em julho de 2024, por meio das ReH nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP dos Contratos de Concessão nº 006/1997 e nº 079/2000, ambos da

Cemig GT. No mesmo mês, a Resolução Homologatória 3.348/2024 estabeleceu a RAP reajustada para o ciclo 2024-2025, com reflexos nos contratos da Cemig GT e Centroeste.

Como a RTP representa uma modificação na estrutura de capital e alteração na taxa de remuneração, o valor presente dos ativos classificados como Ativo de Contrato foi remensurado, com seus reflexos demonstrados na sequência.

Os ativos da transmissora do Contrato de Concessão nº 006/97 estão segregados em:

- instalações de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, denominadas de RBSE e instalações autorizadas que entraram em operação comercial entre 1º de junho de 2000 e 31 de dezembro de 2012 e foram objeto de indenização, denominadas de RBNI Indenizadas; e
- instalações autorizadas com operação comercial reconhecida a partir de 1º de janeiro de 2013, após a prorrogação das concessões nos termos da Lei nº 12.783/2013, denominadas de RBNI.

Os ativos desse contrato reavaliados pela primeira vez, seguiram metodologia do Proret 9.1, sendo 76% valorados pelo Banco de Preços Referencial – BPR, 13% por modelo híbrido (índices do BPR e IPCA) e 11% pelo Valor Original Contábil atualizado pelo IPCA.

Já os ativos que compõem a RBSE e RBNI reavaliados em processos anteriores, tiveram atualização pelo índice do contrato (IPCA).

Os reflexos da RTP no ativo de contrato foram conforme segue:

Resultado RTP	
RBSE - Ativos até 12/2012	164.006
RBNI Ciclo 2013-2018 - Original	10.146
RBNI Ciclo 2013-2018 - Revisados RTP 2024	89.127
RBNI Ciclo 2018-2023 - Melhorias de Pequeno Porte	203.780
RBNI Ciclo 2018-2023 - Melhorias e Reforços de Grande Porte	1.206.661
Total	1.673.720

O resultado positivo da RTP se deve, principalmente, à diferença entre os custos orçados para a construção dos ativos e o Valor Novo de Reposição (VNR), ajustado pelos valores atualizados do Banco de Preços Regulatório (BPR). Esse ajuste foi aplicado à maioria dos ativos reavaliados e também foi influenciado pela variação positiva no WACC regulatório. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 e o Ofício Circular 04/2020 da CVM, por se tratar de uma nova mensuração do valor do ativo de contrato, esses efeitos foram reconhecidos diretamente no resultado no momento em que ocorre a RTP.

Esses efeitos foram confrontados com os registros originalmente contabilizados, sendo os ganhos reconhecidos no resultado no terceiro trimestre de 2024.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras, definida na Portaria MME 120/2016. A conclusão foi que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a ReH nº 2.852, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente foi incorporado ao cálculo da revisão periódica de 2018 da RAP, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando a remuneração pelo custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente. Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo reperfilamento desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

A Revisão Periódica Tarifária ocorrida em 2024 não impactou esse componente financeiro. A Companhia segue acompanhando o tema e as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuam adequados.

b) Contrato de Concessão 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

Em julho de 2024, por meio das ReH nº 3.344/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP da RAP dos Contratos de Concessão nº 006/1997 e nº 079/2000, ambos da Cemig GT.

As receitas de reforços e melhorias foram revisadas resultando no reconhecimento de um ganho no montante de R\$1.907, no terceiro trimestre de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá

direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida – RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

Política contábil

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado na construção das linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) disponibilidade e construção e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, quando do aviso de crédito emitido pelo ONS, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Consumidores a receber.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis referentes aos ativos vinculados à atividade de transmissão estão descritas na nota explicativa nº 25.

Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente (componente de financiamento) as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de

contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A remuneração financeira do ativo de contrato corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa de desconto determinada no início dos investimentos e incluindo a atualização financeira pelo índice da inflação. A taxa de desconto representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

14. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Controladas em conjunto				
Cachoeirão	44.893	46.816	44.893	46.816
Guanhães Energia	172.300	221.725	172.300	221.725
Pipoca	54.041	47.529	54.041	47.529
Paracambi	36.028	40.475	36.028	40.475
Aliança Norte	419.414	536.268	419.414	536.268
Amazônia Energia	696.686	818.929	696.686	818.929
Aliança Geração (1)	-	1.171.595	-	1.171.595
Controladas				
UFV Boa Esperança	-	-	405.481	46
Cemig Geração Itutinga	-	-	234.858	227.624
Cemig Geração Camargos	-	-	171.318	168.245
Cemig Geração Sul	-	-	284.149	254.651
Cemig Geração Leste	-	-	199.594	158.321
Cemig Geração Oeste	-	-	162.594	144.685
Rosal	-	-	108.858	112.383
Sá Carvalho	-	-	96.962	92.482
Horizontes	-	-	12.841	32.104
PCH	-	-	47.870	50.792
Poço Fundo	-	-	161.617	167.968
ESCEE	-	-	20.779	29.118
Cemig Trading	-	-	6.381	8.676
Praias de Parajuru	-	-	142.695	131.862
Volta do Rio	-	-	246.850	261.473
Centroeste	-	-	134.885	113.186
UFV Três Marias	-	-	100.625	46.464
Total do investimento	1.423.362	2.883.337	3.961.719	4.883.417

(1) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais informações na nota explicativa nº 30.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no CPC 01 /IAS 36.

Em 2024, a Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável da totalidade da mais-valia registrada para o investimento na Aliança Norte, no montante de R\$40.745. Essa perda foi apurada por meio da determinação da participação no valor recuperável do ativo, gerado pela operação da UHE Belo Monte. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, por

meio do método do fluxo de caixa descontado, utilizando-se como taxa de desconto o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

Para os demais investimentos, foi constatado que não há indicativos de perda no valor recuperável.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, parcela excedente do ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 16.

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Baixa	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Outros	Saldo em 31/12/2024
Retiro Baixo (1)	26.407	(463)	(25.944)	-	-	-	-
Aliança Geração (2)	276.296	(25.310)	-	250.986	(6.327)	(244.659)	-
Aliança Norte (3)	44.688	(1.971)	-	42.717	(1.972)	(40.745)	-
	347.391	(27.744)	(25.944)	293.703	(8.299)	(285.404)	-

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Baixa	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Outros	Saldo em 31/12/2024
Retiro Baixo (1)	26.407	(463)	(25.944)	-	-	-	-
Praias de Parajuru	44.625	(4.616)	-	40.009	(4.617)	-	35.392
Volta do Rio	60.430	(6.778)	-	53.652	(6.777)	-	46.875
Aliança Geração (2)	276.296	(25.310)	-	250.986	(6.327)	(244.659)	-
Aliança Norte (3)	44.688	(1.971)	-	42.717	(1.972)	(40.745)	-
	452.446	(39.138)	(25.944)	387.364	(19.693)	(285.404)	82.267

- (1) A Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária no capital social dessa empresa para Furnas, em 22 de novembro de 2023. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais informações na nota explicativa nº 30.
- (3) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento na Aliança Norte.

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2024
Cachoeirão	46.816	5.318	-	(7.241)	-	44.893
Guanhães Energia (1)	221.725	10.323	-	(11.816)	(47.932)	172.300
Pipoca	47.529	14.165	-	(7.653)	-	54.041
Paracambi (2)	40.475	21.732	-	(17.278)	(8.901)	36.028
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	818.929	(122.614)	371	-	-	696.686
Aliança Norte (usina Belo Monte) (3)	536.268	(76.765)	656	-	(40.745)	419.414
Aliança Geração (4)	1.171.595	30.861	-	(83.891)	(1.118.565)	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (Itaocara) (5)	-	(4.721)	15.329	-	(10.608)	-
Total do investimento	2.883.337	(121.701)	16.356	(127.879)	(1.226.751)	1.423.362

- (1) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais, R\$137.488 foram destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 foram restituídos aos acionistas, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, recebidos em 2024.
- (2) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Pracambi, realizada em 16 de outubro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$18.166, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$8.901, recebidos em 2024.
- (3) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento na Aliança Norte. Essa perda está apresentada nas Demonstrações do Resultado como "Outras despesas" e na nota explicativa de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
- (4) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A. Mais detalhes na nota explicativa nº 30.
- (5) Reconhecimento de reembolso devido à Light Energia S.A. decorrente de valores investidos no desenvolvimento do Projeto da UHE Itaocara em montantes superiores à participação societária da Light no projeto. O reembolso foi efetivamente realizado em 22 de maio de 2024. Em novembro de 2024, o CNPJ dessa empresa foi baixado.

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2023
Cachoeirão	47.096	11.322	-	(11.602)	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Pipoca	46.744	15.975	-	(15.190)	-	47.529
MESA (usina Santo Antônio) (1)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
Baguari Energia (2)	160.324	11.133	-	(11.579)	(159.878)	-
Paracambi (3)	60.438	16.761	-	(25.913)	(10.811)	40.475
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	885.529	(66.808)	208	-	-	818.929
Aliança Norte (usina Belo Monte)	575.745	(39.810)	333	-	-	536.268
Aliança Geração	1.193.841	135.757	-	(158.003)	-	1.171.595
Retiro Baixo (2)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
Total do investimento	3.355.051	141.354	541	(222.287)	(391.322)	2.883.337

- (1) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Redução do Capital Social dessa investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de setembro de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2024
Cachoeirão	46.816	5.318	-	(7.241)	-	44.893
Guanhães Energia (1)	221.725	10.323	-	(11.816)	(47.932)	172.300
Pipoca	47.529	14.165	-	(7.653)	-	54.041
Praias de Parajuru	131.862	26.492	-	(15.659)	-	142.695
Volta do Rio (2)	261.473	31.340	-	(25.963)	(20.000)	246.850
Paracambi (3)	40.475	21.732	-	(17.278)	(8.901)	36.028
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	818.929	(122.614)	371	-	-	696.686
Aliança Norte (usina Belo Monte) (4)	536.268	(76.765)	656	-	(40.745)	419.414
Aliança Geração (5)	1.171.595	30.861	-	(83.891)	(1.118.565)	-
Itaocara (6)	-	(4.721)	15.329	-	(10.608)	-
UFV Boa Esperança (7)	46	3.544	401.891	-	-	405.481
Cemig Geração Itutinga	227.624	47.951	-	(40.717)	-	234.858
Cemig Geração Camargos	168.245	44.137	-	(41.064)	-	171.318
Cemig Geração Sul	254.651	48.609	-	(19.111)	-	284.149
Cemig Geração Leste	158.321	41.273	-	-	-	199.594
Cemig Geração Oeste	144.685	17.909	-	-	-	162.594
Rosal	112.383	23.164	-	(26.689)	-	108.858
Sá Carvalho	92.482	52.357	-	(47.877)	-	96.962
Horizontes (8)	32.104	16.124	-	(29.015)	(6.372)	12.841
PCH	50.792	26.649	-	(29.571)	-	47.870
Poço Fundo	167.968	(1.749)	-	(4.602)	-	161.617
ESCEE	29.118	17.681	-	(26.020)	-	20.779
Cemig Trading	8.676	2.885	-	(5.180)	-	6.381
Centroeste	113.186	21.699	-	-	-	134.885
UFV Três Marias	46.464	707	53.454	-	-	100.625
	4.883.417	299.071	471.701	(439.347)	(1.253.123)	3.961.719

- (1) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Guanhães Energia, realizada em 19 de setembro de 2023, a redução do capital social no montante de R\$235.309, dos quais, R\$137.488 foram destinados para absorção de prejuízos e R\$97.820 foram restituídos aos acionistas, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$47.932, recebidos em 2024.
- (2) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Central Eólica Volta do Rio, realizada em 06 de fevereiro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$20.000, que foram restituídos ao acionista em setembro de 2024, implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas passando de 180 milhões para 160 milhões.
- (3) Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Pracambi, realizada em 16 de outubro de 2024, a redução do capital social no montante de R\$18.166, não implicando em redução na quantidade de ações ordinárias nominativas emitidas. A parcela da Cemig GT corresponde a R\$8.901, recebidos em 2024.
- (4) O valor apresentado na coluna "Outros" refere-se ao registro de perda por impairment da mais-valia do investimento na Aliança Norte. Essa perda está apresentada nas Demonstrações do Resultado como "Outras despesas" e na nota explicativa de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
- (5) A participação societária da Cemig GT na Aliança Geração foi classificada como ativo não circulante mantido para venda em março de 2024, nos termos do CPC 31/IFRS 5. Em 13 de agosto de 2024, foi concluído o processo de alienação para a Vale S.A.. Mais detalhes na nota explicativa nº 30.
- (6) Reconhecimento de reembolso devido à Light Energia S.A. decorrente de valores investidos no desenvolvimento do Projeto da UHE Itaocara em montantes superiores à participação societária da Light no projeto. O reembolso foi efetivamente realizado em 22 de maio de 2024. Em novembro de 2024, o CNPJ dessa empresa foi baixado.
- (7) No dia 29 de outubro de 2024, foi realizada AGE da Cemig Baguari Energia S.A., na qual foram aprovadas (i) alteração da denominação da empresa para UFV Boa Esperança S.A. e (ii) transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança S.A., por meio de aporte de ativos no montante de R\$401.891, conforme Laudo de Avaliação Contábil emitido em 16 de outubro de 2024. Essa transação por não envolver caixa não está refletida na DFC.
- (8) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024. Assim, os ativos foram transferidos da Horizontes Energia para a Cemig GT, no primeiro semestre de 2024, sendo R\$6.077 incorporados ao ativo imobilizado e R\$70 incorporados ao ativo intangível. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas demonstrações do fluxo de caixa.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2023
Cachoeirão	47.096	11.322	-	(11.602)	-	46.816
Guanhães Energia	182.579	39.146	-	-	-	221.725
Pipoca	46.744	15.975	-	(15.190)	-	47.529
MESA (usina de Santo Antônio) (1)	9.500	(9.500)	-	-	-	-
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	7.760	22.326	-	-	(30.086)	-
UFV Boa Esperança (2)	160.324	11.133	-	(11.579)	(159.878)	-
Praias de Parajuru (5)	203.107	30.761	-	(51.171)	(50.835)	131.862
Volta do Rio (5)	308.603	30.710	-	(9.341)	(68.499)	261.473
Paracambi (6)	60.438	16.761	-	(25.913)	(10.811)	40.475
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	885.529	(66.808)	208	-	-	818.929
Aliança Norte (usina Belo Monte)	575.745	(39.810)	333	-	-	536.268
Aliança Geração	1.193.841	135.757	-	(158.003)	-	1.171.595
Retiro Baixo (2)	185.495	5.052	-	-	(190.547)	-
UFV Boa Esperança	67	(21)	-	-	-	46
Cemig Geração Três Marias S.A. (3)	1.727.594	113.348	-	(54.593)	(1.786.349)	-
Cemig Geração Salto Grande S.A. (3)	562.308	35.192	-	(34.897)	(562.603)	-
Cemig Geração Itutinga	231.057	42.994	-	(46.427)	-	227.624
Cemig Geração Camargos	182.960	43.225	-	(57.940)	-	168.245
Cemig Geração Sul	251.765	40.234	-	(37.348)	-	254.651
Cemig Geração Leste	167.959	41.363	-	(51.001)	-	158.321
Cemig Geração Oeste	125.521	19.164	-	-	-	144.685
Rosal	123.305	27.839	-	(38.761)	-	112.383
Sá Carvalho	138.259	65.880	-	(111.657)	-	92.482
Horizontes (6)	60.535	14.254	-	(13.426)	(29.259)	32.104
PCH (6)	98.917	14.973	-	(23.146)	(39.952)	50.792
Poço Fundo	171.954	27.129	-	(31.115)	-	167.968
ESCEE	11.004	19.741	-	(1.627)	-	29.118
Cemig Trading	5.639	5.017	-	(1.980)	-	8.676
Centroeste	120.173	9.709	-	(16.696)	-	113.186
UFV Três Marias (4)	-	819	45.645	-	-	46.464
	7.845.778	723.685	46.186	(803.413)	(2.928.819)	4.883.417

- (1) Em 20 de março de 2023, a Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária, direta e indireta, no capital social da MESA para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) A Cemig GT concluiu a alienação de sua participação societária no capital social das empresas Baguari Energia e Retiro Baixo para Furnas, em 6 de outubro e 22 de novembro de 2023, respectivamente. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (3) Estas subsidiárias foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil. Mais detalhes na nota nº 14.
- (4) No primeiro semestre de 2023, a Cemig GT efetuou aporte no montante de R\$39.216 nessa investida a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sendo R\$32.397 em dinheiro para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp ("UFVF Três Marias GD") e R\$6.819 em ativos imobilizados com o objetivo de viabilizar a operação da usina fotovoltaica UFV Três Marias com potência instalada de 1,5MW. No quarto trimestre de 2023, a Cemig GT efetuou o aporte no montante de R\$6.429, para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFVF Rio Manso.
- (5) Redução do Capital Social dessas investidas, aprovada nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) realizadas em 1 de junho de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.
- (6) Redução do Capital Social dessas investidas, aprovada nas AGEs realizadas em 06 de junho de 2023, nos termos das Lei 6.404/1976.
- (7) Redução do Capital Social dessa investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de setembro de 2023, nos termos da Lei 6.404/1976.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	-	140.250	13.805	259.106
Propostas de dividendos feitas pelas investidas (1)	127.879	222.287	439.347	803.413
Recebimentos	(127.841)	(362.537)	(453.114)	(922.708)
Incorporação	-	-	-	(126.006)
Saldo final	38	-	38	13.805

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Cemig GT:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Controladas em conjunto							
Cachoeirão	35.000.000	49	35.000	91.619	49	35.000	95.542
Guanhães Energia	548.626.000	49	313.317	351.632	49	548.626	452.500
Pipoca	41.360.000	49	41.360	110.288	49	41.360	96.998
Paracambi	79.078.937	49	39.000	73.527	49	57.166	82.603
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	42.028.825.151	49	1.211.099	899.180	49	1.210.429	1.007.247
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.323.819.670	75	1.323.820	982.080	75	1.323.321	1.099.233
Aliança Geração	-	-	-	-	45	1.291.488	2.045.797
Itaocara	-	-	-	-	49	206.712	15.126
Controladas							
UFV Boa Esperança	402.296.837	100	402.297	405.481	100	406	46
Cemig Geração Itutinga	151.309.332	100	151.309	234.858	100	151.309	227.624
Cemig Geração Camargos	113.499.102	100	113.499	171.318	100	113.499	168.245
Cemig Geração Sul	148.146.505	100	148.147	284.149	100	148.147	254.651
Cemig Geração Leste	100.568.929	100	100.569	199.594	100	100.569	158.321
Cemig Geração Oeste	60.595.484	100	60.595	162.594	100	60.595	144.685
Rosal	46.944.467	100	46.944	108.858	100	46.944	112.383
Sá Carvalho	361.200.000	100	36.833	96.962	100	36.833	92.482
Horizontes	10.000.000	100	3.628	12.841	100	10.000	32.104
PCH	6.000.000	100	6.000	47.870	100	6.000	50.792
Poço Fundo	159.084.895	100	159.085	161.617	100	139.085	167.968
ESCEE	3.000.000	100	3.000	20.779	100	486	29.118
Cemig Trading	4.000.000	100	4.000	6.381	100	1.000	8.676
Praias de Parajuru	35.000.000	100	35.000	107.303	100	35.000	91.853
Volta do Rio	160.000.000	100	160.000	199.975	100	180.000	207.821
Centroeste	28.000.000	100	28.000	134.885	100	28.000	113.186
UFV Três Marias	6.887.499	100	6.819	100.625	100	6.819	46.464

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Os saldos principais das controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são como segue:

2024	Cachoeirão	Guanhães Energia	Pipoca	Paracambi
Ativo				
Circulante	10.578	14.812	20.936	11.535
Caixa e equivalentes de caixa	5.407	6.361	14.582	4.105
Não circulante	83.939	366.412	93.535	95.034
Total do ativo	94.517	381.224	114.471	106.569
Passivo				
Circulante	2.898	13.692	3.867	11.489
Empréstimos e financiamentos	-	-	709	8.719
Não circulante	-	19.314	316	21.554
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	21.554
Patrimônio líquido	91.619	348.218	110.288	73.526
Total do passivo e patrimônio líquido	94.517	381.224	114.471	106.569
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	36.906	-	44.882	62.645
Custos operacionais	(25.432)	(1.988)	(13.260)	(12.588)
Depreciação e amortização	(3.320)	(22)	(4.082)	(4.249)
Lucro bruto	11.474	(1.988)	31.622	50.057
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.625)	(2.109)
Receitas financeiras	1.166	544	1.070	2.152
Despesas financeiras	(6)	(113)	(356)	(3.015)
Resultado operacional	12.634	(1.557)	30.711	47.085
Resultado de equivalência patrimonial	-	28.974	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.780)	(160)	(1.775)	(2.732)
Resultado líquido do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353
Resultado abrangente do exercício	10.854	27.257	28.936	44.353

2024	Amazônia Energia	Aliança Norte
Ativo		
Circulante	244	540
Caixa e equivalentes de caixa	243	521
Não circulante	943.686	863.966
Total do ativo	943.930	864.506
Passivo		
Circulante	-	54
Empréstimos e financiamentos	-	-
Não circulante	8.781	8.505
Empréstimos e financiamentos	-	-
Patrimônio líquido	935.149	855.947
Total do passivo e patrimônio líquido	943.930	864.506
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	(163.743)	-
Lucro bruto	(163.743)	-
Despesas gerais e administrativas	(589)	(151.819)
Receitas financeiras	7	62
Despesas financeiras	(42)	(4)
Resultado operacional	(164.367)	(151.761)
Resultado líquido do exercício	(164.367)	(151.761)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Resultado líquido do exercício	(164.367)	(151.761)
Resultado abrangente do exercício	(164.367)	(151.761)

2023	Cachoeirão	Guanhães Energia	Pipoca	Paracambi
Ativo				
Circulante	11.272	1.533.563	10.778	23.738
Caixa e equivalentes de caixa	7.223	112.337	5.740	17.387
Não circulante	86.025	4.735.005	95.345	99.536
Total do ativo	97.297	6.268.568	106.123	123.274
Passivo				
Circulante	6.877	143.055	8.328	10.750
Empréstimos e financiamentos	-	68.694	6.616	8.680
Não circulante	655	1.150.428	804	29.922
Empréstimos e financiamentos	-	940.690	549	29.922
Patrimônio líquido	89.765	4.975.085	96.991	82.602
Total do passivo e patrimônio líquido	97.297	6.268.568	106.123	123.274
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	37.616	59.983	45.624	59.523
Custos operacionais	(15.107)	(38.697)	(11.205)	(16.403)
Depreciação e amortização	(3.734)	(20.967)	(4.096)	(11.787)
Lucro bruto	22.509	21.286	34.419	43.120
Despesas gerais e administrativas	-	-	(1.318)	(2.136)
Receitas financeiras	2.690	14.789	3.065	6.508
Despesas financeiras	(5)	(9.804)	(941)	(3.773)
Resultado operacional	25.194	26.271	35.225	43.719
Imposto de renda e contribuição social	(2.088)	(6.712)	(2.620)	(4.180)
Resultado líquido do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539
Resultado abrangente do exercício	23.106	19.559	32.605	39.539

2023	Amazônia Energia	Aliança Geração	Aliança Norte	Itaocara
Ativo				
Circulante	159	583.013	391	3.243
Caixa e equivalentes de caixa	159	347.544	381	3.107
Não circulante	1.107.657	3.700.253	1.015.013	11.874
Total do ativo	1.107.816	4.283.266	1.015.404	15.117
Passivo				
Circulante	7.897	828.616	41	249
Empréstimos e financiamentos	-	179.920	-	-
Não circulante	458	1.766.780	8.116	-
Empréstimos e financiamentos	-	992.959	-	-
Patrimônio líquido	1.099.461	1.687.870	1.007.247	14.868
Total do passivo e patrimônio líquido	1.107.816	4.283.266	1.015.404	15.117
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	-	1.148.967	-	-
Custos operacionais	(200)	(472.227)	-	(647)
Depreciação e amortização	-	(130.761)	-	-
Lucro bruto	(200)	676.740	-	(647)
Despesas gerais e administrativas	-	(51.091)	(77.257)	-
Receitas financeiras	-	50.288	60	389
Despesas financeiras	(7)	(171.026)	(24)	-
Resultado operacional	(207)	504.911	(77.221)	(258)
Resultado de equivalência patrimonial	(82.898)	23.357	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(170.341)	-	-
Resultado líquido do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado abrangente do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado líquido do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)
Resultado abrangente do exercício	(83.105)	357.927	(77.221)	(258)

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2024, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$217.025 (R\$578.277 em 31 de dezembro de 2023). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2024 é de R\$3.053 milhões (R\$2.859 milhões em 31 de dezembro de 2023). O potencial impacto para a Cemig GT está limitado ao seu investimento na NESA.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investigações

Existe um inquérito civil público sendo conduzido pela Promotoria Pública do estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar eventuais irregularidades no investimento da Cemig GT na Guanhães Energia. Até a divulgação dessas demonstrações financeiras não houve movimentação no processo.

Política contábil

A Cemig GT detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Cemig GT tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, representado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, representada pela diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da entidade adquirida e o valor do seu patrimônio líquido, e (ii) ágio (*goodwill*), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos, representando a expectativa de geração futura de valor. Este é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

A mensuração subsequente desses investimentos é realizada com base no método de equivalência patrimonial. Posteriormente à essa mensuração, a Cemig GT avalia se há indicativos de possível desvalorização no valor recuperável de seus investimentos.

Para a mensuração do valor recuperável é calculado o valor justo do ativo, líquido das despesas de venda e o valor em uso, representado pelo valor presente dos fluxos de caixa esperados. O valor recuperável é dado como o maior montante entre essas duas estimativas. Sendo esse valor inferior ao valor contábil é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável diretamente no resultado em contrapartida à redução do ativo em questão.

Ao final de cada período de divulgação das informações contábeis, a Cemig GT avalia se há algum indicativo de que as perdas reconhecidas em períodos anteriores podem ser revertidas parcialmente ou integralmente. Diante da existência de indicativos, há a necessidade de estimar o valor recuperável do ativo.

O método da equivalência patrimonial deixa de ser aplicado a partir do momento em que o investimento perde as características de coligada, controlada ou controlada em conjunto, como, por exemplo, no caso de classificação como ativo não circulante mantido para venda.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Cemig GT e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	7.464.654	(5.590.296)	1.874.358	7.407.814	(5.461.963)	1.945.851
Terrenos	249.139	(35.570)	213.569	247.353	(32.051)	215.302
Reservatórios, barragens e adutoras	3.339.053	(2.519.660)	819.393	3.322.524	(2.470.024)	852.500
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.095.250	(883.246)	212.004	1.094.497	(867.718)	226.779
Máquinas e equipamentos	2.748.258	(2.125.122)	623.136	2.711.526	(2.066.687)	644.839
Veículos	20.128	(15.563)	4.565	19.054	(14.541)	4.513
Móveis e utensílios	12.826	(11.135)	1.691	12.860	(10.942)	1.918
Em curso	1.271.414	-	1.271.414	1.089.805	-	1.089.805
Ativos em curso	1.271.414	-	1.271.414	1.089.805	-	1.089.805
Imobilizado líquido	8.736.068	(5.590.296)	3.145.772	8.497.619	(5.461.963)	3.035.656

Controladora	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.146.707	(4.886.197)	1.260.510	6.116.253	(4.770.158)	1.346.095
Terrenos	244.132	(35.400)	208.732	242.848	(31.632)	211.216
Reservatórios, barragens e adutoras	2.961.550	(2.375.501)	586.049	2.962.659	(2.308.152)	654.507
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.007.736	(835.357)	172.379	1.004.445	(820.465)	183.980
Máquinas e equipamentos	1.900.770	(1.613.650)	287.120	1.874.848	(1.584.850)	289.998
Veículos	19.925	(15.360)	4.565	18.836	(14.323)	4.513
Móveis e utensílios	12.594	(10.929)	1.665	12.617	(10.736)	1.881
Em curso	561.808	-	561.808	859.845	-	859.845
Ativos em curso	561.808	-	561.808	859.845	-	859.845
Imobilizado líquido	6.708.515	(4.886.197)	1.822.318	6.976.098	(4.770.158)	2.205.940

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência (2)	Baixa	Classificação como mantido pra venda	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	1.945.851	3.068	106.867	(2.497)	(12.662)	(166.269)	1.874.358
Terrenos (1)	215.302	1.837	803	(801)	(85)	(3.487)	213.569
Reservatórios, barragens e adutoras	852.500	41	53.888	(1.341)	(7.067)	(78.628)	819.393
Edificações, obras civis e benfeitorias	226.779	88	3.114	(21)	(884)	(17.072)	212.004
Máquinas e equipamentos	644.839	1.102	47.774	(329)	(4.626)	(65.624)	623.136
Veículos	4.513	-	1.223	-	-	(1.171)	4.565
Móveis e utensílios	1.918	-	65	(5)	-	(287)	1.691
Em curso	1.089.805	312.770	(106.867)	(17.043)	(7.251)	-	1.271.414
Imobilizado líquido	3.035.656	315.838	-	(19.540)	(19.913)	(166.269)	3.145.772

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição (2)	Transferência (3)	Baixa	Mantido pra venda	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	1.995.869	-	175.549	(921)	(56.469)	(168.177)	1.945.851
Terrenos (1)	217.806	-	1.647	(207)	(653)	(3.291)	215.302
Reservatórios, barragens e adutoras	869.672	-	83.844	(1)	(22.300)	(78.715)	852.500
Edificações, obras civis e benfeitorias	233.192	-	15.573	-	(4.662)	(17.324)	226.779
Máquinas e equipamentos	671.089	-	70.382	(713)	(28.854)	(67.065)	644.839
Veículos	1.920	-	4.084	-	-	(1.491)	4.513
Móveis e utensílios	2.190	-	19	-	-	(291)	1.918
Em curso	360.830	905.099	(175.549)	(290)	(285)	-	1.089.805
Imobilizado líquido	2.356.699	905.099	-	(1.211)	(56.754)	(168.177)	3.035.656

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Inclui investimentos realizados na implementação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante, nos montantes de R\$368.975 e R\$339.458, respectivamente.
- (3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Adição	Ativos oriundos de incorporação (2)	Transferência (3)	Baixa	Classificação como mantido pra venda	Aporte em controlada (4)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	1.346.095	2.739	6.302	31.912	(2.336)	(6.302)	(1.375)	(116.525)	1.260.510
Terrenos (1)	211.216	1.785	85	803	(802)	(85)	(803)	(3.467)	208.732
Reservatórios, barragens e adutoras	654.507	-	4.611	1.452	(1.296)	(4.611)	-	(68.614)	586.049
Edificações, obras civis e benfeitorias	183.980	66	304	2.803	(8)	(304)	-	(14.462)	172.379
Máquinas e equipamentos	289.998	888	1.302	25.566	(225)	(1.302)	(572)	(28.535)	287.120
Veículos	4.513	-	-	1.223	-	-	-	(1.171)	4.565
Móveis e utensílios	1.881	-	-	65	(5)	-	-	(276)	1.665
Em curso	859.845	148.133	-	(31.912)	(14.297)	-	(399.961)	-	561.808
Imobilizado líquido	2.205.940	150.872	6.302	-	(16.633)	(6.302)	(401.336)	(116.525)	1.822.318

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.
- (3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
- (4) No dia 29 de outubro de 2024, foi realizada AGE da Cemig Baguari Energia S.A., na qual foram aprovadas (i) alteração da denominação da empresa para UFV Boa Esperança S.A. e (ii) transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança, por meio de aporte de ativos.

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição (2)	Ativos oriundos de incorporação	Transferência (3)	Baixa	Mantido pra venda	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	1.450.697	-	29.852	35.046	(7.030)	(44.940)	(117.530)	1.346.095
Terrenos (1)	213.627	-	-	1.647	(207)	(596)	(3.255)	211.216
Reservatórios, barragens e adutoras	741.920	-	867	729	-	(20.027)	(68.982)	654.507
Edificações, obras civis e benfeitorias	188.626	-	412	13.959	(842)	(3.754)	(14.421)	183.980
Máquinas e equipamentos	302.462	-	28.573	14.608	(5.981)	(20.563)	(29.101)	289.998
Veículos	1.920	-	-	4.084	-	-	(1.491)	4.513
Móveis e utensílios	2.142	-	-	19	-	-	(280)	1.881
Em curso	106.218	787.333	1.340	(35.046)	-	-	-	859.845
Imobilizado líquido	1.556.915	787.333	31.192	-	(7.030)	(44.940)	(117.530)	2.205.940

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Inclui investimentos realizados na implementação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante, nos montantes de R\$368.975 e R\$339.458, respectivamente.
- (3) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

A taxa de depreciação média anual da Companhia é de 3,02%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, barragem e adutora	2,00	Veículos	14,29
Edificação – casa de força	2,00	Equipamento geral de informática	16,67
Edificação – outras	3,33	Equipamento geral	6,25
Gerador	3,33	Edificação - outras	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Condutor forçado	3,13		
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57		
Urbanização e benfeitorias	3,33		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Conforme estabelecido no contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos não depreciados, que corresponderá ao saldo remanescente do ativo ao final da concessão.

Os contratos de concessão de geração também preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto para os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015, que são objeto de Bonificação pela Outorga, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.

Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Consórcio

A Cemig GT participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Cemig GT no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2024	31/12/2023
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	220.498	220.252
(-) Depreciação acumulada			(150.287)	(142.391)
Total em operação			70.211	77.861
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	8.450	2.395
Total em construção			8.450	2.395
Total			78.661	80.256

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia considera os ativos de geração e transmissão detidos pela Companhia como sendo duas unidades geradoras de caixa distintas. Os demais ativos são analisados de forma individual. Existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

16. INTANGÍVEL

Consolidado	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	1.383.350	(679.982)	703.368	1.359.114	(523.369)	835.745
Servidão	14.689	(6.933)	7.756	14.689	(6.084)	8.605
Concessão onerosa	13.599	(10.345)	3.254	13.599	(9.739)	3.860
Ativos da concessão (1)	202.337	(120.070)	82.267	202.337	(108.676)	93.661
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	1.030.791	(467.401)	563.390	1.031.161	(333.569)	697.592
Outros	121.934	(75.233)	46.701	97.328	(65.301)	32.027
Em curso	21.403	-	21.403	23.341	-	23.341
Ativos em formação	21.403	-	21.403	23.341	-	23.341
Intangível líquido	1.404.753	(679.982)	724.771	1.382.455	(523.369)	859.086

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$82.267 são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	(-) Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço	1.103.263	(525.325)	577.938	1.079.128	(389.805)	689.323
Servidão	11.448	(6.153)	5.295	11.448	(5.595)	5.853
Concessão onerosa	11.720	(8.567)	3.153	11.720	(8.113)	3.607
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	960.874	(436.306)	524.568	960.874	(311.278)	649.596
Outros	119.221	(74.299)	44.922	95.086	(64.819)	30.267
Em curso	19.340	-	19.340	22.774	-	22.774
Ativos em formação	19.340	-	19.340	22.774	-	22.774
Intangível líquido	1.122.603	(525.325)	597.278	1.101.902	(389.805)	712.097

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Baixa	Classificação como mantido pra venda	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	835.745	363	24.599	(366)	(287)	(156.686)	703.368
Servidão	8.605	-	-	-	-	(849)	7.756
Concessão onerosa	3.860	-	-	-	-	(606)	3.254
Ativos da concessão	93.661	-	-	-	-	(11.394)	82.267
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	697.592	363	-	(366)	(287)	(133.912)	563.390
Outros	32.027	-	24.599	-	-	(9.925)	46.701
Em curso	23.341	22.661	(24.599)	-	-	-	21.403
Ativos em formação	23.341	22.661	(24.599)	-	-	-	21.403
Total	859.086	23.024	-	(366)	(287)	(156.686)	724.771

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Mantido para venda	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	952.416	1.826	33.604	-	(474)	(151.627)	835.745
Servidão	9.287	-	-	-	(3)	(679)	8.605
Concessão onerosa	4.483	-	-	-	-	(623)	3.860
Ativos da concessão	105.054	-	-	-	-	(11.393)	93.661
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	832.001	-	-	-	(471)	(133.938)	697.592
Outros	1.591	1.826	33.604	-	-	(4.994)	32.027
Em curso	21.753	39.199	(33.604)	(3.424)	(583)	-	23.341
Ativos em formação	21.753	39.199	(33.604)	(3.424)	(583)	-	23.341
Total	974.169	41.025	-	(3.424)	(1.057)	(151.627)	859.086

(1) Inclui o montante de R\$23.500 referente aos gastos com as condicionantes ambientais, que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Adição	Ativos oriundos de incorporação (1)	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Classificação como mantido pra venda	Aporte em controlada (3)	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Em serviço	689.323	363	70	24.134	(363)	(70)	-	(135.519)	577.938
Servidão	5.853	-	-	-	-	-	-	(558)	5.295
Concessão onerosa	3.607	-	-	-	-	-	-	(454)	3.153
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	649.596	363	70	-	(363)	(70)	-	(125.028)	524.568
Outros	30.267	-	-	24.134	-	-	-	(9.479)	44.922
Em curso	22.774	21.255	-	(24.134)	-	-	(555)	-	19.340
Ativos em formação	22.774	21.255	-	(24.134)	-	-	(555)	-	19.340
Total	712.097	21.618	70	-	(363)	(70)	(555)	(135.519)	597.278

- (1) Em 20 de fevereiro de 2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT, por meio do Despacho nº 504/2024.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.
- (3) No dia 29 de outubro de 2024, foi realizada AGE da Cemig Baguari Energia S.A., na qual foram aprovadas (i) alteração da denominação da empresa para UFV Boa Esperança S.A. e (ii) transferência dos ativos da UFV Advogado Eduardo Soares da Cemig GT para a UFV Boa Esperança S.A., por meio de aporte de ativos

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição (1)	Ativo oriundo de incorporação	Capitalização/ Transferência (2)	Baixa	Mantido para venda	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Em serviço	638.443	-	146.572	33.604	-	(474)	(128.822)	689.323
Servidão	6.413	-	-	-	-	(3)	(557)	5.853
Concessão onerosa	4.078	-	-	-	-	-	(471)	3.607
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	626.493	-	146.563	-	-	(471)	(122.989)	649.596
Outros	1.459	-	9	33.604	-	-	(4.805)	30.267
Em curso	21.650	38.345	56	(33.604)	(3.424)	(249)	-	22.774
Ativos em formação	21.650	38.345	56	(33.604)	(3.424)	(249)	-	22.774
Total	660.093	38.345	146.628	-	(3.424)	(723)	(128.822)	712.097

- (1) Inclui o montante de R\$21.227 referente aos gastos com as condicionantes ambientais, que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

A taxa de amortização média anual da Companhia é de 14,14%.

A Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Repactuação do risco hidrológico – *Generation Scaling Factor* - GSF

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação. No entanto, essa lei não especificou como será realizada a compensação na hipótese de ausência de dívidas com a União, relativa ao regime de concessões determinado. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicidas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguará	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Em 21 de dezembro de 2023, a Cemig GT encaminhou correspondência ao Ministério de Minas e Energia – MME, solicitando o reconhecimento da ausência de mecanismo para compensação, na hipótese mencionada acima, bem como a atualização dos valores constantes na ReH nº

2.919/2021 e a sua conversão na pactuação de prorrogação dos prazos de determinadas usinas sob concessão da Cemig GT, nos termos da Lei nº 14.052/2020.

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Cemig GT depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

Licenças de operação

As usinas da Companhia, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, vêm passando por processos de obtenção e renovação de licenças de operação.

As seguintes instalações obtiveram as licenças de operação: UHE Irapé, UHE Salto Grande, EOL Volta do Rio e UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental, sendo considerado o prazo de até 10 anos das licenças de operação, prazo em que o ativo será amortizado.

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas”.

Concessão onerosa

As informações sobre as concessões onerosas estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Estimativas e julgamentos

As taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos e refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia não identificou indicativos de perda no valor recuperável de seus ativos intangíveis.

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scaling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Cemig GT, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

17. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos nos termos do CPC 06 (R2)/IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações; e
- Arrendamentos de terrenos para implantação e operação de usinas de geração fotovoltaica.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

Taxa incremental aplicada (1)	Taxa média anual (%)	Taxa média mensal (%)
Contratos celebrados em 2023		
Até 7anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58
Contratos celebrados em 2024		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 6 a 11 anos	6,68	0,54
De 12 a 21 anos	6,73	0,54

- (1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Movimentação do direito de uso

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.941	18.278	57.219
Adição	139	18.396	18.535
Amortização (1)	(1.756)	(7.309)	(9.065)
Remensuração (2)	2.811	5.884	8.695
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.135	35.249	75.384
Baixa (contratos encerrados)	(162)	-	(162)
Adição	13.464	-	13.464
Amortização (1)	(1.948)	(8.607)	(10.555)
Remensuração (2)	(5)	(2.065)	(2.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	51.484	24.577	76.061

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.438	18.055	55.493
Baixa (contratos encerrados)	162	662	824
Adição	-	15.904	15.904
Amortização (1)	(1.679)	(6.844)	(8.523)
Remensuração (2)	1.751	5.722	7.473
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.672	33.499	71.171
Baixa (contratos encerrados)	(164)	-	(164)
Adição	385	-	385
Amortização (1)	(1.808)	(8.109)	(9.917)
Remensuração (2)	1.127	(2.156)	(1.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.212	23.234	60.446

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$141 para consolidado e R\$138 controladora no exercício de 2024 (R\$128 para consolidado e R\$125 para controladora no exercício de 2023). A taxa anual média ponderada de amortização para imóveis é de 4,89% no consolidado e de 4,96% na controladora. Para veículos a taxa é de 34,53% no consolidado e 34,42% na controladora.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Movimentação do passivo de arrendamentos

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62.367	60.501
Passivos oriundos da incorporação	-	847
Adição	18.535	15.904
Juros incorridos (1)	7.513	7.204
Arrendamentos pagos	(12.967)	(12.524)
Juros sobre arrendamentos pagos	(928)	(619)
Remensuração (2)	8.695	7.473
Saldo em 31 de dezembro de 2023	83.215	78.786
Adição	13.464	385
Baixa (contratos encerrados)	(186)	(186)
Juros incorridos (1)	5.655	5.344
Arrendamentos pagos	(13.317)	(12.778)
Juros sobre arrendamentos pagos	(869)	(558)
Remensuração (2)	(2.070)	(1.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	85.892	69.964
Passivo circulante	14.782	12.941
Passivo não circulante	71.110	57.023

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$264 no exercício de 2024 para consolidado e R\$263 para controladora (R\$401 e R\$399 no exercício de 2023 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	139.634	85.891	106.952	69.964
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	7.319	4.085	7.319	4.085

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2025	15.292	13.382
2026	15.204	13.382
2027	13.011	11.400
2028	6.287	5.029
2029	5.003	3.779
2030 a 2045	84.838	59.980
Valores não descontados	139.635	106.952
Juros embutidos	(53.743)	(36.988)
Passivo de arrendamento	85.892	69.964

Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso.

Ativos de direito de uso

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos relativos a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Estimativas e julgamentos

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2) /IFRS 16.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para o período de arrendamento, é considerada a intenção da Companhia em opções de renovação.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa incremental é estimada a partir das taxas de captação

corporativa, representando a taxa de juros que a Companhia pagaria ao obter empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, dos recursos necessários para adquirir o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

18. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento e transporte de energia elétrica	214.668	247.387	209.694	243.087
Materiais e serviços	182.508	227.369	118.442	198.648
	397.176	474.756	328.136	441.735

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 29.

19. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
ICMS	17.039	13.934	12.811	10.421
PIS/Pasep (1)	22.325	19.220	21.698	17.968
Cofins (1)	100.885	88.866	97.579	82.884
INSS	14.774	14.751	10.463	11.188
ISSQN	5.942	4.796	3.584	3.409
Outros (2)	41.870	29.229	41.130	28.578
	202.835	170.796	187.265	154.448
Não circulante				
PIS/Pasep (1)	86.593	62.705	84.121	60.685
Cofins (1)	398.785	288.823	387.481	279.528
	485.378	351.528	471.602	340.213
	688.213	522.324	658.867	494.661

- (1) Incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.
- (2) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária. Mais informações na nota explicativa nº 24.

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 31/12/2024			Consolidado e Controladora 31/12/2023
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	-	-	-	1.856.920
(-) Custos de transação				-	-	-	(1.032)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	-	-	(1.795)
Total de empréstimos				-	-	-	1.854.093
MOEDA NACIONAL							
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª Série	2027	CDI + 1,33%	R\$	236.894	466.666	703.560	703.092
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série	2029	IPCA + 7,6245%	R\$	967	331.301	332.268	315.950
(-) Custos de transação				(860)	(3.044)	(3.904)	(5.042)
Total de debêntures				237.001	794.923	1.031.924	1.014.000
Total geral				237.001	794.923	1.031.924	2.868.093

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

Os custos nominais e reais da dívida da Cemig GT são 17,86% a.a. e 12,10% a.a. respectivamente em 31 de dezembro de 2023 e 12,99% a.a. e 7,77% a.a., respectivamente em 31 de dezembro de 2024.

As debêntures de emissão da Cemig GT são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

a) Liquidação dos Eurobonds

Em dezembro de 2017 e julho de 2018, foram realizadas captações de recursos no exterior, por meio da emissão de títulos de dívida (Eurobonds), nos montantes de US\$1 bilhão e US\$500 milhões, respectivamente, com pagamentos de juros semestrais e do principal em dezembro de 2024. Concomitantemente, foi contratada operação de hedge, por meio de uma combinação de derivativos, a fim de proteger a variação cambial. Entre os anos de 2021 e 2023, a Cemig GT executou processos de recompras parciais, que totalizaram US\$1.119 milhões.

Em 05 de dezembro de 2024, ocorreu a liquidação desses Eurobonds, conforme vencimento. O efeito líquido no caixa da Cemig GT foi de R\$1.865.876, considerando o pagamento de R\$2.308.855 (US\$381 milhões à taxa de câmbio de R\$6,0585), subtraído do efeito do Hedge de R\$442.979.

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo devedor dos empréstimos e debêntures da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	31/12/2024
Fiança	1.031.924
Total	1.031.924

c) Composição e movimentação consolidada de empréstimos e debêntures

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 3,0 anos. A composição consolidada dos empréstimos e debêntures, por moeda e indexador, considerando seus vencimentos é como segue:

Consolidado e controladora	2025	2026	2027	2029	Total
IPCA (1)	967	-	-	331.301	332.268
CDI (2)	236.894	233.333	233.333	-	703.560
Total por Indexadores	237.861	233.333	233.333	331.301	1.035.828
(-) Custos de transação	(860)	(860)	(860)	(1.324)	(3.904)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	-
Total geral	237.001	232.473	232.473	329.977	1.031.924

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e debêntures tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Indexador	Variação acumulada no exercício de 2024 (%)	Variação acumulada no exercício de 2023 (%)
IPCA	4,83	4,62
CDI	10,83	13,04

A movimentação dos empréstimos e debêntures é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.959.066
Variação monetária	13.613
Variação cambial	(276.687)
Encargos financeiros provisionados	529.238
Amortização dos custos de transação	5.845
Encargos financeiros pagos (1)	(539.582)
Amortização de principal	(1.823.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.868.093
Variação monetária	16.179
Variação cambial	463.887
Encargos financeiros provisionados	332.597
Amortização dos custos de transação	2.170
Encargos financeiros pagos	(342.047)
Amortização de principal	(2.308.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.031.924

d) Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com cláusulas restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
9ª Emissão de debêntures 1ª e 2ª série (1)	Dívida Líquida / Lajida Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 de 31/12/2022 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 de 31/12/2022 até 30/06/2026 3,5 de 31/12/2026 em diante	Semestral e anual

- (1) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- (2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e a amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

21. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	2.750	2.777	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	11.993	11.024	10.321	9.834
Conta de desenvolvimento energético – CDE	61.894	66.332	61.894	66.332
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	1.239	955	1.064	813
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	8.971	9.488	8.971	9.488
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT (a)	1.596	2.010	1.324	1.729
Pesquisa e desenvolvimento – P&D (a)	16.772	23.331	7.278	15.134
Pesquisa expansão sistema energético - MME (a)	937	1.144	801	1.003
CDE sobre P&D	635	761	554	675
	106.787	117.822	92.207	105.008
Passivo circulante	97.441	113.258	92.207	105.008
Passivo não circulante	9.346	4.564	-	-

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

A movimentação dos saldos é conforme segue:

Consolidado	FNDCT	MME	P&D (1)	Total
Saldo em 31/12/2022	1.367	823	8.883	11.073
Adições	13.820	6.907	13.107	33.834
Pagamentos	(13.177)	(6.586)	-	(19.763)
Investimentos	-	-	(6.086)	(6.086)
Atualização financeira	-	-	1.666	1.666
Saldo em 31/12/2023	2.010	1.144	17.570	20.724
Adições	15.357	7.678	10.823	33.858
Pagamentos	(15.771)	(7.885)	-	(23.656)
Investimentos	-	-	(15.959)	(15.959)
Atualização financeira	-	-	1.568	1.568
Saldo em 31/12/2024	1.596	937	14.002	16.535

- (1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$2.770 em 31 de dezembro de 2024 e R\$5.761 em 31 de dezembro de 2023.

Controladora	FNDCT	MME	P&D (1)	Total
Saldo em 31/12/2022	751	515	2.513	3.779
Incorporação (2)	157	78	3.367	3.602
Adições	12.295	6.147	8.606	27.048
Pagamentos	(11.474)	(5.737)	-	(17.211)
Investimentos	-	-	(5.903)	(5.903)
Atualização financeira	-	-	790	790
Saldo em 31/12/2023	1.729	1.003	9.373	12.105
Adições	13.726	6.863	9.608	30.197
Pagamentos	(14.131)	(7.065)	-	(21.196)
Investimentos	-	-	(15.113)	(15.113)
Atualização financeira	-	-	639	639
Saldo em 31/12/2024	1.324	801	4.507	6.632

- (1) A movimentação de P&D está apresentada líquida do ativo de serviços em curso, que foi de R\$2.770 em 31 de dezembro de 2024 (R\$5.761 em 31 de dezembro de 2023).
- (2) As subsidiárias Três Marias e Salto Grande foram incorporadas pela Cemig GT em 31 de maio de 2023, pelo valor patrimonial contábil.

22. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig GT é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Cemig GT mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para o Plano Prosaúde Integrado (PSI) e o Plano Odontológico (POD) para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Plano Prosaúde Integrado (PSI): plano de saúde destinado ao atendimento dos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, que presta serviços de assistência ambulatorial e hospitalar com atendimento obstétrico, em rede credenciada de abrangência nacional. As coberturas são realizadas, principalmente, pelo Programa de Referência de Assistência à Saúde (PRAS), além de haver os programas de reembolso de despesas médicas por meio do Programa de Garantias Especiais (PGE) e do Fundo Complementar de Assistência à Saúde (FCAS).

Programa Odontológico (POD): plano odontológico ofertado pela Cemig GT aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, em parceria com a Odontoprev, em abrangência nacional.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico IAS 19/CPC 33 (R1) e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2024.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2024, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência desses déficits é de R\$111.719 (R\$117.879 em 31 de dezembro de 2023, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$73.129, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$38.590. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig GT ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Cemig GT ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Cemig GT, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023
Montante total solicitado pela Forluz	R\$36.304	R\$56.947	R\$151.556
Montante considerando a paridade contributiva	R\$18.152	R\$28.474	R\$75.778
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 6%	IPCA + 6%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2023	R\$6.097	R\$5.863	R\$4.587

A Forluz encaminhou para a Companhia novos planos de equacionamentos que estão em avaliação pela Administração, referentes aos déficits atuariais de 2022 e 2023 do Plano Saldado de Benefícios Previdenciários – Plano A, sendo que o valor mínimo dos déficits acumulados para equacionamento representa o montante de R\$273.067, dos quais a Companhia vem realizando pagamento em consignação para os déficits de 2019, 2020 e 2021.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado nos anos de 2019, 2020 e 2021, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Cemig GT, entrou com ação judicial contra a patrocinadora Cemig GT, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do valor integral do déficit do Plano A. Apesar da decisão favorável à Forluz, em 2022, em 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referente ao processo do equacionamento do déficit de 2019, cabe continuidade dessa discussão em instâncias superiores. Por isso, a Cemig GT, amparada pela avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

As prestações da dívida pactuada com a Forluz, referentes a déficits atuariais passados, foram quitadas em 30 de junho de 2024. As parcelas eram amortizadas mensalmente, calculadas pelo sistema de prestação constante (Tabela *Price*) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Essa dívida foi paga independentemente de haver superávit da Fundação, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.276.871	542.128	9.524	2.828.523
Valor justo dos ativos do plano	(1.982.643)	-	-	(1.982.643)
Passivo líquido inicial	294.228	542.128	9.524	845.880
Ajuste ao teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)	41.793	-	-	41.793
Passivo líquido no balanço patrimonial	336.021	542.128	9.524	887.673

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Valor presente das obrigações	2.666.568	638.517	11.490	3.316.575
Valor justo dos ativos do plano	(2.201.261)	-	-	(2.201.261)
Passivo líquido inicial	465.307	638.517	11.490	1.115.314
Ajuste ao teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)	6.556	-	-	6.556
Passivo líquido no balanço patrimonial	471.863	638.517	11.490	1.121.870

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	2.516.021	714.248	13.138	3.243.407
Custo do serviço corrente	74	2.327	60	2.461
Custo do serviço passado (1)	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Juros sobre a obrigação atuarial	281.862	79.026	1.443	362.331
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	4.362	93	4.455
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	168.713	48.237	907	217.857
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(63.488)	(141.362)	(2.782)	(207.632)
	105.225	(88.763)	(1.782)	14.680
Benefícios pagos	(236.614)	(48.030)	(837)	(285.481)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	2.666.568	638.517	11.490	3.316.575
Custo do serviço corrente	304	1.263	27	1.594
Juros sobre a obrigação atuarial	230.670	55.676	998	287.344
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	(216)	(5)	(221)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(418.586)	(114.770)	(2.039)	(535.395)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	39.226	5.042	(167)	44.101
	(379.360)	(109.944)	(2.211)	(491.515)
Benefícios pagos	(241.311)	(43.384)	(780)	(285.475)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024	2.276.871	542.128	9.524	2.828.523

(1) Referentes às adesões dos empregados ao novo plano de saúde ofertado pela Cemig GT, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	2.078.424
Retorno real dos investimentos	288.217
Contribuições do empregador	71.234
Benefícios pagos	(236.614)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	2.201.261
Retorno real dos investimentos	(31.434)
Contribuições do empregador	54.127
Benefícios pagos	(241.311)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	1.982.643

Movimentação do passivo líquido:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	469.060	714.248	13.138	1.196.446
Despesa reconhecida no resultado	57.256	81.353	1.503	140.112
Custo do serviço passado	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Contribuições pagas	(71.234)	(48.030)	(837)	(120.101)
Perdas (ganhos) atuariais	16.781	(88.763)	(1.782)	(73.764)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	471.863	638.517	11.490	1.121.870
Despesa reconhecida no resultado	42.898	56.939	1.025	100.862
Contribuições pagas	(54.127)	(43.384)	(780)	(98.291)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(124.613)	(109.944)	(2.211)	(236.768)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	336.021	542.128	9.524	887.673
			31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			49.675	71.026
Passivo não circulante			837.998	1.050.844

(1) A redução do passivo deve-se, essencialmente, às variações observadas nas premissas atuariais utilizadas. Mais detalhes no decorrer dessa nota explicativa.

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$100.147 no exercício de 2024 (R\$114.795 no exercício de 2023), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$715 no exercício de 2024 (R\$4.494 no exercício de 2023).

Valores reconhecidos nas demonstrações de resultados:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	304	1.263	27	1.594
Juros sobre a obrigação atuarial	230.670	55.676	998	287.344
Rendimento sobre os ativos do plano	(188.076)	-	-	(188.076)
Despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	42.898	56.939	1.025	100.862

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	74	2.327	60	2.461
Custo do serviço passado	-	(20.291)	(532)	(20.823)
Juros sobre a obrigação atuarial	281.862	79.026	1.443	362.331
Rendimento sobre os ativos do plano	(224.680)	-	-	(224.680)
Despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	57.256	61.062	971	119.289

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2025 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	219	751	18	988
Juros sobre a obrigação atuarial	265.292	63.584	1.116	329.992
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(223.976)	-	-	(223.976)
Estimativa da despesa total em 2025 conforme cálculo atuarial	41.535	64.335	1.134	107.004

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2025 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	243.415	46.180	830	290.425

A Cemig GT tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2025 no montante de R\$19.773 para amortização de *déficit* do Plano A e R\$23.726 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	53.356	9.671	171	63.198
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(49.224)	(9.921)	(169)	(59.314)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	183.851	49.356	882	234.089
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(159.626)	(45.380)	(798)	(205.804)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de pensão e suplementação de aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico
Plano A	Plano B		
8,68	10,71	10,60	10,60

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

Consolidado	2024	2023
Ações	238.430	298.310
Títulos de renda fixa	1.453.682	1.664.994
Imóveis	106.205	97.961
Outros	184.326	139.996
Total	1.982.643	2.201.261

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Cemig GT e não são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação.

Consolidado	2024	2023
Debêntures não conversíveis emitidas pela Cemig GT	2.808	-
Imóveis da Forluz ocupados pela Cemig GT	48.321	59.125
	51.129	59.125

Principais premissas atuariais

	2024		2023	
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial (1)	12,30%	12,30%	9,03%	9,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,30%	Não aplicável	9,03%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	4,50%	3,50%	3,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	4,50%	Não aplicável	3,50%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%

(1) Taxas de desconto nominais baseadas na projeção NTN-b com vencimento próximo ao vencimento da obrigação (*duration*).

A Cemig GT não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano

de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Cemig GT faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados. A Cemig GT não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Cemig GT, considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento de exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Nos exercícios corrente e anterior, as despesas de pós emprego são registradas como despesas operacionais, com exceção das despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão, as quais são registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência, e nas mudanças de premissas atuariais, são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho, ou a perda, na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

23. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Consolidado					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70.412	-	312.001	4.737	9.890	397.040
Adições	18.351	-	28.945	1.888	8.635	57.819
Reversões	-	-	-	(20)	(8.809)	(8.829)
Liquidações	(12.272)	-	(501)	(1.539)	(8.144)	(22.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	76.491	-	340.445	5.066	1.572	423.574
Adições	18.154	86.769	6.709	609	8.099	120.340
Reversões	(13.978)	-	(64.275)	-	(547)	(78.800)
Liquidações	(17.339)	(2.135)	(506)	-	(807)	(20.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.328	84.634	282.373	5.675	8.317	444.327

	Controladora					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70.412	-	312.001	4.737	9.387	396.537
Adições	17.641	-	28.945	1.888	8.133	56.607
Reversões	-	-	-	(20)	(8.809)	(8.829)
Liquidações	(12.272)	-	(501)	(1.539)	(8.134)	(22.446)
Saldo oriundo de incorporação	-	-	-	-	388	388
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.781	-	340.445	5.066	965	422.257
Adições	17.338	65.729	6.578	609	7.827	98.081
Reversões	(13.978)	-	(64.274)	-	(463)	(78.715)
Liquidações	(17.338)	(2.134)	(507)	-	(706)	(20.685)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.803	63.595	282.242	5.675	7.623	420.938

Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	48.708	61.310	47.942	60.776
Cíveis				
Relações de consumo	19.926	32.048	19.807	31.940
Outras ações cíveis	72.338	84.317	70.582	63.661
	92.264	116.365	90.389	95.601
Tributárias	707.450	501.921	690.260	474.379
Regulatórias	1.163.024	886.634	1.163.024	886.635
Outras	638.634	706.594	326.679	523.746
Total	2.650.080	2.272.824	2.318.294	2.041.137

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários desta demonstração financeira a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados sejam pagos em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da obrigação é de R\$194.118 (R\$135.865 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$2.369 foi provisionado (R\$2.658 em 31 de dezembro de 2023).

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Cemig GT, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Cemig GT não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Cemig GT sobre o tema. Consequentemente, a Cemig GT, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Em maio de 2024, foi publicada a decisão favorável à Cemig GT, em 1ª instância, em que a 4ª Vara da Justiça Federal julgou procedente, com resolução de mérito, os embargos à execução fiscal de um dos processos judiciais referentes às contribuições previdenciárias sobre a PLR. Essa decisão determinou o cancelamento da cobrança e a extinguiu a execução fiscal. Devido à materialidade do valor envolvido nesse caso, a Cemig GT considerou esse evento um direcionador para reavaliar a probabilidade de perda de provável para possível para os processos judiciais que tinham obtido decisões favoráveis em 1ª instância, levando a uma reversão de R\$71.019, em 30 de junho de 2024. Os demais processos relacionados à contribuição previdenciária sobre a PLR mantiveram o prognóstico de perda provável e, com isso, o respectivo provisionamento.

O montante das obrigações é de R\$540.816 (R\$457.453 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$245.130 foi provisionado (R\$302.941 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Cemig GT pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Cemig GT não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Cemig GT ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$28.716, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Cemig GT, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante da obrigação é de R\$78.237 (R\$75.268 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$34.874 (R\$33.549 em 31 de dezembro de 2023) foi provisionado.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Cemig GT está contestando a não homologação das compensações. O valor da obrigação é de R\$35.239 (R\$42.748 em 31 de dezembro de 2023 do qual R\$1.297 estava provisionado) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Cemig GT, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig GT, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Cemig GT apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor do passivo contingente é de R\$23.326 (R\$21.920 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Cemig GT entre os exercícios de 2008 a 2018 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: (i) tributos com exigibilidade suspensa; (ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); (iii) multas por infrações de naturezas diversas; (iv) amortização de ágio; e (v) despesas com inovação tecnológica. O montante do passivo contingente é de R\$118.087 (R\$109.112 em 31 de dezembro de 2023). A Cemig GT avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante das obrigações é de R\$112.036 (R\$137.801 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$63.328 foi provisionado (R\$76.491 em 31 de dezembro de 2023).

Cíveis

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$26.728 (R\$32.048 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$6.802 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações com grandes consumidores – Compra e venda de energia elétrica

Em junho de 2024, houve a reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável, de ação judicial ordinária contra a Cemig, a qual requer a declaração de nulidade da cláusula de multa por rescisão contratual de compra e venda de energia elétrica no mercado livre, bem como a restituição dos valores pagos pela parte autora. Adicionalmente, foi julgado parcialmente procedente o pedido de reduzir o valor da multa rescisória e de afastar a incidência de “spread” no cálculo da dívida. O montante da obrigação, recalculado após a decisão, é de R\$56.779, em 31 de dezembro de 2024.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$93.391 (R\$84.317 em 31 de dezembro de 2023), dos quais

R\$21.053 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Cemig GT é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da obrigação é de R\$49.944 (R\$63.083 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$5.675 foi provisionado (R\$5.066 em 31 de dezembro de 2023).

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor de R\$680.844 (R\$594.151 em 31 de dezembro de 2023). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Cemig GT possui documentação hábil para suas alegações.

Discussão sobre faturamento de energia

No decorrer do ano de 2022, um dos clientes da Cemig GT instaurou um procedimento arbitral requerendo alterações de cláusulas contratuais e questionando a incidência de determinados tributos no valor de suas faturas de energia elétrica. Em setembro de 2022, a Cemig GT foi regularmente intimada de decisão judicial que deferiu pedido liminar, a qual determinou que a Cemig GT passasse a realizar os faturamentos do contrato de fornecimento de energia conforme o pedido. Após a instauração do procedimento arbitral e com a oitiva das partes, em janeiro de 2023, o Tribunal revogou a decisão anterior e determinou o restabelecimento da sistemática contratual de faturamento, bem como o pagamento dos valores não faturados por conta do pedido liminar inicialmente deferido em favor deste cliente.

O procedimento arbitral continua em curso, no qual este cliente questiona os pontos informados acima. Caso a decisão arbitral acate o pedido deste cliente, a Cemig GT deverá restituir a

diferença entre os valores contratados e os ajustes demandados, que em 31 de dezembro de 2024 montam em R\$274.693 (R\$234.466 em 31 de dezembro de 2023). A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Procedimento Arbitral

A Companhia é ré de procedimento arbitral relacionado à discussão sobre contrato de compra e venda de energia elétrica no ambiente livre de comercialização. Entre os pontos discutidos destacam-se a forma de faturamento, as faturas em atraso e se o contrato continua vigente. Para esse último ponto, caso não esteja vigente, haverá apuração de quem causou a sua resolução. A contingência surgiu em outubro de 2024 pelo valor de R\$156.985 em 31 de dezembro de 2024 o valor da contingência é R\$163.218, sendo a probabilidade de perda classificada como possível, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Cemig GT está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. O montante da obrigação é de R\$130.415 (R\$179.372 em 31 de dezembro de 2023), do qual R\$8.317 foi provisionado (R\$1.572 em 31 de dezembro de 2023). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Cemig GT. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. Em agosto de 2024, houve a alienação da participação societária da Cemig GT na Aliança Energia para a Vale S.A. na modalidade de negociação de "Porteira Fechada", exonerando a Cemig GT de qualquer eventual indenização relativa à Aliança. O valor do passivo contingente em discussão estava estimado em R\$158.769 (R\$148.656 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, a Cemig GT está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$91.637 (R\$93.244 em 31 de dezembro de 2023), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Cemig GT e a sua controladora, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. Em setembro de 2024, houve a extinção do processo judicial, homologado por sentença, após transação entre as partes envolvidas. O montante do passivo contingente em discussão era estimado em R\$146.485 (R\$127.048 em 31 de dezembro de 2023).

Desocupação de moradias sob linhas de alta tensão

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, como rés, referentes a pedidos de cadastramento socioeconômico remoção, reassentamento e, eventualmente, indenização de reocupação das áreas degradadas pelas ocupações, especialmente nos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. A Companhia entende que compete aos municípios a ordenação do espaço urbano, a elaboração de políticas de habitação e, conseqüentemente, a eventual obrigação de levantamento das famílias residentes sob linhas da Companhia e o reassentamento dessa população. Os valores de contingência para esses processos têm por base os pedidos formulados pelo Ministério Público. O montante do passivo contingente em discussão foi estimado em R\$113.466 em 31 de dezembro de 2024 (R\$101.864 em 31 de dezembro de 2023).

Volta do Rio

A Cemig GT e sua controlada Volta do Rio são rés de auto de infração proposto, em 2022, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/CE), que considerou que aterros, enrocamentos e torres para instalação de sistema de geração eólica da Volta do Rio estariam localizados em faixa de praia. Em razão disso, aplicou-se à Volta do Rio as penalidades de: (i) demolição e/ou remoção das construções, bem como dos equipamentos instalados, caso não sejam passíveis de regularização; (ii) multa mensal para cada metro quadrado impactado pelas instalações. A Volta do Rio apresentou defesa da autuação e recurso administrativo. O montante da contingência foi estimado em R\$311.433, em 31 de dezembro de 2024 (R\$174.347 em 31 de dezembro de 2023), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; (iii) o valor assumido das ações jurídicas relativas aos consórcios refere-se à cota parte da Companhia, prevista em contrato, e terá o mesmo tratamento que o aplicado aos demais processos; e (iv) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando

estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: (i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e (ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: (i) mudança na norma jurídica, (ii) novas evidências ou fatos, (iii) mudança nos precedentes jurídicos, (iv) auditoria contábil, (v) decisão judicial, (vi) instrução processual, (vii) mudança de composição de turma julgadora e (viii) alteração do patrono da causa.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$5.473.724, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig.

b) Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Cemig GT em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2024	2023
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do exercício (B)	3.692.313	2.402.666
Resultado por ação – básico e diluído (B/A) (em R\$)	1,27	0,83

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Remuneração ao acionista

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Cemig GT, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Cemig GT estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

No exercício de 2024 foram declarados, pela Diretoria Executiva, JCPs a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2024, no limite permitido pela legislação e pelo Estatuto da Cemig GT, conforme segue:

Data da deliberação	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
11/03/2024	161.319	(24.198)
18/06/2024	168.444	(25.267)
13/08/2024	177.667	(26.650)
23/12/2024	235.215	(35.282)
	742.645	(111.397)

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

O cálculo dos dividendos para os exercícios de 2024 e 2023 é conforme segue:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	3.692.313	2.402.666
Dividendo obrigatório – 50% do lucro líquido	1.846.157	1.201.333
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	111.397	96.181
	1.957.554	1.297.514
Dividendos declarados		
Juros sobre capital próprio	742.645	641.205
Dividendos intermediários	821.726	-
Dividendos estatutários	393.183	656.309
Dividendos adicionais propostos	1.500.659	49.693
	3.458.213	1.347.207

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado e controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.406.958
Proposta dividendos	656.309
Declaração de Juros sobre capital próprio	641.205
IR sobre juros sobre capital próprio	(96.181)
Pagamento dividendos e JCP	(1.042.728)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.565.563
Dividendos adicionais aprovados em AGE	272.628
Proposta dividendos	393.183
Declaração de Juros sobre capital próprio	742.645
Dividendos intermediários	821.726
IR sobre juros sobre capital próprio	(111.397)
Pagamento dividendos e JCP	(2.940.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	744.133

d) Destinação do Resultado de 2024 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2024, no montante de R\$3.692.313, e do saldo credor de realização do custo atribuído de imobilizado, no montante de R\$10.643:

- R\$181.451 sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
- R\$1.957.554 sejam destinados ao pagamento dos dividendos, conforme abaixo:
 - R\$742.645 por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”);
 - R\$821.726 para pagamento de dividendos intermediários;
 - R\$393.183 para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
- R\$63.292 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene; e
- R\$1.500.659 sejam destinados ao pagamento de dividendos adicionais.

O pagamento dos dividendos será realizado em 2 parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

e) Reservas

Reserva de lucros

A composição da conta reservas de lucros é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de lucros		
Reserva legal	712.076	530.625
Reserva de incentivos fiscais – Sudene	150.213	86.921
Reserva de retenção de lucros	5.343.718	4.115.687
	6.206.007	4.733.233

Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Cemig GT e sua controlada Volta do Rio possuem o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

Reserva de retenção de lucros

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(271.195)	(427.462)
Custo atribuído de imobilizado	256.508	267.151
Ajustes de avaliação patrimonial	(14.687)	(160.311)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários.

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos

25. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	5.142.523	6.190.495	4.527.272	5.422.226
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	665.686	740.084	667.783	741.422
Receita de construção (nota 13)	422.650	226.880	392.433	216.553
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 13)	594.498	515.130	573.788	505.431
Receita de atualização da bonificação pela outorga (nota 12.2)	447.100	411.722	317.163	139.599
Liquidação na CCEE	38.042	69.000	20.644	55.505
Receita de indenização da geração (nota 12.1)	86.480	92.595	86.480	92.595
Outras receitas	160.881	124.195	154.472	141.022
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(1.448.894)	(1.609.359)	(1.344.142)	(1.455.163)
	6.108.966	6.760.742	5.395.893	5.859.190

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

	Consolidado				Controladora			
	2024		2023		2024		2023	
	MWh ²	R\$	MWh ²	R\$	MWh ²	R\$	MWh ²	R\$
Industrial	8.326.599	2.360.601	10.198.825	3.062.927	7.986.089	2.092.122	9.608.957	2.741.618
Comercial	3.793.107	933.770	3.865.766	993.044	3.785.943	931.330	3.713.443	955.128
Rural	49.268	11.614	18.723	5.192	49.268	11.614	18.723	5.192
Poder público	3.948	957	-	-	3.947	957	-	-
Subtotal	12.172.922	3.306.942	14.083.314	4.061.163	11.825.247	3.036.023	13.341.123	3.701.938
Fornec. não faturado, líquido	-	(45.831)	-	(57.000)	-	(57.691)	-	(75.970)
	12.172.922	3.261.111	14.083.314	4.004.163	11.825.247	2.978.332	13.341.123	3.625.968
Suprim. outras concessionárias (1)	8.505.705	1.904.201	10.311.213	2.149.259	6.912.201	1.551.737	7.978.748	1.783.957
Suprimento não faturado líquido	-	(22.789)	-	37.073	-	(2.797)	-	12.301
	20.678.627	5.142.523	24.394.527	6.190.495	18.737.448	4.527.272	21.319.871	5.422.226

- (1) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.
- (2) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Receita de Concessão da Transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	2024			2023		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita de concessão da transmissão (1)	422.650	665.686	1.088.336	226.880	740.084	966.964
Custos de concessão de transmissão (nota 5)	(288.676)	(295.446)	(584.122)	(163.467)	(290.755)	(454.222)
Margem	133.974	370.240	504.214	63.413	449.329	512.742
Mark-up (%)	46,41%	125,32%	86,32%	38,79%	154,54%	112,88%

- (1) Essa abertura não está incluindo a remuneração financeira do ativo de contrato que também faz parte da receita de concessão da transmissão.

b) Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Prestações de serviços	47.245	52.468	55.109	68.156
Subsídios tarifários	70.099	47.333	62.597	47.333
Aluguel e arrendamento	16.962	2.329	10.564	1.177
Ressarcimento	20.724	17.259	20.724	17.259
Outras receitas	5.851	4.806	5.478	7.097
	160.881	124.195	154.472	141.022

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Tributos sobre a receita				
ICMS	385.082	473.418	336.211	411.033
Cofins	509.919	573.925	477.340	518.277
PIS/Pasep	110.685	124.643	103.632	112.520
ISSQN	3.154	3.867	2.546	3.198
	1.008.840	1.175.853	919.729	1.045.028
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	7.955	11.564	5.411	8.951
Conta de desenvolvimento energético – CDE	254.440	259.059	254.440	259.059
CDE sobre P&D	4.638	4.381	4.118	3.688
Proinfa	57.966	62.874	57.966	62.874
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.823	10.345	9.608	8.607
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	15.461	14.727	13.725	12.295
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	7.730	7.363	6.863	6.148
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	13.182	10.629	11.305	9.254
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	67.859	52.564	60.977	39.259
	440.054	433.506	424.413	410.135
	1.448.894	1.609.359	1.344.142	1.455.163

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as políticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

As usinas eólicas estão sujeitas a um montante mínimo de geração de energia a ser comercializada por meio do Proinfa. Quando a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada é positiva, a Companhia reconhece um recebível que será liquidado no decorrer do exercício subsequente. Ao contrário, quando a diferença é negativa, a Companhia constitui uma provisão pela não performance, deduzindo a receita do exercício.

Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das

obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 13.

- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de construção relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos. Essa taxa não sofre alterações posteriores, exceto por um processo de RTP que gere modificação na estrutura dos investimentos ou alteração na taxa de remuneração do capital. A média simples das taxas implícitas é de 7,92% a.a., sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de caixa. A remuneração financeira é composta pela taxa implícita acrescida do índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, se diferenciando de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

Liquidação na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Outras receitas

Subsídios governamentais

A Cemig GT e sua controlada Centroeste recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST.

Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Outros ativos” no ativo circulante.

Estimativas e julgamentos

Fornecimento de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

Transmissão

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço. Isso é feito a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação desses serviços e o valor da contraprestação que a entidade espera receber em troca dos serviços prometidos ao cliente. Esse cálculo é aplicado nos casos em que as transmissoras da Companhia têm direito exclusivo, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, para as duas situações destacadas há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

26. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A composição dos custos, despesas e outras receitas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de curto prazo – CCEE	196.535	106.336	165.614	88.594
Energia adquirida no ambiente livre	1.957.074	2.636.732	1.954.085	2.648.971
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(194.407)	(253.737)	(193.026)	(252.668)
	1.959.202	2.489.331	1.926.673	2.484.897
Encargos de uso da rede básica de transmissão				
Encargos de transmissão - Rede básica	267.175	248.548	261.120	226.759
Encargos de distribuição	49.512	40.613	21.678	11.358
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(26.325)	(24.353)	(25.755)	(21.973)
	290.362	264.808	257.043	216.144
Total	2.249.564	2.754.139	2.183.716	2.701.041

b) Custos de construção da transmissão

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	12.551	11.554	12.551	11.554
Materiais	170.042	97.887	170.046	97.883
Serviços de terceiros	98.322	55.322	78.317	46.474
Outros (recuperação)	7.761	(1.296)	286	(1.833)
	288.676	163.467	261.200	154.078

c) Outros custos e despesas

	Consolidado								Total 2024	Total 2023
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (reversão)			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Pessoal	264.539	269.767	-	-	68.832	59.929	-	-	333.371	329.696
Participação dos empregados no resultado	36.993	-	-	-	835	-	-	37.622	37.828	37.622
Obrigações Pós-emprego	2.877	-	-	-	981	-	96.289	114.795	100.147	114.795
Materiais	23.567	19.132	-	-	3.150	2.772	-	-	26.717	21.904
Serviços de terceiros	203.182	169.569	-	-	50.717	54.730	-	-	253.899	224.299
Depreciação e amortização (1)	332.150	328.227	-	-	1.219	514	-	-	333.369	328.741
Provisões para contingências	41.540	48.990	-	-	-	-	-	-	41.540	48.990
Reversão de provisão com partes relacionadas (2)	-	-	-	-	-	-	(57.835)	-	(57.835)	-
Perdas de créditos esperadas	-	-	(3.725)	4.666	-	-	-	-	(3.725)	4.666
Perda esperada com outros créditos (3)	-	-	-	-	-	-	16.390	-	16.390	-
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	-	57.801	-	57.801
Perda por redução ao valor recuperável (4)	-	-	-	-	-	-	45.911	-	45.911	-
Outros custos e despesas	15.685	12.703	-	-	45.470	28.626	6.451	10.722	67.606	52.051
	920.533	848.388	(3.725)	4.666	171.204	146.571	107.206	220.940	1.195.218	1.220.565

- (1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$141 para consolidado e R\$138 para controladora no exercício de 2024 (R\$128 e R\$125 no exercício de 2023 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante a investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A.. Em 13 de agosto de 2024, com a conclusão da alienação, a Vale S.A. e a Cemig GT, em conjunto, celebraram um termo de acordo para extinção e quitação dessas contingências, o que resultou na reversão da provisão, em agosto de 2024.
- (3) Esse montante é oriundo, principalmente, de penalidades e multas aplicadas a usuários da Rede Básica, associadas, em sua maioria, à rescisão de CUST (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão).
- (4) Esse montante inclui:
- (i) R\$40.745 referente ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável da mais valia da Aliança Norte. Mias detalhes na nota explicativa nº 14e. Essa perda está apresentada na nota explicativa de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
 - (ii) R\$5.166 referente a débitos em aberto com cliente, por discordância de valores. Foi instaurado o procedimento arbitral pelo cliente.

	Controladora								Total 2024	Total 2023
	Custos de operação		PCE		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (reversão)			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Pessoal	250.244	254.435	-	-	68.832	59.929	-	-	319.076	314.364
Participação dos empregados no resultado	36.603	-	-	-	835	-	-	37.368	37.438	37.368
Obrigações Pós-emprego	2.877	-	-	-	981	-	96.289	114.795	100.147	114.795
Materiais	16.897	13.584	-	-	3.150	2.772	-	-	20.047	16.356
Serviços de terceiros	134.828	96.588	-	-	50.717	54.730	-	-	185.545	151.318
Depreciação e amortização (1)	260.604	254.236	-	-	1.219	514	-	-	261.823	254.750
Provisões para contingências (reversão)	19.366	47.672	-	-	-	-	-	-	19.366	47.672
Reversão de provisão com partes relacionadas (nota 28)	-	-	-	-	-	-	(57.835)	-	(57.835)	-
Perdas de créditos esperadas	-	-	(3.725)	5.650	-	-	-	-	(3.725)	5.650
Perda esperada com outros créditos (2)	-	-	-	-	-	-	15.773	-	15.773	-
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	-	57.801	-	57.801
Perda por redução ao valor recuperável (3)	-	-	-	-	-	-	45.949	-	45.949	-
Outros custos e despesas	8.202	5.404	-	-	45.470	28.626	5.548	6.454	59.220	40.484
	729.621	671.919	(3.725)	5.650	171.204	146.571	105.724	216.418	1.002.824	1.040.558

- (1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$141 para consolidado e R\$138 para controladora no exercício de 2024 (R\$128 e R\$125 no exercício de 2023 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) Esse montante é oriundo, principalmente, de penalidades e multas aplicadas a usuários da Rede Básica, associadas, em sua maioria, à rescisão de CUST (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão).
- (3) Esse montante inclui:
- (i) R\$40.745 referente ao reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável recuperável da mais valia da Aliança Norte. Mias detalhes na nota explicativa nº 14e. Essa perda está apresentada na nota explicativa de Segmentos Operacionais como parte do segmento de participações.
 - (ii) R\$5.204 referente a débitos em aberto com cliente, por discordância de valores. Foi instaurado o procedimento arbitral pelo cliente.

c.1) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Comunicação	4.320	3.848	3.571	3.237
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	97.811	74.393	49.658	26.238
Conservação e limpeza de prédios	29.661	27.373	26.320	23.772
Mão de obra contratada	4.224	3.592	5.803	5.345
Fretes e passagens	1.718	1.676	1.718	1.676
Hospedagem e alimentação	6.641	6.266	6.638	6.254
Vigilância	7.918	7.755	5.146	4.632
Consultoria	4.150	9.339	4.039	9.122
Auditoria externa	860	1.166	337	629
Tecnologia da informação	29.534	32.652	27.375	29.808
Energia elétrica	1.643	2.048	1.123	1.226
Meio ambiente	20.146	17.971	11.503	10.153
Limpeza de faixas	14.502	10.250	14.357	9.939
Serviços de reprografia	728	1.341	483	771
Serviços advocatícios e custas processuais	4.623	4.989	4.598	4.939
Outros	25.420	19.640	22.876	13.577
	253.899	224.299	185.545	151.318

c.2) Outros custos e despesas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	5.086	2.663	1.782	13
Propaganda e publicidade	2.336	4.383	2.336	4.383
Subvenções e doações	33.370	14.809	31.861	13.113
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	3.228	3.554	2.301	1.935
Anuidade CCEE	2.614	2.698	2.377	2.417
Seguros	4.752	10.571	3.006	9.237
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	5.111	2.862	5.109	2.853
Forluz – Custeio administrativo	8.741	8.669	8.739	8.667
Outros (recuperação)	2.368	1.842	1.709	(2.134)
	67.606	52.051	59.220	40.484

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em maio de 2024, a Companhia aprovou o PDVP 2024, sendo o período de adesão dos empregados de 27 de maio a 21 de junho de 2024, sendo depois reaberto no período de 26 de junho a 28 de junho de 2024, com adesão de 65 empregados. O programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional, a título de indenização.

Os gastos com o programa totalizaram R\$15.464 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

d) Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ganho na alienação de investimentos	1.616.911	318.795	1.616.911	318.795
Aliança Geração (nota 30)	1.616.911	-	1.616.911	-
Baguari Energia	-	261.344	-	261.344
Retiro Baixo	-	26.964	-	26.964
Mesa	-	30.487	-	30.487
Ganho na alienação de imobilizados (nota 30)	42.989	-	24.682	-
Revisão Tarifária Periódica, líquida (1)	1.520.631	-	1.520.631	-
	3.180.531	318.795	3.162.224	318.795

(1) Esse valor está líquido de Pis/Pasep e Cofins, sendo que o total adicionado ao Ativo de contrato foi de R\$1.675.627. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	199.196	214.638	162.999	138.995
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	6.618	11.214	5.094	9.551
Variação monetária	27.122	135.367	26.708	134.514
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	9.993	11.179	9.701	10.960
Variações cambiais de empréstimos (nota 20)	-	276.687	-	276.687
Ganhos com inst. financeiros derivativos (nota 29)	146.577	-	146.577	-
Outras	23.397	25.339	20.802	23.392
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(10.702)	(16.053)	(10.234)	(14.738)
	402.201	658.371	361.647	579.361
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e debêntures (nota 20)	(332.597)	(529.238)	(332.597)	(529.238)
Amortização dos custos de transação (nota 20)	(2.170)	(5.845)	(2.170)	(5.845)
Variação monetária – Forluz	(715)	(4.494)	(715)	(4.494)
Variação monetária – Empréstimos e debêntures (nota 20)	(16.179)	(13.613)	(16.179)	(13.613)
Variações monetárias	(12.536)	(3.492)	(5.521)	(413)
Variações cambiais de empréstimos (nota 20)	(463.887)	-	(463.887)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 29)	-	(177.326)	-	(177.326)
Variação monetária de arrendamento (nota 17)	(5.391)	(7.112)	(5.081)	(6.805)
Outras	(13.111)	(13.088)	(12.336)	(9.441)
	(846.586)	(754.208)	(838.486)	(747.175)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(444.385)	(95.837)	(476.839)	(167.814)

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota explicativa nº 14. Já os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Operações com energia elétrica								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(10.614)	(45.674)
Aliança Geração	-	-	-	10.306	-	-	(62.690)	(105.521)
Paracambi	-	-	3.065	2.211	-	-	(30.828)	(29.584)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	4.440	3.286	-	-	(45.730)	(46.856)
Cemig Distribuição	9.351	8.862	2.289	8	59.787	67.731	(1.885)	(2.417)

(1) Essa empresa foi parte relacionada da Companhia até o dia 13 de agosto de 2024, data em que foi concluído o processo de sua alienação para a Vale S.A. Mais detalhes na nota explicativa nº 30.

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	15.690	13.483	-	-	125.317	106.063	(31.798)	(30.107)
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	31.941	19.789	3.403	1.819	324.178	254.926	-	-
Aliança Geração	-	-	-	-	1.214	970	-	-
Norte Energia	8.718	2.668	-	-	33.190	29.771	-	-
Taesá	-	-	1.284	1.356	-	-	(15.463)	(15.720)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Cemig Distribuição	10.259	203	-	-	12.113	134	-	-
Companhia Energética de Minas Gerais	2.277	2.277	-	-	-	58.137	-	-

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Mútuo

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Mútuo								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	1.416	-	-	-

O mútuo com a Cemig Distribuição envolveu contrato firmado, em 13 de agosto de 2024, com anuência da Aneel, entre a Companhia e a Cemig Distribuição no montante de R\$100.000. O contrato de mútuo em questão foi liquidado em 30 de setembro de 2024, acrescidos de juros no montante de R\$1.416 mil, correspondente à taxa de juros equivalente de CDI + 0,80%, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Cemig Distribuição em benefício da Companhia.

Prestação de serviço

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Prestação de serviço								
Aliança Geração	-	539	-	-	8.045	6.238	-	-
Cachoeirão	-	-	-	-	305	-	-	-
Guanhães	722	-	-	-	2.321	-	-	-
Paracambi	-	-	-	-	675	-	-	-
Taesá	579	435	-	-	1.581	1.814	-	-

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão.

Processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Processos judiciais								
Aliança Geração	-	-	-	57.835	-	-	-	(2.930)

Refere-se a obrigações contratuais perante a até então investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para alienação da participação detida pela Cemig GT no capital social da Aliança Geração para a Vale S.A.. Em 13 de agosto de 2024, com a conclusão da alienação, a Vale S.A. e a Cemig GT, em conjunto, celebraram um termo de acordo para extinção e quitação dessas contingências, o que resultou na reversão da provisão, em agosto de 2024.

Juros sobre capital próprio e dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	744.132	1.550.152	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	38	-	-	-	-	-	-	-

Em relação à posição passiva, a Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$744.132. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 24.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	99.984	261.859	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	224.118	574.822	-	-	9.614	20.567	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	84.530	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	3.731	5.657	-	-	(5.353)	(7.208)
Não circulante								
Arrendamento operacional	37.914	39.823	41.357	40.434	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Em 27 de março de 2024 a Companhia firmou termo aditivo para devolução de 5 andares do Edifício Júlio Soares, alteração de valores de locação e retirada da Gasmig e Cemig Sim do contrato. A nova data-base do contrato teve início em 1 de abril de 2024, com vigência até março de 2029, sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses.

Benefícios pós-emprego

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Benefícios pós-emprego								
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	12.309	28.954	-	-	(42.898)	(57.256)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(22.683)	(21.589)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(8.739)	(8.667)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	323.713	442.909	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	44.169	48.874	-	-	(57.964)	(82.856)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	507.483	601.133	-	-	-	-

A Cemig GT possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 22);
- (2) Contribuições da Cemig GT para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Cemig GT;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 22).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	-	9.719
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	1.627
Cemig Trading S.A.	-	-	-	2.459
Outras	38	-	38	-
	38	-	38	13.805

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	5.380	5.063
Participação nos resultados	1.664	1.170
Previdência privada	537	460
Planos de saúde e odontológico	33	32
Seguro de vida	6	6
Total (1)	7.620	6.731

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia é como segue:

	Nível	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Títulos e valores mobiliários		84.710	84.710	742	742
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia		695.135	695.135	792.155	792.155
Fundos vinculados		27.682	27.682	17.500	17.500
Bonificação pela outorga – Concessões de geração		3.098.247	3.098.247	3.031.033	3.031.033
		3.905.774	3.905.774	3.841.430	3.841.430
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	1	229.460	229.460	359.651	359.651
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	-	-	54.880	54.880
Letras financeiras – Bancos	2	175.500	175.500	354.305	354.305
Letras financeiras do Tesouro	1	45.479	45.479	159.759	159.759
Debêntures	2	3.138	3.138	5.878	5.878
		453.577	453.577	934.473	934.473
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	368.051	368.051
Indenizações a receber – Geração	3	870.535	870.535	784.055	784.055
		870.535	870.535	1.152.106	1.152.106
		5.229.886	5.229.886	5.928.009	5.928.009
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Empréstimos e debêntures (2)		(1.031.924)	(1.036.274)	(2.868.093)	(2.868.093)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)		-	-	(20.433)	(20.433)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz		(111.719)	(109.530)	(117.879)	(117.879)
Concessões a pagar		(27.428)	(27.428)	(27.602)	(27.602)
Fornecedores		(397.176)	(397.176)	(474.756)	(474.756)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)		(85.892)	(85.892)	(83.215)	(83.215)
		(1.654.139)	(1.656.300)	(3.591.978)	(3.591.978)

- (1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo, exceto para Empréstimos, debêntures e o Equacionamento de déficit com fundo de pensão em relação aos montantes de 31 de dezembro de 2024.
- (2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação e recursos antecipados apresentados na nota explicativa nº 20.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações ver nota explicativa nº 12.1.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos e debêntures utilizando a taxa de 118,73% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 7,62% a CDI + 1,79%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros

Operações de Swap e opções de moeda

Considerando que parte dos empréstimos da Cemig GT era denominada em moeda estrangeira, ela utilizou de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal e juros).

Os ganhos e perdas realizados nos exercícios de 2024 e de 2023 estão demonstrados a seguir:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Produto	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado no exercício de 2024	Ganho/(Perda) realizado no exercício de 2023
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 149,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$120.000	212.367	96.820
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,54% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Swap + Opções	Balcão	US\$261.110	302.261	87.316
US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	US\$ variação cambial superior a R\$5,1110	13 de abril de 2023 05 de dezembro 2023	NDF	Balcão	US\$392.344	-	(79.197)
US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	US\$ variação cambial superior a R\$4,9675	05 de dezembro de 2023 19 de dezembro 2023	NDF	Balcão	US\$376.550	-	(38.108)
					US\$381.110	514.628	66.831

Em junho de 2024, aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado negativo de R\$6.524 e saída de caixa nesse mesmo valor.

Em 5 de dezembro de 2024, ocorreu a liquidação das operações de hedge, no montante de US\$381.110 mil, com resultado positivo de R\$521.152 e entrada líquida de caixa de R\$442.979.

Nesse contexto, a Cemig GT não possui instrumentos financeiros derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Mais detalhes sobre a liquidação dos Eurobonds na nota explicativa nº 20.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer sua liquidez e a rentabilidade, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão, em linha, com sua estratégia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações Financeiras.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenários adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia está exposta aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	229.460	359.651	167.090	296.623
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 7)	308.827	575.564	143.972	454.710
Indenizações a receber – Geração - CDI/Selic (nota 12.1)	870.535	784.055	870.535	784.055
Fundos vinculados – CDI	27.682	17.500	25.083	15.413
	1.436.504	1.736.770	1.206.680	1.550.801
Passivos				
Empréstimos e debêntures - CDI (nota 20)	(703.560)	(703.092)	(703.560)	(703.092)
	(703.560)	(703.092)	(703.560)	(703.092)
Ativo líquido exposto	732.944	1.033.678	503.120	847.709

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2025, a taxa Selic será de 15%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	31/12/2024	31/12/2025	
	Cenário base: Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 15,00%	Cenário Adverso SELIC 10,25%
Ativos			
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 6)	229.460	263.879	252.980
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	308.827	355.151	340.482
Indenizações a receber – Geração (nota 12.1)	870.535	1.001.115	959.765
Fundos vinculados	27.682	31.834	30.519
	1.436.504	1.651.979	1.583.746
Passivos			
Empréstimos e debêntures - CDI (nota 20)	(703.560)	(809.094)	(775.675)
	(703.560)	(809.094)	(775.675)
Ativo líquido exposto	732.944	842.885	808.071
Efeito líquido da variação das taxas de juros no resultado		109.941	75.127

Risco de inflação

A Companhia está expostas ao risco de redução das taxas de inflação, sendo parte de seus empréstimos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	3.098.247	3.031.033	2.328.409	2.253.919
Passivos				
Empréstimos e debêntures - IPCA (nota 20)	(332.268)	(315.950)	(332.268)	(315.950)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 22)	-	(20.433)	-	(20.433)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(111.719)	(117.879)	(111.719)	(117.879)
Passivo de arrendamentos (nota 17)	(85.892)	(83.215)	(69.964)	(78.786)
	(529.879)	(537.477)	(513.951)	(533.048)
Ativo líquido exposto	2.568.368	2.493.556	1.814.458	1.720.871

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2025, a taxa IPCA será de 4,50%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas em um cenário adverso.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	31/12/2024	31/12/2025	
	Cenário base: Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,50%	Cenário Adverso IPCA 3,74%
Ativos			
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 12)	3.098.247	3.237.668	3.214.121
Passivos			
Empréstimos e debêntures - IPCA (nota 20)	(332.268)	(347.220)	(344.695)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 22)	(111.719)	(116.746)	(115.897)
Passivo de arrendamentos (nota 17)	(85.892)	(89.757)	(89.104)
	(529.879)	(553.723)	(549.696)
Ativo líquido exposto	2.568.368	2.683.945	2.664.425
Efeito líquido da variação da inflação no resultado		115.577	96.057

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das

empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas*											
Empréstimos e debêntures	-	-	-	-	233.333	117.659	865.605	202.940	-	-	1.419.537
Concessões a pagar	350	-	710	-	3.117	-	13.802	-	15.487	-	33.466
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.066	545	2.161	1.081	10.236	4.714	68.781	18.280	46.932	3.412	157.208
	1.416	545	2.871	1.081	246.686	122.373	948.188	221.220	62.419	3.412	1.610.211
Pré-fixadas											
Fornecedores	390.190	-	4.653	-	2.333	-	-	-	-	-	397.176
	391.606	545	7.524	1.081	249.019	122.373	948.188	221.220	62.419	3.412	2.007.387

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Controladora	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas *											
Empréstimos e debêntures	-	-	-	-	233.333	117.659	865.605	202.940	-	-	1.419.537
Concessões a pagar	350	-	710	-	3.117	-	13.802	-	15.487	-	33.466
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.066	545	2.161	1.081	10.236	4.714	68.781	18.280	46.932	3.412	157.208
	1.416	545	2.871	1.081	246.686	122.373	948.188	221.220	62.419	3.412	1.610.211
Pré-fixadas											
Fornecedores	321.994	-	3.983	-	2.159	-	-	-	-	-	328.136
	323.410	545	6.854	1.081	248.845	122.373	948.188	221.220	62.419	3.412	1.938.347

(*) O fluxo de pagamento dos arrendamentos está apresentado na nota explicativa nº 17.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida. Mais detalhes na nota explicativa nº 20.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2024, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$35.654 (35.080 no exercício de 2023).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos

aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões;
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

d) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus diversos negócios.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- fundos vinculados;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;
- empréstimos, financiamento e debêntures;
- dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz); e
- concessões a pagar e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

30. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

a) Processo de alienação de 15 PCHs/CGHs

Em 17 de março de 2023, foi publicado edital para realização de leilão público visando à alienação de 15 PCHs/CGHs, listadas abaixo, sendo 12 ativos da Cemig GT e 3 da subsidiária integral Horizontes.

Empresa/Usina	Registro	Início da operação	Potência instalada (MW) (1)	Garantia física (MWm) (1)	Status operação comercial	Local
Cemig GT						
CGH Bom Jesus do Galho	Registro	1931	0,36	0,13	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Xicão	Registro	1942	1,81	0,61	Em operação	Minas Gerais
CGH Sumidouro	Registro	1954	2,12	0,53	Em operação	Minas Gerais
PCH São Bernardo	Concessão	1948	6,82	3,42	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Marta	Registro	1944	1,00	0,58	Em operação	Minas Gerais
CGH Santa Luzia	Registro	1958	0,70	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,28		
CGH Salto Morais	Registro	1957	2,39	0,60	Em operação	Minas Gerais
PCH Rio de Pedras	Concessão	1928	9,28	2,15	Em operação	Minas Gerais
CGH Pissarrão	Registro	1925	0,80	0,55	Em operação	Minas Gerais
CGH Lages	Registro	1955	0,68	N/A	Em operação	Minas Gerais
				Geração: 0,32		
CGH Jacutinga	Registro	1948	0,72	0,57	Em operação	Minas Gerais
CGH Anil	Registro	1964	2,06	1,10	Em operação	Minas Gerais
Horizontes						
CGH Salto do Paraopeba	Autorização	1955	2,46	2,21	Fora de operação	Minas Gerais
CGH Salto Passo Velho	Autorização	2001	1,80	1,64	Em operação	Santa Catarina
PCH Salto Voltão	Autorização	2001	8,20	7,36	Em operação	Santa Catarina
Total			41,20	22,05		

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

Em 13 de setembro de 2023, a Cemig GT e sua subsidiária integral Horizontes, assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ativos (“CCVA”) com a Mang Participações e Agropecuária LTDA (“MANG”), vencedora do leilão.

A alienação foi concluída em 29 de fevereiro de 2024, após cumpridas todas as condições precedentes do CCVA. O valor recebido pela venda foi de R\$101 milhões.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em março de 2024:

	Consolidado
Preço de venda total	100.886
(-) Saldo do ativo mantido para venda em 29/02/2024, antes da alienação	(57.897)
Ganho de capital	42.989
IRPJ e CSLL (1)	(17.977)
Impacto líquido da Demonstração de Resultado	25.012

(1) Os tributos foram calculados sobre o ganho de capital tributário, o qual não considera o saldo de custo atribuído.

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

Em janeiro de 2025, foi proferida sentença procedente em relação à ação popular movida contra o edital de venda do Leilão público de alienação das 15 PCHs/ CGHs. A Cemig recorrerá, valendo-se dos meios e recursos próprios nas diversas instâncias judiciais.

Até o momento, não houve impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Aliança Geração

Em 27 de março de 2024, foi celebrado o CCVA para alienação da totalidade da participação direta de 45% no Capital Social da Aliança Geração para a Vale S.A (“Vale”).

Essa alienação foi negociada na modalidade de “Porteira Fechada” exonerando a Cemig GT de qualquer indenização relativa à Aliança Geração, aos seus ativos e passivos.

Após cumpridas as condições precedentes previstas no CCVA, como a aprovação da operação no CADE e na Aneel, ocorreu em 13 de agosto de 2024 o fechamento da operação, com a transferência das ações até então detidas pela Cemig GT à Vale e o pagamento do preço pela Vale, no valor de R\$2.736.817, equivalente ao valor da operação (R\$2.700.000 na data-base de 30 de junho de 2023), corrigido pelo CDI desde a data-base, descontado de dividendos pagos pela Aliança Geração à Cemig GT no período, que somam R\$298.778, em valores históricos.

A Cemig GT ainda fará jus a um valor adicional, correspondente a 45% dos valores das indenizações que porventura sejam recebidas pela Aliança Geração, relativo aos prejuízos advindos do evento relacionado à ruptura da barragem de rejeitos do Fundão (desastre de Mariana) envolvendo a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga), cujo valor de referência para fins do contrato é de R\$223 milhões, também a ser atualizado pelo CDI desde a data-base.

Como resultado da conclusão da transação, a Cemig GT reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em agosto de 2024:

Ganho de capital societário	
Preço de venda	2.736.817
(-) Despesas incorridas no fechamento da transação (1)	(1.341)
Valor do ativo mantido para venda em 31/07/2024	(1.118.565)
Ganho de capital societário líquido das despesas com a venda (A)	1.616.911
Ganho de capital tributário	
Preço de venda	2.736.817
Saldo contábil do investimento em 31/07/2024	(927.940)
(-) Despesas incorridas no fechamento da transação (1)	(1.341)
Ganho de capital tributário líquido das despesas com a venda	1.807.536
IRPJ e CSLL (34%) (B)	(614.562)
Valor justo do investimento em 31/07/2024 (2)	236.222
IRPJ e CSLL (34%) Diferido (C)	80.316
Impacto líquido na Demonstração do Resultado (A - B + C) (3)	1.082.664

- (1) Estas despesas são referentes a serviços de assessoria financeira. Foram contabilizadas outras despesas no montante de R\$2.149 antes do fechamento da transação.
- (2) Ganho referente à avaliação do valor justo do investimento na Aliança Geração, reconhecido em março 2015 quando do aporte dos ativos de geração. Esse ganho estava sendo amortizado com base no prazo médio de concessão dos ativos de geração.
- (3) Os efeitos da alienação integram o resultado do segmento operacional de participações.

Essa alienação também está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia, que prevê o desinvestimento de participações minoritárias do Grupo Cemig.

31. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDO PARA VENDA

Transferência onerosa de 4 PCH/UHes

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo do ativo classificado como mantido para venda, mensurados a valor justo, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado e Intangível - Usinas	20.347	57.866	6.304	45.663
Ativo financeiro - Bonificação pela outorga usinas	36.517	-	-	-
	<u>56.864</u>	<u>57.866</u>	<u>6.304</u>	<u>45.663</u>

Em 1 de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs/UHes, sendo uma 1 PCH da Cemig GT e 3 UHes de suas subsidiárias integrais, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT						
PCH Machado Mineiro	Autorização	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste						
UHE Sinceridade	Concessão	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul						
UHE Marmelos	Concessão	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste						
UHE Martins	Concessão	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total		<u>14,8</u>	<u>6,0</u>			

Conforme CPC 31/IFRS 5, a classificação de ativos como mantidos para venda deve ser realizada quando do início de um programa firme para conclusão do plano de alienação. Em abril de 2024, foi realizada a classificação como mantidos para venda.

Em 27 de junho de 2024, a Companhia suspendeu o leilão, em função da ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado.

A Companhia reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital.

Em 23 de setembro de 2024, a Companhia republicou o leilão na B3 que tem como objeto a transferência onerosa das usinas Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT e suas subsidiárias Cemig Geração Leste, Cemig Geração Oeste e Cemig Geração Sul, assinaram o CCVA com a Âmbar Hidroenergia LTDA, vencedora do leilão.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento das condições suspensivas usuais, que incluem a obtenção das anuências da Aneel e do CADE.

A presente alienação está em linha com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum passivo classificado como mantido para venda.

Estimativas e julgamentos

São mensurados inicialmente pela menor quantia entre o valor contábil e o valor justo (calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Para os casos em que a venda é realizada por meio de leilão, após sua realização a Companhia considera o valor do lance ganhador como sendo o valor justo, por se tratar do valor que efetivamente será recebido pela venda dos ativos após os trâmites legais.

32. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E COMPROMISSOS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, que incluem, principalmente, contratos de compra de energia de longo prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Compra de Energia	2.574.333.151	1.989.741.559	1.592.006.133	188.927.794	145.907.661	874.944.594	7.365.860.892

(1) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2024.

Os fluxos de pagamentos de arrendamentos, empréstimos e fornecedores estão apresentados nas notas explicativas nº 17 e 29.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acórdão na Ação Anulatória de vigência do Acordo Coletivo Específico de plano de saúde

Em 19 de fevereiro de 2025, foi publicado acórdão do julgamento ocorrido em 9 de dezembro de 2024 em Recurso Ordinário Trabalhista, pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos – SDC do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Essa decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI), incluindo os aposentados e empregados ativos. Não há nenhum registro contábil a ser realizado em decorrência dessa decisão neste momento.

Aquisição de Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita

Em 26 de fevereiro de 2025, a Cemig GT assinou o CCVA para aquisição da totalidade do capital social da Empresa de Transmissão Timóteo-Mesquita (ETTM) de propriedade do Grupo Fram Capital.

O preço negociado foi de R\$30 milhões e a RAP dos ativos é de R\$5,7 milhões. Os ativos de transmissão da ETTM estão conectados na Rede Básica de 230 kV de propriedade da Cemig, localizados na região do Vale do Aço, em Minas Gerais.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais nesse tipo de operação, dentre elas as anuências do CADE e da Aneel.

A aquisição está em linha com o Planejamento Estratégico da Cemig, que prevê o investimento em ativos de transmissão no estado de Minas Gerais.

Emissão de debêntures

Em 21 de fevereiro de 2025, a Cemig GT divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de 500 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de R\$500.000, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 18 de março de 2025, a Cemig GT concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures simples, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas 625 mil

debêntures, caracterizadas como “Debêntures Verdes”, perfazendo o valor total de R\$625.000, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
Única	625.000	R\$625.000	CDI + 0,64% a.a.	1.826 dias	48º e 60º meses

Os recursos obtidos pela Cemig GT com a emissão das debêntures serão destinados para a gestão do fluxo de caixa da Companhia, compreendendo, mas não se limitando a operação da Cemig GT e o reembolso de investimentos por ela realizados, desde que estejam integralmente em linha com o Framework, para fins de qualificação das Debêntures como “Debêntures Verdes”.

Por fim, destaca-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu *rating* ‘AAA(bra)’ à Emissão.

Juros sobre Capital Próprio – JCP

Em 20 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativo ao exercício de 2025, no montante de R\$223.162, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2026 e a segunda até 30 de dezembro de 2026.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Sérgio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente de Participações e Vice-
Presidente de Geração e Transmissão
(interino)

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações
com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidência sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados. A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde. Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários; - Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas; - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração dos efeitos da Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Veja a nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A receita anual permitida ("RAP"), que remunera os ativos de transmissão da Companhia é estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"),	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

sendo atualizada nos processos de Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A RAP remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A Companhia atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

Em julho de 2024, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP de dois contratos de concessão da Companhia. Como a RTP representa uma modificação na estrutura de capital e alteração na taxa de remuneração, o valor dos ativos classificados como Ativo de Contrato foi remensurado. A remensuração do ativo de contrato é baseada na projeção das receitas futuras remanescentes associadas à obrigação de performance de construção, que são ajustadas para refletir o componente de financiamento significativo, o que envolve o uso de premissas tais como RAPs futuras e taxa de desconto. Os efeitos dessa revisão tarifária, por se tratar de uma nova mensuração do valor do ativo de contrato, foram reconhecidos diretamente no resultado no momento em que ocorreu a RTP, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para mensurar os efeitos da Revisão Tarifária Periódica, que requer também que a Companhia exerça julgamentos relevantes.

- Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do valor do ativo de contrato da concessão e suas atualizações subsequentes, incluindo aquelas decorrentes da Revisão Tarifária Periódica.

- Obtenção e inspeção das notas técnicas da revisão tarifária.

- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, i) realização de procedimentos em base amostral para inspecionar os modelos de avaliação do cálculo dos ativos de contrato, a fim de analisar a razoabilidade de suas premissas; ii) discussão das premissas utilizadas pela Administração, confrontando com informações externas, dados históricos e orçamento aprovado pela Administração; e iii) recálculo do ativo de contrato.

- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que a mensuração dos efeitos da revisão tarifária periódica é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o



ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e os respectivos documentos complementares, a serem submetidos ao Conselho de Administração da Companhia, em 20 de março de 2025. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2024, como também com base na apresentação realizada, nesta reunião, e a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda., a ser emitido em 21 de março de 2025, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá – Presidente

Pedro Bruno Barros de Souza – Conselheiro

Michele da Silva Gonsales Torres – Conselheira

Lucas de Vasconcelos Gonzalez – Conselheiro

João Vicente Silva Machado – Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos para os devidos fins, que, em 17 de março de 2025, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida - Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Participações e Vice-presidente de Geração e Transmissão (interino)

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidência sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente de Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos para os devidos fins, que, em 17 de março de 2025, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Reynaldo Passanezi Filho – Presidente

Sérgio Lopes Cabral – Vice-presidente Cemig Comercialização

Andrea Marques de Almeida - Vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo - Vice-presidente de Participações e Vice-presidente de Geração e Transmissão (interino)

Marney Tadeu Antunes - Vice-presidência sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva - Vice-presidente de Jurídico

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 21 DE MARÇO DE 2025

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto pelo pelos membros Roberto Cesar Guindalini (coordenador) a partir de 06.02.2024, Artemio Bertholini a partir de 10.05.2024, Giulia Carla Scalercio e Ricardo Lopes Cardoso, ambos a partir de 20.05.2024. Compuseram o Comitê de Auditoria Estatutário em 2024, Afonso Henriques Moreira Santos (até o dia 31.01.2024), Pedro Carlos de Mello e Roberto Tommasetti (ambos até o dia 20.05.2024).

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2024

No ano de 2024, o Comitê reuniu-se em 32 (trinta e duas) ocasiões e mais 5 (cinco) vezes no início do primeiro semestre de 2025, além de 11 (onze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2024 e 2 (duas) em 2025. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2024 e 1 (uma) no início do primeiro semestre de 2025. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 12 (doze) reuniões com a participação dos auditores externos, KPMG - Auditores Independentes Ltda., para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024. O Comitê reuniu-se com a Diretoria Executiva da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos à contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira, gestão de riscos e avaliação da adequação das reservas matemáticas sobre o passivo atuarial. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contatos regulares com o Conselho

de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria de *Compliance* -DCI foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com os Gerentes da Auditoria Interna – AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essa unidade. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, KPMG Auditores Independentes Ltda., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2024, examinando balancetes e as Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação,

recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2024.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

COMITÊ DE AUDITORIA

Roberto Cesar Guindalini
Coordenador

Artemio Bertholini
Membro

Giulia Carla Scalercio
Membro

Ricardo Lopes Cardoso
Membro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e ao artigo 27, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 80, foi apresentada para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2025, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2025. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, por meio da retenção de lucros do exercício de 2024, no montante de R\$705.267.

Investimentos planejados para 2025	R\$ em milhares
Transmissão	
Melhoria/Reforço	322.238
Subsidiárias	73.259
Infraestrutura	29.555
	425.052
Geração	
Sistema elétrico	79.165
Expansão	3.118
Subsidiárias	174.870
Infraestrutura	23.062
	280.215
Total	705.267